



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL PPG/MDR**

**ALAN BENA AGUIAR JÚNIOR**

**ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO URBANA DA CIDADE DE  
TARTARUGALZINHO NO PERÍODO DE 2002 A 2018**

**MACAPÁ  
2019**

**ALAN BENA AGUIAR JÚNIOR**

**ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO URBANA DA CIDADE DE  
TARTARUGALZINHO NO PERÍODO DE 2002 A 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Área de Concentração: Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Tostes

**MACAPÁ  
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

---

Aguiar Júnior, Alan Bena

Análise do plano de gestão urbana da cidade de Tartarugalzinho (AP) no período de 2002 a 2018 / Alan Bena Aguiar Júnior ; Orientador, José Alberto Tostes. – Macapá, 2019.

135 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Planejamento urbano. 2. Urbanização. 3. Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá. 4. Tartarugalzinho – Amapá. I. Tostes, José Alberto, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

307.7309811 A282a

CDD. 22 ed.

---

## **Dedicatória**

Dedico aos meus pais, irmã e a minha esposa, Kelly, por tudo que fazem por mim nessa trajetória de vida.

*“Diante da vastidão do tempo e da imensidão do universo, é um imenso prazer para mim dividir um planeta e uma época com você. ”*

*Carl Sagan*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, a Ele é dedicada toda honra e louvor, sem a proteção divina, forças e saúde durante a pesquisa de campo e nas dificuldades na confecção da dissertação e sem a fé devida não seria possível chegar a essa etapa da vida.

Aos meus colegas de turma, MDR 2017, pelo apoio no compartilhamento de ideias e companheirismo, meus sinceros agradecimentos.

A Secretaria do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional em nome de Monnya Karollyne Martínez Cardoso minha eterna gratidão pela amizade, aos Professores pelo conhecimento que foi me cedido. Ao orientador Prof. Dr. José Alberto Tostes, por ter tido a paciência e compreensão, devido ao meu silêncio e nas minhas ausências. Ao Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira, pela contribuição e incentivo que nos momentos difíceis foi fundamental para que pudesse continuar com a pesquisa.

Ao amigo Alex Maia Xavier pelas contribuições na pesquisa documental que foram valiosas para o desenvolvimento da dissertação.

Aos meus pais, Alan Bena Aguiar e Maria da Glória Nascimento Aguiar, pelo empenho, inspiração e incentivo em toda a minha formação acadêmica, bem como no convívio o ensino diário fundamental para a formação e irmã Aline Aguiar, pelos incentivos.

A minha sogra Joana das Graças pelas orações para chegar a essa etapa.

À minha amada esposa Kelly de Araújo Moraes Aguiar, pelo apoio, orações, suporte e compreensão nas horas mais difíceis que tive durante o curso.

## RESUMO

Historicamente, o planejamento urbano brasileiro esteve voltado para uma postura urbanística do ambiente construído, onde priorizou-se a organização territorial, a construção arquitetônica e os equipamentos urbanos, do que a melhoria da qualidade de vida dos habitantes que vivem nas cidades. No Estado do Amapá o planejamento urbano fica aquém do esperado, notou-se que a questão do planejamento urbano não foi levada em consideração por longos anos, até que em 2002, a Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá-SEINF, realizou o Plano Emergencial de Gestão Urbana para as cidades amapaenses. Esse plano, consistia em um amplo levantamento das condições físicas relacionadas a infraestrutura urbana, econômica, social, cultural e ambiental, tendo como objetivo contribuir com a orientação de um plano de metas a ser desenvolvido em conjunto com as Prefeituras. A pesquisa foi realizada considerando um dos objetivos específicos do projeto inicial que é a análise do Plano de Gestão Urbana da cidade de Tartarugalzinho no período de 2002 a 2018. A metodologia parte de uma pesquisa exploratória e utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma busca documental na SEINF/AP do qual foram encontrados dados das ações governamentais que foram desenvolvidas no município no período proposto. A presente dissertação permitiu uma compreensão do que vem sendo realizado no município no período proposto através dos dados coletados. Entre os principais resultados, foi que o município não possui um instrumento norteador para a realização das ações governamentais, existem apenas ações voltadas exclusivamente para as necessidades de curto prazo e médio prazo. A proposta apresentada deste trabalho vislumbra contribuir no âmbito das pesquisas futuras que tem como foco a gestão pública através do planejamento urbano voltado para a melhoria e bem-estar dos munícipes bem como o Desenvolvimento Regional das Cidades Amapaenses.

Palavras Chaves: Plano emergencial, Planejamento urbano e Ações governamentais.

## **ABSTRACT**

Historically, Brazilian urban planning was focused on an urban posture of the built environment, where it prioritized a territorial organization, an architectural construction and urban facilities, which would improve the quality of life of city dwellers. On Amapa State or urban planning falls short of expectations, but the issue of urban planning was not taken into consideration for long years, until 2002, an Amapa-SEINF State Secretariat of Infrastructure, carried out the Emergency Urban Management Plan for Amapa cities. This plan consists of a broad planning of the conditions related to urban, economic, social, cultural and environmental infrastructure, aiming to contribute to the orientation of a goal plan to be developed jointly with the Municipalities. The research was conducted, considering one of the initial project objectives, which is the analysis of the Urban Management Plan of the city of Tartarugalzinho, from 2002 to 2018. An exploratory research methodology used of quantitative and qualitative methods. As methodological procedures, a documentary search was performed in SEINF/AP, which were the data found on the actions that were used in the municipality without intervention period. The present dissertation allowed an understanding of what comes without being done in the city in the period controlled by the collected data. Among the main results, it was the municipality that does not have a guiding instrument to perform applied actions, there are actions focused only on short and medium term needs. The proposal for publication of this work aims to contribute to the scope of future research that focuses on public management through urban planning aimed at improving and well-being of citizens as well as the Regional Development of Amapaense Cities.

**Keywords:** Emergency Plan, Urban Planning and Government Actions

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	- Localização do município de Tartarugalzinho/AP.....	22
Mapa 2	- Principais estruturas presentes na porção oriental do escudo das guianas no estado do Amapá.....	23
Mapa 3	- Unidades Litológicas da Porção Oriental do Escudo das Guianas.....	24
Mapa 4	- Domínios Pedológicos no município de Tartarugalzinho/AP.....	25
Mapa 5	- Rede de Drenagem de Tartarugalzinho/AP.....	26
Mapa 6	- Unidades de conservação localizadas em Tartarugalzinho/AP em 2019.....	28
Gráfico 1	- População urbana e rural em Tartarugalzinho/AP no período de 1991 a 2010.....	31
Gráfico 2	- Pirâmide Etária da População de Tartarugalzinho 2000.....	32
Gráfico 3	- Pirâmide Etária da População de Tartarugalzinho 2010.....	32
Gráfico 4	- Evolução do IDH entre Brasil, Amapá e Tartarugalzinho 2000 a 2010.....	35
Quadro 1	- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM.....	36
Gráfico 5	- IFDM de Tartarugalzinho no período de 2005 a 2016.....	37
Gráfico 6	- Representação da composição do PIB de Tartarugalzinho/AP, no período de 2002 a 2016.....	39
Gráfico 7	- Evolução da urbanização do Amapá no período de 1950 a 2010.....	52
Quadro 2	- Problemas Urbanos detectados no ano de 2002 em Tartarugalzinho.....	58
Quadro 3	- Propostas de intervenção no município de natureza física urbanística.....	60
Quadro 4	- Elaboração de Projetos de natureza arquitetônica.....	61
Quadro 5	- Convênios do Governo Federal a Tartarugalzinho entre 2002 a 2004.....	62
Fotografia 1	- Terraplenagem/pavimentação com blocos articulados, calçada e meio fio na rua mãe verônica.....	63

Quadro 6	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2005.....	64
Quadro 7	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2006.....	65
Quadro 8	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2007.....	65
Quadro 9	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2008.....	66
Quadro 10	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2009.....	67
Fotografia 2	- Construção de Praça de Esporte.....	68
Quadro 11	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2010.....	68
Fotografia 3	- Ginásio esportivo no Bairro Airton Sena.....	70
Fotografia 4	- Aquisição de caminhão coletor compactador de lixo.....	70
Fotografia 5	- Terraplanagem e Pavimentação da Rua São Luiz e da Av. Janary Nunes no bairro central de Tartarugalzinho.....	71
Quadro 12	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho no período de 2011 a 2013.....	72
Fotografia 6	- Pavimentação em Piso Sextavado e Sarjeta de Ruas e Avenidas da Sede do Município de Tartarugalzinho.....	73
Quadro 13	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2014.....	74
Quadro 14	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2015.....	75
Fotografia 7	- Pavimentação da Rua 25 de agosto no bairro central.....	76
Fotografia 8	- Pavimentação da Av. São Luis, Bairro Central – Tartarugalzinho.....	77
Fotografia 9	- Drenagem, calçada, meio-fio e sarjeta na Rua São Luis com a Travessa São Cristóvão.....	78
Fotografia 10	- Pavimentação em bloco da Rua São Sebastião.....	78
Quadro 15	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2016.....	79

Quadro 16	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2017.....	79
Quadro 17	- Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2018.....	80
Quadro 18	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho no ano de 2002.....	84
Quadro 19	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2004....	84
Quadro 20	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2005....	85
Quadro 21	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2006....	85
Quadro 22	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2007....	85
Quadro 23	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2008....	86
Quadro 24	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2009....	86
Quadro 25	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2010....	87
Quadro 26	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2012....	87
Quadro 27	- Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2013....	87
Quadro 28	- Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2003.....	88
Quadro 29	- Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2004.....	88
Quadro 30	- Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2005.....	89
Quadro 31	- Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2006.....	89
Quadro 32	- Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2008.....	89
Quadro 33	- Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2018.....	90
Fotografia 11	- Construção do Centro especializado de reabilitação.....	91
Quadro 34	- Contrapartida do GEA com a União em Tartarugalzinho em 2007.....	92
Quadro 35	- Contrapartida do GEA com a União em Tartarugalzinho em 2011.....	92
Quadro 36	- Contrapartida do GEA com a União em Tartarugalzinho em 2018.....	93
Quadro 37	- Ações previstas para Tartarugalzinho de Natureza físico urbanístico no plano.....	95
Quadro 38	- Ações de natureza arquitetônica no Plano Emergencial de Tartarugalzinho.....	96
Fotografia 12	- Sede da Prefeitura de Tartarugalzinho/AP.....	97

Mapa 7	- Representação da pavimentação da cidade de Tartarugalzinho em 2019.....	99
Fotografia 13	- Cruzamento entre a Av. São Luiz com e Rua Mãe Verônica.....	100
Fotografia 14	- Entrada da Cidade de Tartarugalzinho.....	100
Desenho 1	- Expansão de Novos loteamento de sede de Tartarugalzinho....	101
Fotografia 15	- Prédio da Unidade do SAMU.....	103
Fotografia 16	- Centro de Convivência do Idoso em Tartarugalzinho/AP.....	103
Fotografia 17	- Adaptações no Terminal Rodoviário para o recebimento do SIAC/SUPERFACIL.....	104
Fotografia 18	- Feira Municipal de Tartarugalzinho vista externa.....	104
Fotografia 19	- Desembarque de pequenas embarcações em Tartarugalzinho.....	105
Quadro 39	- Classificação das ações previstas no PEMT.....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução Populacional entre Tartarugalzinho/Amapá/Brasil no período de 1991 a 2010.....	30
Tabela 2 - População Total, Gênero, Rural/Urba - Tartarugalzinho/AP no período de 1991 a 2010.....	30
Tabela 3 - IDHM de Tartarugalzinho entre 1991 a 2010.....	34
Tabela 4 - População urbana e rural na Região Norte entre 1950 a 2010.....	50
Tabela 5 - Resumo dos convênios com a União no período de 2002 a 2018..	82
Tabela 6 - Resumo dos convênios por tipo com a União no período de 2002 a 2018.....	82
Tabela 7 - Investimentos realizados em Tartarugalzinho/AP por área no período de 2002 a 2018.....	107
Tabela 8 - Situação dos investimentos realizados em Tartarugalzinho/AP no período de 2002 a 2018.....	109

## LISTA DE SIGLAS

AMCEL	Amapá Florestal e Celulose S.A
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DESA	Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLOTA	Floresta Estadual do Amapá.
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEA	Governo do Estado do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IPS	Índice de Progressão Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Diretor Municipal
PEM	Planejamento Estratégico Municipal
PEMT	Plano Emergencial do Município de Tartarugalzinho
PIB	Produto Interno Bruto
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PMT	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho
PNUD	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PPA	Plano Plurianual
REBIO PIRATUBA	Reserva Biológica do Lago Piratuba
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEINF	Secretaria de Estado da Infraestrutura
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SIAC	Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
SINCONV	Sistema de Convênios
SISMOC	Sistema Integrado de Monitoramento de Convênios
TCA	Tostes Companhia Ltda
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO</b> .....	19
2.1	RECORTE HISTÓRICO.....	19
2.2	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	21
2.3	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO.....	23
2.3.1	Geologia Local.....	23
2.3.2	Domínios Pedológicos.....	25
2.3.3	Recursos Hídricos.....	26
2.3.4	Unidades de Conservação.....	27
2.4	POPULAÇÃO.....	29
2.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.....	33
2.6	ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM.....	35
2.7	PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB.....	37
<b>3</b>	<b>PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CIDADES</b> .....	40
3.1	A CIDADE E O URBANO.....	40
3.2	O PLANEJAMENTO URBANO E O DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CIDADES.....	43
3.3	AS CIDADES AMAPAENSES E SUAS PECULIARIDADES NO DESENVOLVIMENTO URBANO.....	48
3.4	PLANEJAMENTO URBANO EM TARTARUGALZINHO.....	55
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO URBANA DA CIDADE DE TARTARUGALZINHO</b> .....	57
4.1	O PLANO EMERGENCIAL PARA O MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO.....	57
4.2	CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL COM O MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO NO PERÍODO DE 2002 A 2018 E SUAS APLICAÇÕES.....	61
4.3	AÇÕES FINANCIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EXECUTADAS EM TARTARUGALZINHO 2002 A 2018.....	83

4.4	AÇÕES FINANCIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ E EXECUTADAS PELA PREFEITURA DE TARTARUGALZINHO 2002 A 2018.....	88
4.5	AÇÕES FINANCIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO EM CONTRAPARTIDA COM A UNIÃO NO PERÍODO DE 2002 A 2018...	92
4.6	AÇÕES PREVISTAS NO PLANO EMERGENCIAL PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO.....	95
4.7	A RELAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL DE TARTARUGALZINHO COM AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2002 A 2018.....	98
4.7.1	Projetos de natureza urbanística sugeridas no plano emergencial e as ações governamentais na cidade de Tartarugalzinho.....	98
4.7.2	Os projetos de natureza arquitetônica e as ações governamentais na cidade de Tartarugalzinho.....	102
4.7.3	Análise das ações governamentais em Tartarugalzinho em relação às áreas de classificação.....	106
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXO A - RELAÇÃO GERAL DE OBRAS: MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO (2002 - 2018).....</b>	<b>121</b>
	<b>ANEXO B - DETALHAMENTO CONVÊNIOS E OUTROS ACORDOS FEDERAIS COM DESTINO A TARTARUGALZINHO (2002 - 2018).....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estado do Amapá está situado na região Norte do Brasil, fazendo limite, a norte, com a Guiana Francesa, a noroeste, com o Suriname, a oeste e sul, com o Pará, e, a leste, com Oceano Atlântico. Possui 70% de sua área coberta pela floresta amazônica, sendo conhecido como o estado mais preservado do Brasil, dado que 72% de seu território se encontra dentro de áreas de preservação ambiental. Atualmente o estado encontra-se dividido em 16 municípios e, de acordo com estimativa do IBGE para 2019, tem uma população estimada de 845.731 habitantes, que representa 0,40% da população do país.

Tartarugalzinho/AP é um dos municípios do Amapá que está localizado na mesorregião norte do estado, e que teve suas origens ligada diretamente aos povoados que viveram às margens do rio Tartarugalgrande em busca do ouro no garimpo e sua expansão populacional foi impulsionada pelos projetos de exploração agroflorestal no entorno da BR-156 e também pela descoberta de filões de ouro próximos a região. A fundação foi realizada através da Lei nº 7.639, em 17 de dezembro 1987, pelo então território federal do Amapá, sendo desmembrado do município de Amapá/AP.

A criação do município teve a finalidade voltada para a reorganização do espaço amapaense e com a mudança no *status* de comunidade para município, essa organização espacial visou à criação de uma unidade administrativa local que permanecesse próxima às comunidades, bem como proporcionar ao município o acesso direto aos repasses constitucionais.

O município de Tartarugalzinho encontra-se há 230 quilômetros da capital do estado do Amapá e possui uma área de 6.738,56 km<sup>2</sup> e faz fronteira com os municípios de Amapá, Pracuúba, Ferreira Gomes e Cutias. O município está inserido no contexto das pequenas cidades possui uma população abaixo dos 20 mil habitantes e segundo a lei n.º 10.257, datada em 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades o município fica isento de leis municipais de planejamento urbano, um exemplo prático é não obrigatoriedade da aplicação do plano diretor municipal.

O motivo para a escolha do município como objeto desta dissertação se deve ao fato da elaboração de um Plano de Gestão Urbana para as cidades de todos os municípios amapaenses no ano de 2002, encomendado pela secretaria da Infraestrutura do Governo do Estado do Amapá. Este trabalho consistia em um amplo

levantamento das condições físicas relacionadas a infraestrutura urbana, econômica, social, cultural e ambiental e o objetivo era de contribuir com a orientação de um plano de metas a ser desenvolvido em conjunto com as prefeituras e governo do estado.

Historicamente, nota-se que o planejamento urbano no estado do Amapá não vem sendo encarado com o devido tratamento adequado. Percebe-se que há uma completa desorganização institucional entre as esferas de poder (municipal, estadual e federal) na aplicação de programas e projetos que muitas das vezes não contribuem para o avanço social, econômico e ambiental. Por conta desse histórico, levantou-se o questionamento que norteou o problema da dissertação: Após a elaboração do plano emergencial em 2002, como o plano de gestão urbana é aplicado no município de Tartarugalzinho?

Considerando que o município de Tartarugalzinho/AP, possui um plano de Gestão Urbana desde 2002 e o que se tira de prévia conclusão é que há dificuldades técnicas ou mesmo a ausência para a implementação de ações do referido plano que dê um direcionamento focado no desenvolvimento da cidade. A não aplicabilidade do plano, vem causando sérios problemas sociais entre os munícipes o que reflete nos índices de desenvolvimento humano (IDHM) do qual o município apresenta um dos piores índices do país ocupando a posição de 4.331<sup>a</sup> entre os 5.565 municípios brasileiros.

Para compreender a hipótese levantada, foi necessário trabalhar nos alicerces dos objetivos específicos, que teve como ponto de partida na caracterização da cidade de Tartarugalzinho/AP, discussão técnica do Planejamento Urbano e desenvolvimento das cidades brasileiras e por fim realizar a análise comparativa do Planejamento de Gestão Urbana da cidade de Tartarugalzinho no período de 2002-2018.

Para a fundamentação teórica buscou-se autores que abordam sobre o planejamento urbano em escala nacional tais como: Ferrari Junior (2004) que discute como o planejamento municipal deve ser integrado, articulado com metas e diretrizes dos planos das demais esferas de governo. Souza (2006), ao classificar que o planejamento é a preparação da gestão em torno dos recursos e das relações de poder, Tostes (2011) ao fazer uma abordagem do planejamento urbano no espaço amapaense como uma importante ferramenta para a solução dos problemas de uma sociedade, no espaço e no tempo. E de Santos (2013), que traz uma visão ampla do processo de urbanização e formação do território; ao considerar o espaço geográfico

como o espaço habitado cabendo reconhecer o urbano como o abstrato, o geral, o externo e a cidade como o particular, o concreto, o interno.

Para o desenvolvimento da metodologia da dissertação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2009), esse tipo de pesquisa tem por finalidade desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, e tem como objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Para isso se utilizou-se de métodos como o histórico, tendo esse método uma importante relevância na compreensão do espaço urbano local, e investigar os acontecimentos, os processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje.

A pesquisa trabalha com o método quantitativo e qualitativo (GIL, 2009), por utilizar-se de várias ilustrações através de quadros com valores que apontam como foram feitos investimentos no município, busca-se também através dos dados, realizar uma interpretação em relação a realidade através da análise proposta. E o método dialético que fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Como procedimentos metodológicos, foram adotadas etapas para a realização deste trabalho. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental na biblioteca da Universidade Federal do Amapá, na biblioteca de dissertações do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, bem como artigos que possam nortear a pesquisa. Também foi realizada uma pesquisa na Secretaria de Estado da Infraestrutura do qual buscou-se através de documentação oficial, quais as ações que foram desenvolvidas no município de 2002 a 2018, também foi realizada uma busca sem sucesso de dados na representação da prefeitura municipal de Tartarugalzinho em Macapá e também sede da Prefeitura do município de Tartarugalzinho, mesmo sendo atendido e tendo o comprometimento que teríamos os dados não foi respondido.

Outras informações importantes foram coletadas que foram as ações governamentais que estão disponíveis no site do portal da transparência do Governo Federal, informações sobre os convênios da União com o Estado para Tartarugalzinho, bem como na sede do município, bem como no SICONV e sítio eletrônico dos convênios da Caixa Econômica Federal.

Com os dados em mãos e após a tabulação e análise, foi realizada a pesquisa de campo na cidade de Tartarugalzinho/AP em dois momentos distintos que teve com finalidade de realizar as observações sobre a aplicabilidade do plano através dos programas e projetos que foram idealizados e implementados, bem como a sua efetividade para atendimento da população.

A dissertação é distribuída ao longo de três seções, sendo que na seção 1 realiza-se a caracterização do município de Tartarugalzinho. Onde são abordados os componentes históricos, com o intuito de situar a história recente do lugar. Além da sua localização, serão apresentadas as características físicas e seus aspectos socioeconômicos.

Na seção 2 aborda-se os conceitos sobre a cidade e o urbano, bem como o planejamento urbano e sua evolução em escala nacional e bem como é feita uma abordagem sobre a evolução das cidades amapaense inseridos no contexto das pequenas cidades que fazem parte da aplicação das políticas nacionais para a Amazônia e as implicações que estas tiveram para a formação e seu planejamento.

Na seção 3 discute-se aplicabilidade do plano de gestão realizado em 2002 para a sede de Tartarugalzinho/AP e seus resultados. Após o levantamento das informações que foram obtidas é feita uma análise com o intuito de entender a relação das ações governamentais com o que foi planejado, bem como as ações executadas que estavam previstas no plano emergencial.

A pesquisa possui um valor relevante, pois não há muitos trabalhos que façam uma análise, reflexão do contexto histórico de formação e do desenvolvimento socioeconômico da cidade do município de Tartarugalzinho. Devido a proposta apresentada esta pesquisa possui elementos suficientes que possam contribuir no âmbito das pesquisas futuras que tem como foco o planejamento urbano bem como o desenvolvimento regional amapaense.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A proposta desta seção é de contextualizar através de um recorte histórico do município de Tartarugalzinho/AP, haja vista, que há poucas informações sobre os fatos históricos da região e suas interações com os demais municípios amapaenses. Após o conhecimento dos antecedentes históricos nas subseções seguintes será realizada a caracterização física do município abordando como a localização, aspectos pedológicos, recursos hídricos, população, indicadores de desenvolvimento e produto interno bruto.

### 2.1 RECORTE HISTÓRICO

O município de Tartarugalzinho/AP, assim como os demais municípios que pertencem a mesorregião norte do Estado do Amapá, foram objetos de litígio do contestado franco brasileiro durante os séculos XVIII e XIX. Nesse período as terras do Cabo Norte despertavam interesses entre franceses e brasileiros. A França contestava que o limite territorial entre os dois povos era até o rio Araguari, enquanto para o Brasil, o rio Vicente Pinzon (rio oiapoque) era o divisor da fronteira bem como dos limites do território francês (GRANGER, 2012).

Essa disputa territorial ficou conhecida como “a questão do Amapá” ou disputa pelo Contestado franco-brasileiro (GRANGER, 1999; RIO BRANCO, 1945). Após inúmeros estudos e conferências, a sentença foi pronunciada pelo governo suíço em 1900, concedendo ao Brasil a posse definitiva da região litigiosa depois de séculos de confronto pelas posses das terras (SILVA, 2013).

Geopoliticamente, o resultado dessa disputa consolidou a absorção definitiva do recorte de terras como parte territorial integrativa do Brasil, delegando a ele o direito sobre o povoamento, a ocupação e exploração da área antes disputada. A partir deste momento, a fronteira franco-brasileira passou por uma fase de “esquecimento” pelas autoridades das duas partes, sendo as relações diplomáticas marcadas pela indiferença nos usos político-territoriais na região (SILVA, 2013).

Com o passar dos tempos, a partir da década de 1950, os primeiros povoados a se originar na região foi a de Tartarugal Grande, que ficava às margens de um rio com o mesmo nome. No entanto, o fato desse rio apresentar quedas d’água significativas, dificultando o transporte tanto dos moradores quanto do gado em via

fluvial, fez com que alguns desses moradores se instalam-se para outro lugar, o qual denominaram de Tartarugalzinho, por se tratar de um afluente do rio Tartarugal Grande.

No início da década de 1980, começa a ocorrer à imigração para a localidade de uma população atraída pelos incentivos de assentamento agrícola, promovida pelo Plano Desenvolvimento do Amapá (1980-1985), o qual tinha como objetivo principal o atendimento ao setor primário amapaense. Para isso, foram definidas áreas prioritárias, especialmente as localizadas ao longo da BR-156, para incentivar o desenvolvimento agropecuário (PORTO, 2005).

Com a descoberta de ouro nos arredores da atual sede do município, há um redirecionamento de seu curso normal de vida com consequências marcantes em nível populacional, qualidade ambiental e de vida econômica e social. A garimpagem do ouro secundário, na década de 1980 foi intensa na região atraída ainda mais pessoas para os locais conhecidos como mineiro, mandiocal, bananal e buracão, atraindo muitas pessoas para região (OLIVEIRA, 2010).

Por conta dessa intensa transição e imigração de pessoas, em 1987 o município de Tartarugalzinho/AP foi criado pela Lei nº 7.639, em 17 de dezembro do mesmo ano pelo então Território Federal do Amapá, sendo desmembrado do município de Amapá/AP. Primeiramente a criação do novo município teve o intuito destinada à reorganização do espaço amapaense, com a passagem de mudança de *status* de comunidade para município. A criação de uma administração local mais próxima à comunidade, era essencial, para que se pudesse ter acesso direto aos repasses constitucionais, com o intuito de que fossem aplicados em políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vidas dos munícipes (TOSTES, 2011).

Na década de 1990 a empresa Amapá Florestal e Celulose S.A. (Amcel), empresa multinacional no setor de celulose, instala no município de Tartarugalzinho/AP o viveiro de *Eucalyptus*, com produção anual de 14 milhões de mudas ao ano, atualmente os controles acionários da AMCEL pertence aos grupos Japoneses, *Nippon Paper Industries* e *NYK – Nippon Yusen Kabushiki Kaisha* (AMCEL, 2018). Com a vinda da empresa, outro fluxo migratório se instalou no município o que impulsionou no aumento populacional da região.

Nas últimas décadas o núcleo urbano da cidade teve um expressivo crescimento, provenientes ao crescimento das atividades de comércio e da presença de instituições públicas do Estado do Amapá, porém a expansão da cidade fica

limitada ao eixo da BR 156, em termo de população, o município de Tartarugalzinho é um dos poucos municípios que há acentuado equilíbrio entre a população urbana e a rural, conforme o censo realizado em 2010, em percentuais são 52% da população que vive em área urbana e 48% que residem na área rural, fato este, deve-se principalmente aos assentamentos agrícolas que foram importantes para a fixação da população em meio rural.

## 2.2 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Tartarugalzinho está localizado no leste do estado do Amapá, sua sede política, está distante da capital do Estado, Macapá a uma distância de 232 km com um tempo de condução média estimada em 2 horas e 59 minutos. Possui uma área total de 6.742 km e faz fronteira com os municípios de Pracuúba a noroeste e norte, Amapá a nordeste, Cutias a sudeste e Ferreira Gomes e sudoeste.

Para Santos (2013), a explicação das outras sedes municipais não estarem às margens da rodovia, mesmo que não estejam tão distantes delas, é pelo fato das cidades de Amapá e Calçoene existirem bem antes de a BR156, quando sua principal forma de circulação ocorria pelos rios e pelo oceano. Quanto à cidade de Pracuúba, a mais distante da rodovia, se explica pela sua origem voltada às atividades extrativas e pesqueiras pelos lagos e rios que a contornam.

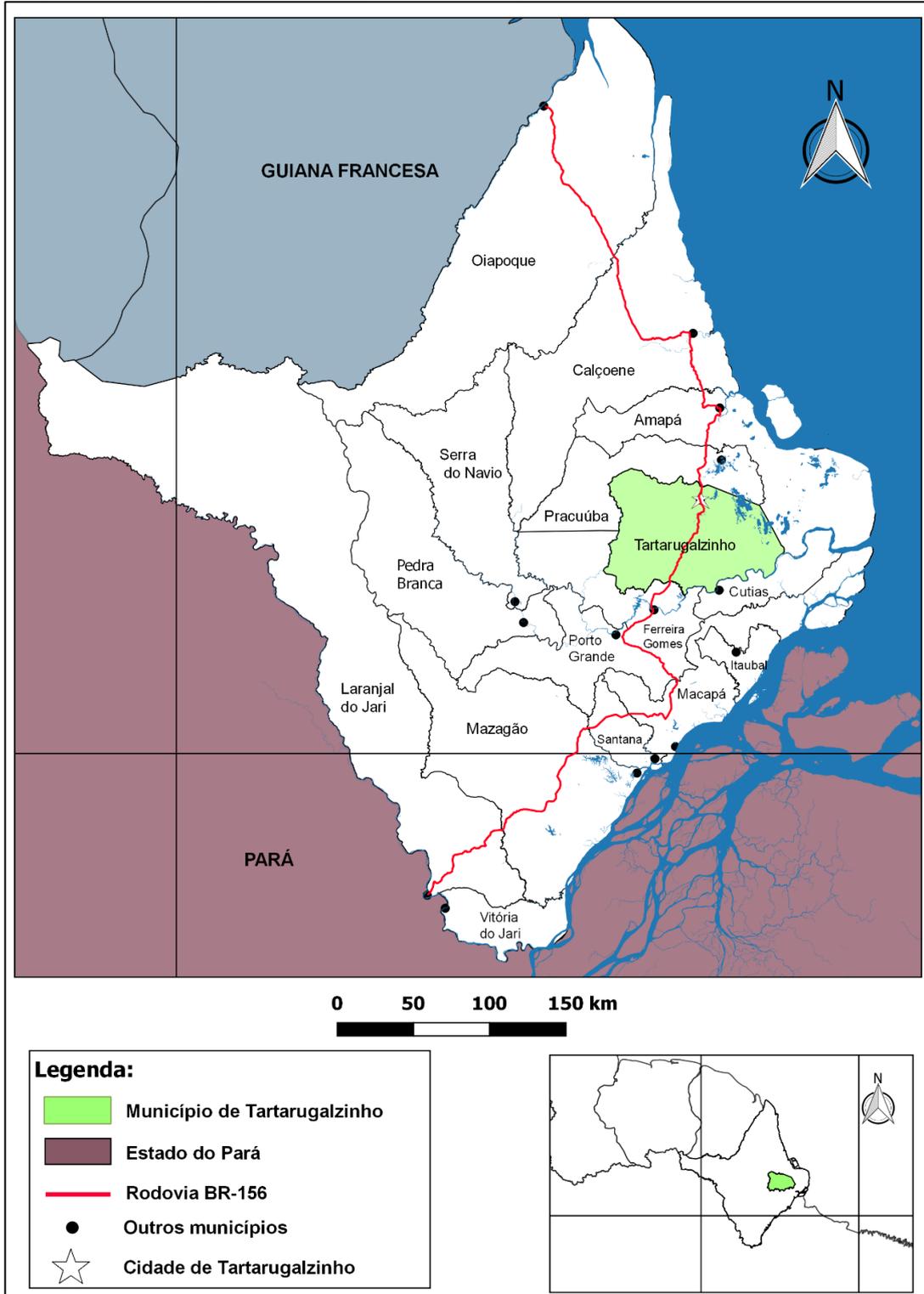
Tartarugalzinho/AP foi à cidade onde a rodovia asfaltada chegou primeiro, pois a pavimentação a princípio veio seguindo o sentido Macapá/AP – Oiapoque/AP, e a cada mandato de governo se asfaltava alguns quilômetros, processo que se arrasta desde o início da década de 1990 e, até hoje, os aproximados 460 quilômetros que deviam ser pavimentados da margem esquerda do rio Araguari até a cidade de Oiapoque/AP ainda não foram concluídos (SANTOS, 2013).

Um outro ponto a destacar sobre a localização do município é que ele pertence a região dos lagos, essa região possui como características uma representação de natureza inundável das terras. Essas são constituídas pela soma dos domínios da floresta de várzea, campos inundáveis e mangue e, atinge seu ápice de inundações durante o período das chuvas, que se concentra nos primeiros seis meses do ano (SANTOS, 2013).

Conforme o Mapa 1, a sede do município de Tartarugalzinho/AP é a única cidade do corredor da BR 156, que fica literalmente na passagem para quem vem de

Macapá para Oiapoque ou do Oiapoque para Macapá. Atualmente a sede do município vem funcionando como um entreposto para as cidades de Amapá e Calçoene (TOSTES; FERREIRA, 2016).

Mapa 1 - Localização do município de Tartarugalzinho/AP



Fonte: IBGE, Secretaria do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente (2017).

A região é composta também, pelos municípios de Calçoene, Amapá e Pracuúba. No período de inverno, em que estão cheios, os lagos dessa região se interligam, permitindo através de pequenas embarcações o trânsito entre a cidade de Amapá e às proximidades de Tartarugalzinho, o que proporciona a pesca na região.

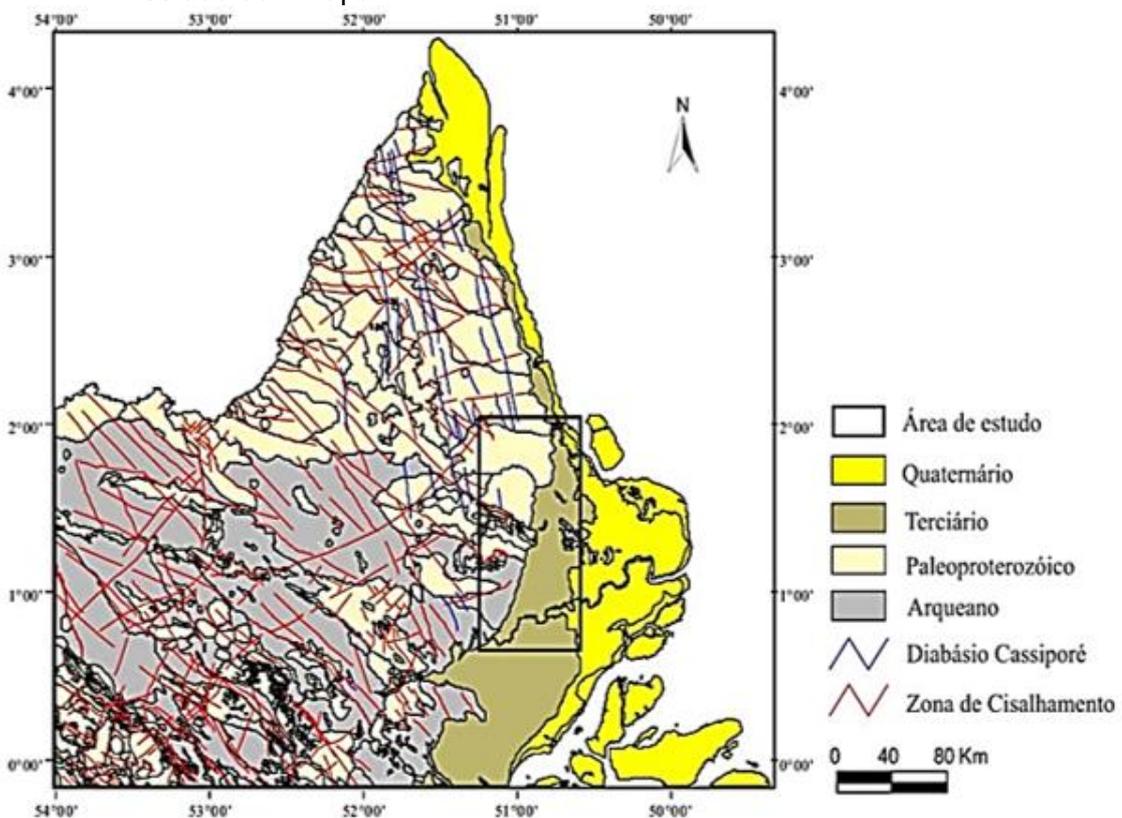
## 2.3 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO

### 2.3.1 Geologia local

De acordo com Martins (2009), o município de Tartarugalzinho/AP está posicionado na borda oriental do Escudo das Guianas, no domínio da Província Maroni-Itacaiúnas e inclui parte da cobertura Fanerozóica sedimentar a leste, representada pelo Grupo Barreiras (terciário) e coberturas quaternárias subordinadas.

Segundo Martins (2009) o embasamento cristalino neste setor do Escudo das Guianas é composto por rochas ígneas e metamórficas de idades arqueanas e paleoproterozóicas conforme o Mapa 2.

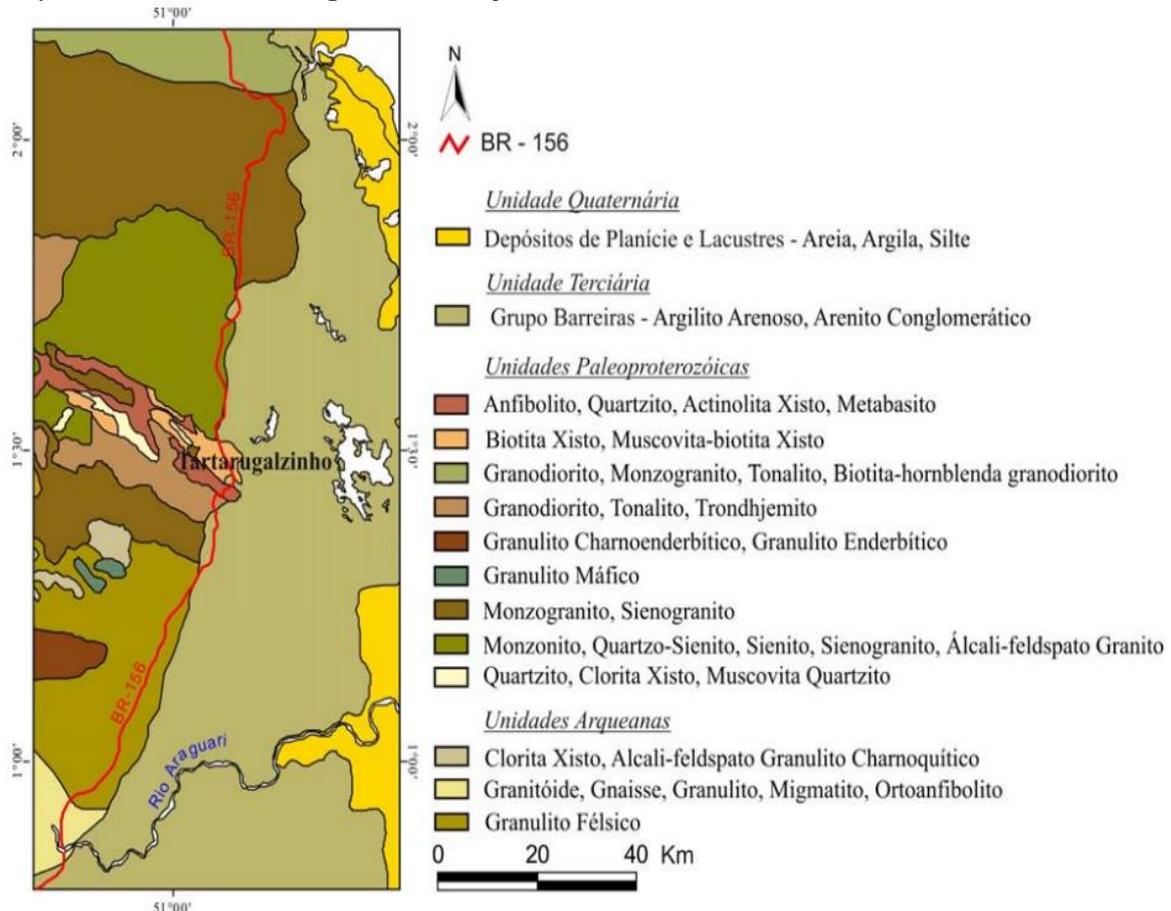
Mapa 2 - Principais estruturas presentes na porção oriental do escudo das guianas no estado do Amapá



Fonte: CPRM (2004) *apud* MARTINS (2009).

No Mapa 3, vemos que a região possui também uma cobertura sedimentar que é constituída por rochas sedimentares argilosas, areno-argilosas e arenosas, submetidas a intensos processos intempéricos, dentre os quais a lixiviação do ferro, que provocam nestas rochas um aspecto mosqueado, com tonalidades amareladas, avermelhadas e esbranquiçadas (SILVEIRA; SANTOS, 2006).

Mapa 3 - Unidades Litológicas da Porção Oriental do Escudo das Guianas



Fonte: CPRM (2004) apud MARTINS (2009).

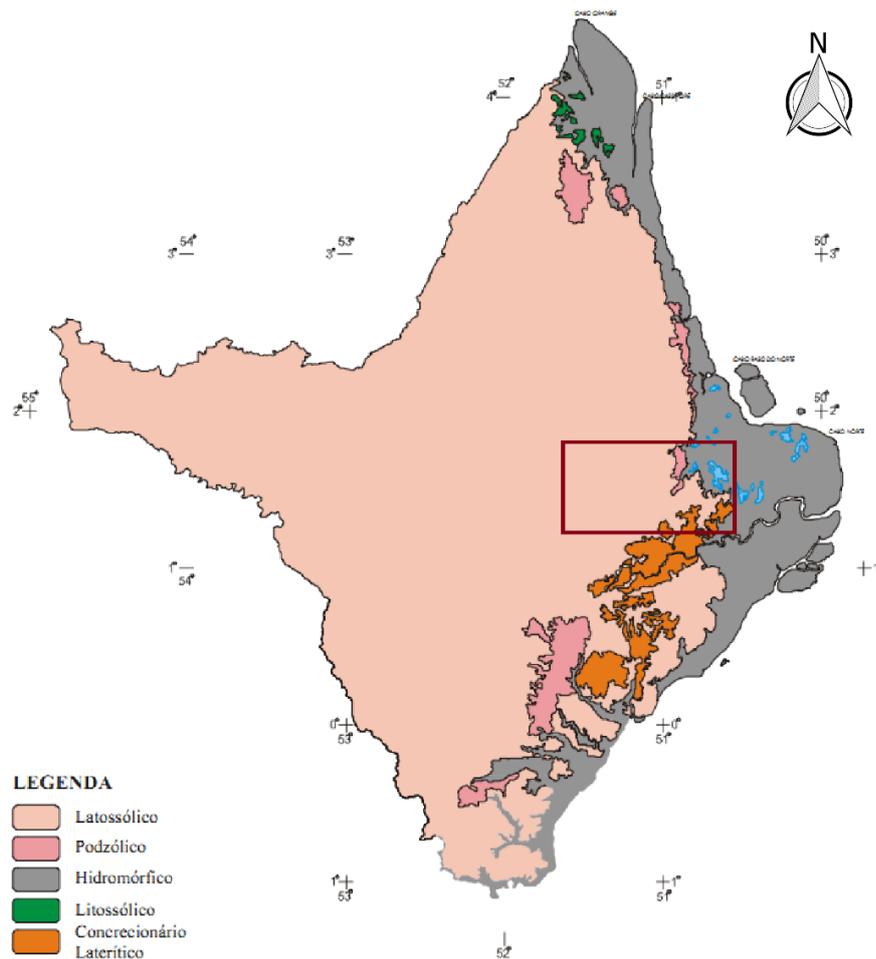
Para Silveira e Santos (2006), a cobertura sedimentar quaternária é constituída fundamentalmente por depósitos de planície e depósitos lacustres. Os depósitos de planície são localizados em áreas planas de campo em planície costeira, caracterizada por sedimentos pelíticos (argila e silte) e por inundação parcial ou total de sua área.

Os depósitos lacustres são localizados em áreas em torno dos principais lagos da região costeira, e caracterizam-se por serem ricos em matéria orgânica e sedimentos arenosos grosseiros com granocrescência ascendente típicos de canais fluviais.

### 2.3.2 Domínios pedológicos

De acordo com os estudos publicados pelo IEPA (2008) aos domínios pedológicos presentes no município de Tartarugalzinho/AP, como podemos observar no Mapa 4, abrange quatro tipos de solos dentre eles são: Latossólico, Podzólico, Hidromórfico e Concrecionário Laterítico.

Mapa 4 - Domínios Pedológicos no município de Tartarugalzinho/AP



Fonte: ZEE (2009).

Conceitualmente o Latossólico, compreende no grupo dos Latossolos Vermelho Amarelo (LV), ocorrendo em ambientes de floresta densa de terra firme e grupo do Latossolo Amarelo (LA) onde constitui-se o solo predominantemente de domínio savanbítico e das faixas de contato cerrado/floresta (IEPA, 2008).

O solo podzólico são originados da decomposição de rochas do Pré-Cambriano e de sedimentos do Terciário. Sua distribuição está ligada principalmente as áreas de

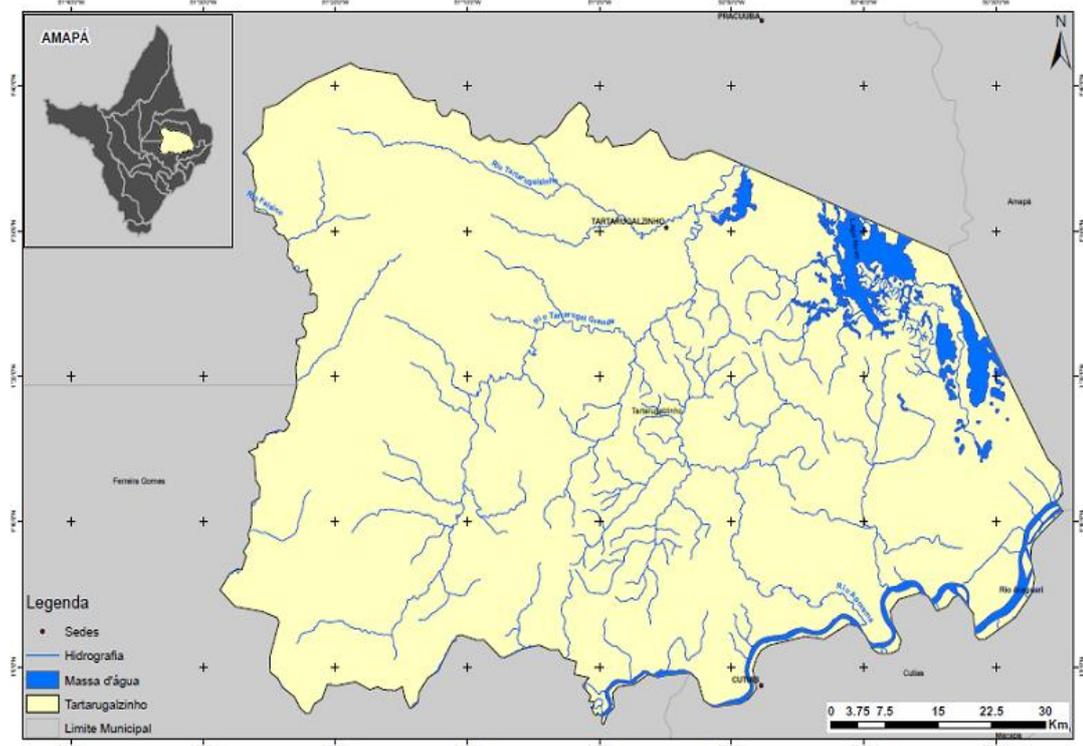
floresta densa, em relevo variável de ondulado a fortemente ondulado, já do Cerrado é pouco representativa (IEPA, 2008).

O hidromórfico são solos formados a partir dos sedimentos recentes do período Quaternário onde são formadores das planícies fluviais e fluviomarinhas da região. Estão ligados a diferentes tipos de ambientes, destacando-se os manguezais, áreas deprimidas inundáveis e várzeas ribeirinhas; e são fortemente influenciados pelo regime hídrico através do lençol freático, chuvas e marés e o Concrecionário Laterítico: São solos originados de sedimentos argilosos e argilo-arenosos do Terciário (IEPA, 2008).

### 2.3.3 Recursos hídricos

A drenagem da bacia do município é representada por rios principais caudalosos e perenes, que permanecem durante o ano com razoável vazão, dentre os mais importantes são: O rio Araguari, Tartarugal Grande, Tartarugalzinho, Aporema, conforme o Mapa 5, observamos uma maior densidade de drenagem no centro-leste do território do município com a presença de grandes lagos e lagoas na região nordeste do mesmo.

Mapa 5 - Rede de Drenagem de Tartarugalzinho/AP.



Fonte: IBGE (2010).

Esses lagos conforme a aponta o Mapa 5, possuem grande importância, pois no período em que secam durante o verão, período em que os peixes e as tartarugas descem para os lagos mais fundos ou para os rios mais caudalosos em uma estratégia de sobrevivência. Na época das chuvas os lagos enchem e são navegáveis e representam uma das potencialidades locais.

#### **2.3.4 Unidades de conservação**

Sobre as unidades de conservação conforme o Mapa 6, o município de Tartarugalzinho abriga duas unidades: A Reserva Biológica do Lago Piratuba (REBIO PIRATUBA) criada pelo Governo Federal em 1980 e a Floresta Estadual de Produção do Estado do Amapá FLOTA, criada pelo Governo do Estado do Amapá em 2006.

A Reserva Biológica do Lago Piratuba foi criada pelo Decreto nº 84.914/1980 com alterações através do Decreto nº 89.932, de 10 de julho de 1984 e está inserida na planície costeira do setor atlântico do Estado do Amapá, onde se situa a conhecida região dos lagos amapaenses.

A reserva é uma unidade de proteção integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, conforme descreve o art. 10 da Lei nº 9.985/2000, que não é permitida interferência humana direta ou modificações ambientais, excetua as medidas de recuperação de ecossistemas alterados e a prática do manejo para recuperação e preservação do equilíbrio natural, a biodiversidade e os processos ecológicos naturais (DIAS, 2003).

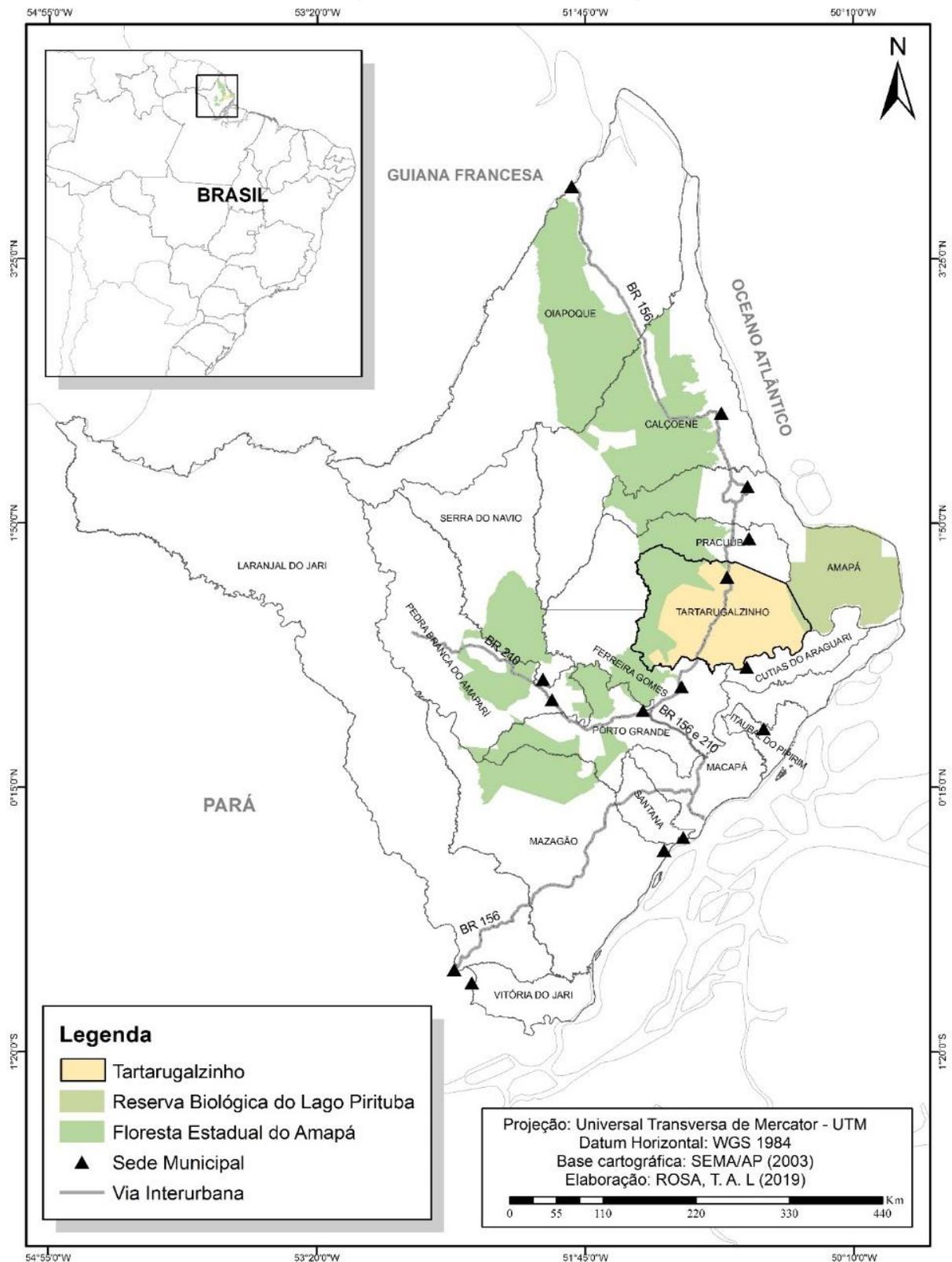
A reserva é assim denominada devido a extenso lago homônimo em seu interior (chamado de Piratuba), com aproximadamente 357.000 ha e perímetro de 390 km, área da unidade de conservação Reserva Biológica do Lago Piratuba (REBIO PIRATUBA), existindo ainda propostas para a criação da Reserva Marinha Extrativista do Sucurijú, na porção extrema leste da UC, no Cabo Norte (DIAS, 2003).

A Floresta Estadual de Produção do Estado do Amapá (FLOTA) foi criada pela Lei Estadual 1.028, de 12 de julho de 2006, e caracteriza-se como unidade de conservação de uso sustentável, sendo compatível com a Lei. 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (EULER; ALMEIDA, 2014).

Com uma área aproximada de 2,3 milhões de hectares, englobando parte de 10 municípios do Estado do Amapá dentre eles estão: Mazagão, Porto Grande, Pedra

Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque (EULER; ALMEIDA, 2014).

Mapa 6 - Unidades de conservação localizadas em Tartarugalzinho/AP em 2019



Fonte: Rosa (2019)

A FLOTA-AP contribui com a conservação de aproximadamente 2% (2.369.400 ha) do total das UC inseridas na Amazônia Legal, que até dezembro de 2010 era de 310 UC, totalizando 1.174.258 km<sup>2</sup> (23,5%) do território. Agora em relação ao Estado do Amapá, a FLOTA/AP é a segunda maior UC, abrangendo 10 dos 16 municípios existentes, conservando 16,51% de sua área, além de compor o Mosaico do Oeste do Amapá (EULER; ALMEIDA, 2014).

É importante considerar também a representatividade da FLOTA/AP para a biodiversidade do Amapá, por estar em uma condição específica, inserindo-se na porção central do Estado do Amapá, e possuindo um gradiente e mosaico entre sistemas de Savana e Floresta Ombrófila Densa, além de formações pioneiras em menor proporção.

## 2.4 POPULAÇÃO

A expansão populacional de Tartarugalzinho/AP deve-se ao grande movimento migratório, devido aos assentamentos rurais, a descoberta de jazidas de ouro nas áreas próximas a cidade, bem como o assentamento de projetos agroflorestais. A população recenseada pelo IBGE no último censo realizado em 2010, foram de 12.435 habitantes, o que corresponde em números percentuais há 2% da população amapaense e representa uma densidade demográfica de 1,85 hab./km<sup>2</sup>, e teve uma evolução conforme a divulgação realizada em 2019, apontado um crescimento estimado em 17.315 habitantes.

A Tabela 1 demonstra a relação do crescimento populacional em números consolidados entre Tartarugalzinho, Amapá e Brasil, a população do município no período entre 1991 a 2000 cresceu a uma taxa média anual de 6,47%, enquanto que o Estado do Amapá cresceu 8,10% e no Brasil foi de 1,96% e entre os anos de 2000 e 2010, a população de Tartarugalzinho/AP cresceu a uma taxa média anual de 8,49%, enquanto no Brasil foi de 1,37% no mesmo período e a população do Estado foi de 4,48%, ou seja, Tartarugalzinho teve um dos maiores níveis de crescimento do País nas últimas duas décadas.

Na Tabela 2 demonstra em seus dados a evolução da população residente por gênero em relação a total. Percebe-se que mesmo com o aumento da população tanto do sexo masculino quanto do feminino o percentual entre 1991 a 2010 teve poucas alterações mantendo o percentual.

Tabela 1 - Evolução Populacional entre Tartarugalzinho/Amapá/Brasil no período de 1991 a 2010

Ano	Tartarugalzinho	Amapá	Brasil
1991	4.693	289.397	146.825.475
2000	7.121	477.032	169.799.170
2010	12.563	669.526	190.755.799
2019 <sup>1</sup>	17.315	845.731	210.147.125

Fonte: IBGE (2019)

Tabela 2 - População Total, Gênero, Rural/Urba - Tartarugalzinho/AP no período de 1991 a 2010

População	1991	2000	2010
População total	4.693	7.121	12.563
População residente masculina	2.523	3.805	6.679
População residente feminina	2.170	3.316	5.884
População urbana	1.590	3.483	6.516
População rural	3.103	3.638	6.047

Fonte: IBGE (2010).

O município de Tartarugalzinho, conforme os dados apresentados, possui uma população com predominância masculina em todos os censos realizados. No censo de 1991, a população possuía um percentual de 54% para a população masculina e 46% feminina e ao longo dos censos esses percentuais se repetem até o censo de 2010.

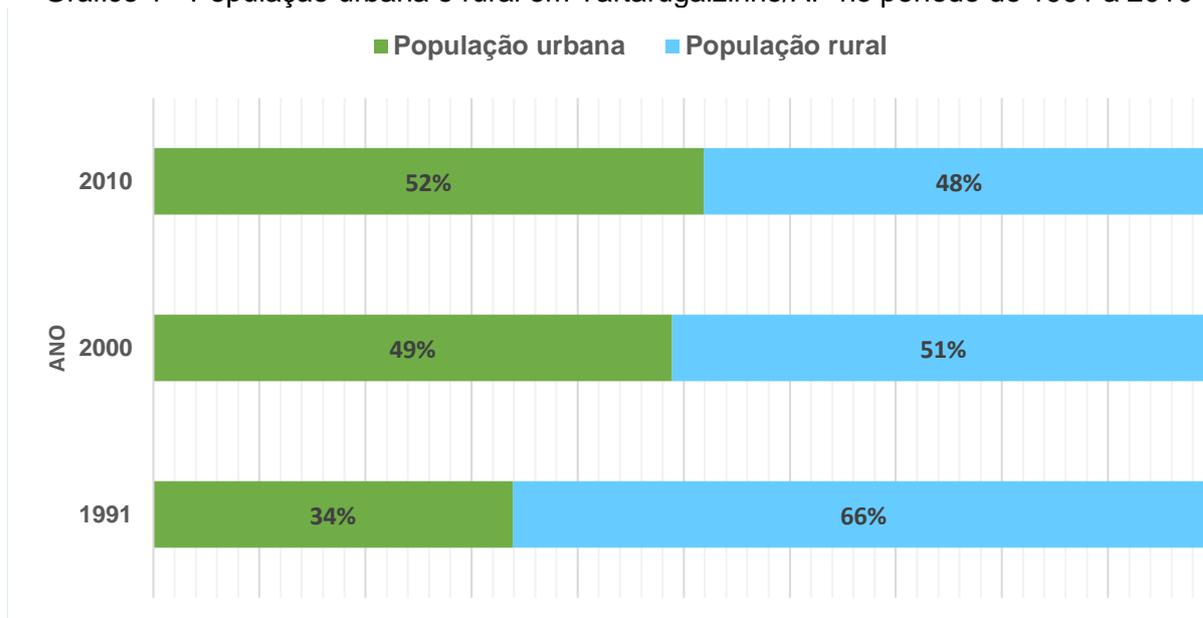
Quanto a população urbana e rural, o censo de 2000 demonstrou que o município de Tartarugalzinho/AP era essencialmente rural. Essa caracterização

<sup>1</sup> População estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2019.

histórica é proveniente dos assentamentos rurais<sup>2</sup> que foram instalados pelo INCRA durante a década de 1980.

Entretanto, em 2010 ocorreu o aumento na população urbana, bem como a expansão da sede municipal, com isso, a sede passa a ter peso nos números e o município começa a apresentar características urbanas na composição de sua população conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - População urbana e rural em Tartarugalzinho/AP no período de 1991 a 2010



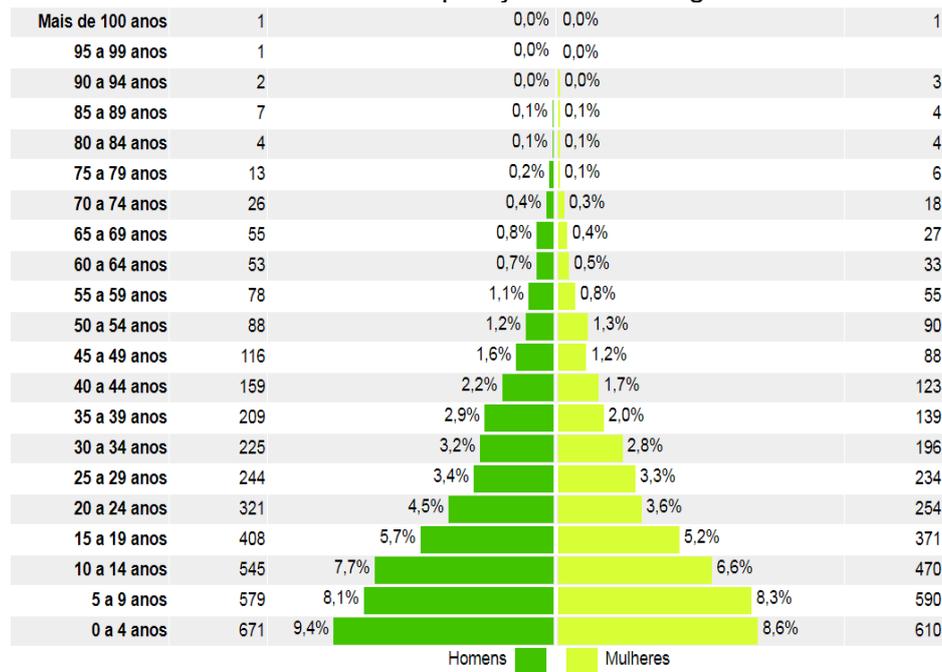
Fonte: IBGE (2010).

Nota-se no Gráfico 1 a evolução da população urbana do município. Em 1991, a população rural era representada em um percentual de 66%, enquanto que a população urbana era de apenas 34%. Nos censos de 2000 e de 2010 há uma transição da população invertendo praticamente os percentuais, ou seja, no último censo 52% da população é estritamente urbana.

Nos Gráficos 2 e 3 demonstra que a base da população de Tartarugalzinho/AP é basicamente composta por jovens em sua maioria. Essa base é semelhante aos países subdesenvolvidos, ou seja, a base da pirâmide é larga enquanto o topo é estreito.

<sup>2</sup> Os assentamentos instalados em Tartarugalzinho/AP são Bom Jesus, Cedro, São Benedito do Aporema, Nova Vida e Governador Janary, as famílias instaladas são provenientes dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Pará, ali, instalados e na tentativa de ocupar a área trabalhando basicamente com as culturas de subsistência: arroz, mandioca, macaxeira e banana. Ao todo foram assentados 1.478 famílias nos cinco assentamentos no município.

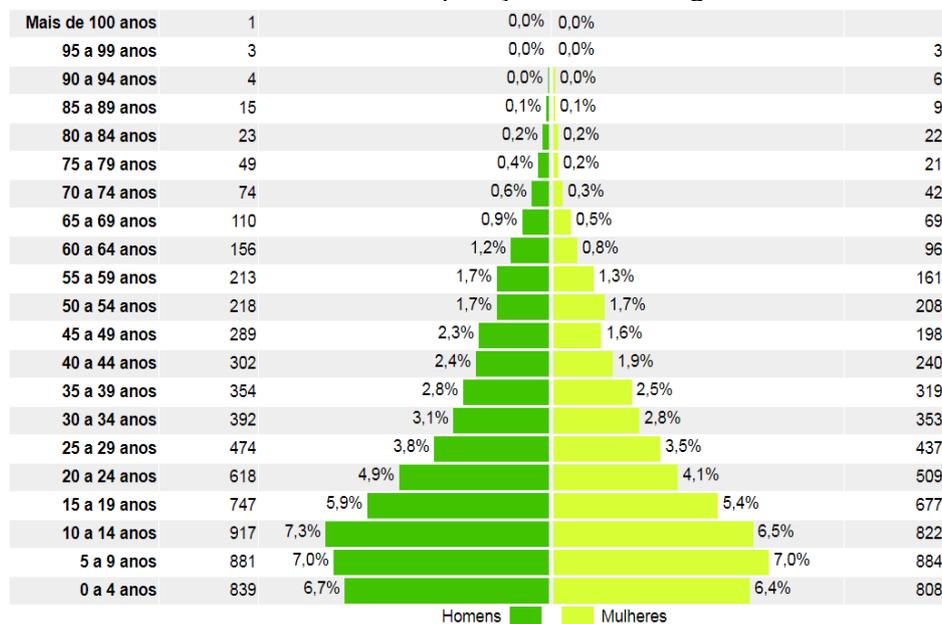
Gráfico 2 - Pirâmide Etária da População de Tartarugalzinho 2000



Fonte: IBGE (2010).

Isso significa que há uma alta taxa de fecundidade da mulher, bem como, há uma tendência em que o gestor público tenha gastos elevados com a saúde e a educação e também essa base representa um número grande de pessoas que não estão empregadas, por não estarem em idade ativa economicamente

Gráfico 3 - Pirâmide Etária da População de Tartarugalzinho 2010



Fonte: IBGE (2010).

Fazendo um comparativo entre os Gráficos 2 e 3, observa-se o percentual entre a população masculina e feminina pouco mudam, mas há uma leve diminuição no percentual de natalidade, ou seja, crianças de 0 a 4 anos, mas houve crescimento em números consolidados, mostrando que o município ainda possui uma taxa de crescimento em sua população.

## 2.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética para o progresso a longo prazo e é realizada pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual é realizado a cada 10 anos. Trata-se de um indicador composto por dados estatísticos que são divididos em três dimensões básicas do desenvolvimento humano entre eles temos: A renda, educação e a saúde, sendo que a escala de 0 representa nenhum desenvolvimento humano e a escala de 1 representa o total desenvolvimento humano (BRASIL, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) permite ao Brasil, bem como os seus estados, comparar o desenvolvimento de seus municípios. Com os dados em mãos, o pesquisador pode realizar uma caracterização do município estudado, uma vez que com a informações é possível sabermos o seu desempenho nas três dimensões, e também fazer uma comparação entre os municípios em si, com o estado e também com os demais países. O IDH é classificado da seguinte forma de acordo com os seus resultados: Muito alto (acima de 0,800), Alto (0,700 até 0,799), Médio (0,600 até 0,699), Baixo (0,500 até 0,599) e muito baixo (0,000 até 0,499).

O IDHM de Tartarugalzinho/AP em 1991 apresentava um índice correspondente a 0,311 e teve um aumento para 0,450 em 2000, ou seja, ocorreu um crescimento em percentuais de 44,69%. Nesse período, a dimensão que contribuiu para esse crescimento foi a educação com crescimento de 0,171, em percentual representou um avanço de 185,87% nessa categoria conforme demonstra a Tabela 3.

Por outro lado, a Renda teve um decréscimo de -4,24%, ou seja, a renda da população diminuiu na década, segundo o PNUD (2017) a renda passou de R\$ 202,56 em 1991 para R\$ 175,88 em 2000. A evolução da desigualdade de renda nesses dois

períodos pode ser descrita através do Índice de Gini<sup>3</sup>, que passou de 0,65, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,65, em 2010.

Tabela 3 - IDHM de Tartarugalzinho entre 1991 a 2010

	1991	2000	Δ%	2010	Δ%
<b>Educação</b>	0,092	0,263	185,87%	0,473	79,85%
<b>Longevidade</b>	0,633	0,696	9,95%	0,794	14,08%
<b>Renda</b>	0,519	0,497	-4,24%	0,553	11,27%
<b>Geral</b>	<b>0,311</b>	<b>0,450</b>	<b>44,69%</b>	<b>0,592</b>	<b>31,56%</b>

Fonte: BRASIL (2013).

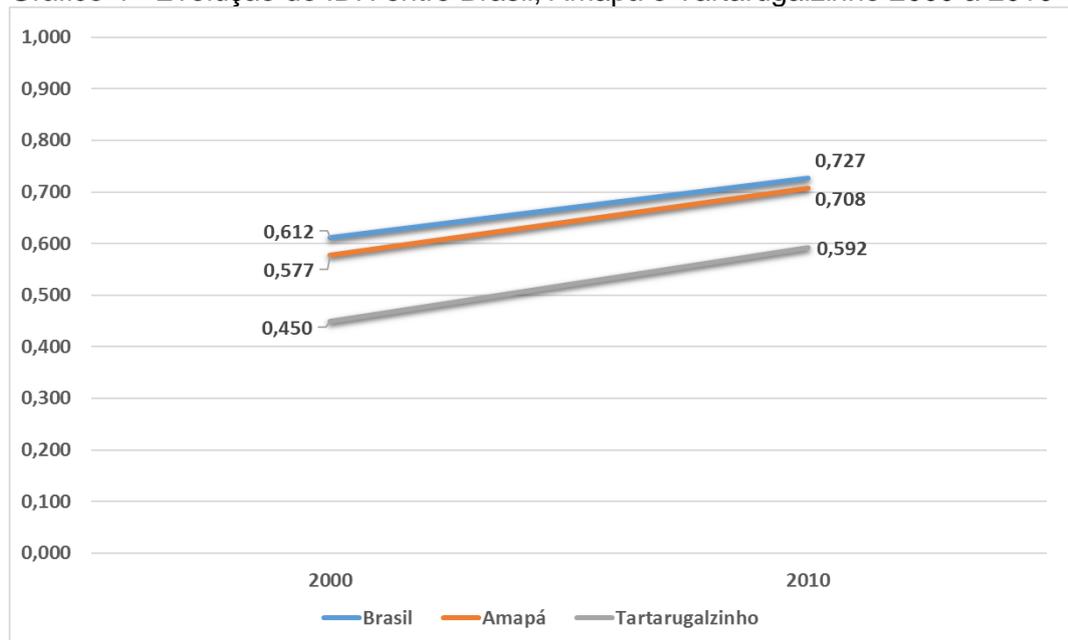
Conforme conta na Tabela 3, entre 2000 e 2010 o IDHM de Tartarugalzinho/AP passou de 0,450 em 2000 para 0,592 em 2010, o que representou uma taxa de crescimento de 31,56%. Nesse período, a dimensão cujo índice que mais cresceu em termos absolutos foi Educação de 0,263 para 0,473 ou seja, um crescimento de 0,210 que representou em percentuais uma variação positiva de 79,85%, seguida por Longevidade 14,08% e pela Renda 11,27%.

No Gráfico 4, demonstra um parâmetro evolutivo de crescimento entre o Brasil, Amapá e Tartarugalzinho. No período de 2000 a 2010, em percentuais o Brasil teve um avanço de 18,79% no IDH, enquanto que o estado do Amapá teve um crescimento de 22,70% e município de Tartarugalzinho teve um crescimento acima o que corresponde a 31,56% no IDHM.

Mesmo com os avanços da última década o município de Tartarugalzinho/AP ocupa a 4.331<sup>a</sup> posição entre os 5.565 municípios brasileiros com um IDHM de 0,592, ou seja, o município possui um desenvolvimento baixo no indicador. No ranking do PNUD, o município de São Caetano do Sul/SP possui o melhor índice de 0,862 e o município de Melgaço/PA tem o menor índice do País que corresponde a 0,418 (BRASIL, 2013).

<sup>3</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004).

Gráfico 4 - Evolução do IDH entre Brasil, Amapá e Tartarugalzinho 2000 a 2010



Fonte: BRASIL (2013).

## 2.6 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM

O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes conforme aponta o Quadro 1 (FIRJAN, 2018).

O acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) monitora três áreas - Emprego & Renda, Educação e Saúde, utilizando exclusivamente estatísticas públicas oficiais<sup>4</sup>. Especificamente, são acompanhadas as conquistas e os desafios socioeconômicos brasileiros pelo prisma da competência municipal: manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de emprego e renda, educação infantil e fundamental e atenção básica em saúde. O Quadro 1 abaixo apresenta as variáveis que compõem o índice.

<sup>4</sup> As fontes primárias de dados são os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

Quadro 1 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM

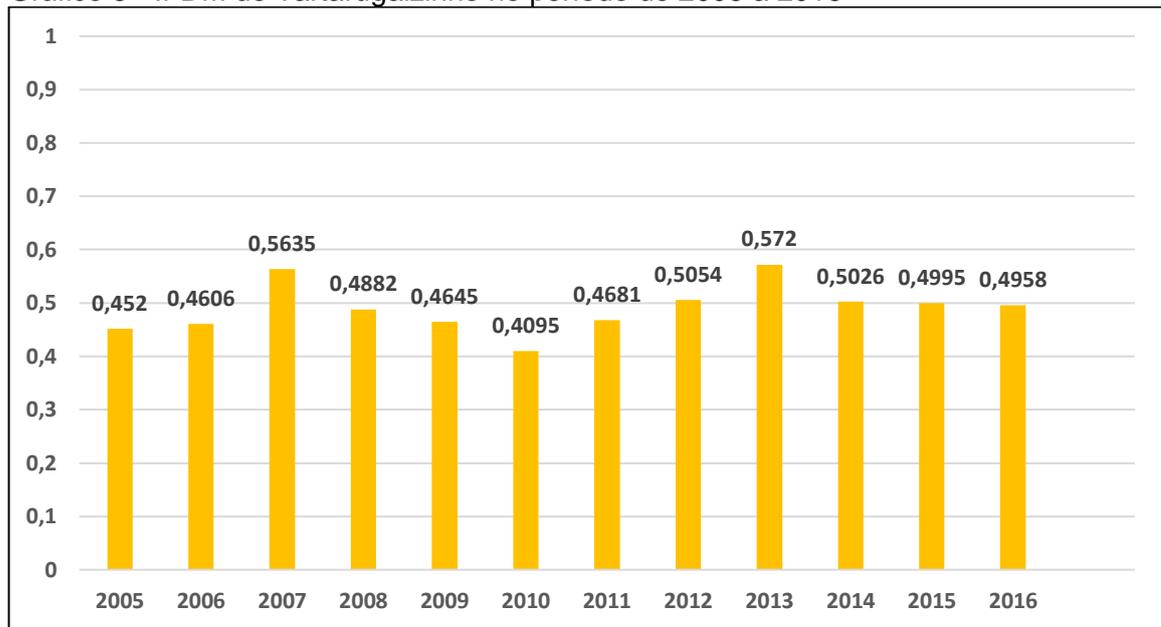
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal.</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho.</li> <li>• Geração de renda.</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal.</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas-aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Firjan (2018).

A leitura do índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram estabelecidos quatro conceitos para o indicador. 0,0 a 0,4 são considerados municípios com baixo estágio de desenvolvimento; de 0,4 a 0,6 apresentam o desenvolvimento regular; Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 são considerados com o desenvolvimento moderado e municípios com indicador entre 0,8 e 1,0 são municípios de alto estágio de desenvolvimento.

No período de 2005 a 2016 conforme demonstra o gráfico 5, o município de Tartarugalzinho/AP apresentou índices de desenvolvimento regular, ou seja, o município fica entre os 23,6% dos municípios brasileiros que estão nessa faixa de desenvolvimento e também assim como os 14 municípios do Estado do Amapá, sendo apenas a capital Macapá/AP apresenta um índice de 0,6446 de desenvolvimento moderado (FIRJAN, 2018).

Gráfico 5 - IFDM de Tartarugalzinho no período de 2005 a 2016



Fonte: firjan (2018).

No que apresenta o Gráfico 5 o melhor desempenho que o município de Tartarugalzinho/AP teve sobre o desenvolvimento foi em 2013 com um índice de 0,572 e o menor desempenho da série foi em 0,4095 no ano de 2010 e na última avaliação apresenta um valor de 0,4958.

Esses dados possui uma relevância interessante pelo fato de que o desenvolvimento do município é praticamente estático, ou seja, não possui nenhuma consistente de crescimento. Esse fato implica diretamente na população já que às áreas de desenvolvimento citados no indicador permanecem na mesma situação por um longo período como demonstra o Gráfico 5.

## 2.7 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

Para Milone (1998), o desenvolvimento econômico de uma região deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita<sup>5</sup>, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

<sup>5</sup> O termo per capita é utilizado para fazer referência ao peso médio. Isto é, quer dizer que representa o somatório da variável em questão dividido pela população.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que mede as riquezas produzidas nos três segmentos econômicos: agropecuário, indústria, e comércio e serviços, utilizada pela macroeconomia, onde valor incide sobre os bens e serviços que uma região produz e que potencialmente podem contribuir para o bem-estar de sua população e promover o desenvolvimento econômico da região. Esse valor monetário é efetivamente calculado sobre o valor total da produção cada bem ou serviço produzido, do mercado sem as transações intermediárias (GOMES, 2012).

No estado do Amapá qual é medido a preços de mercado, ou seja, foram transacionados no

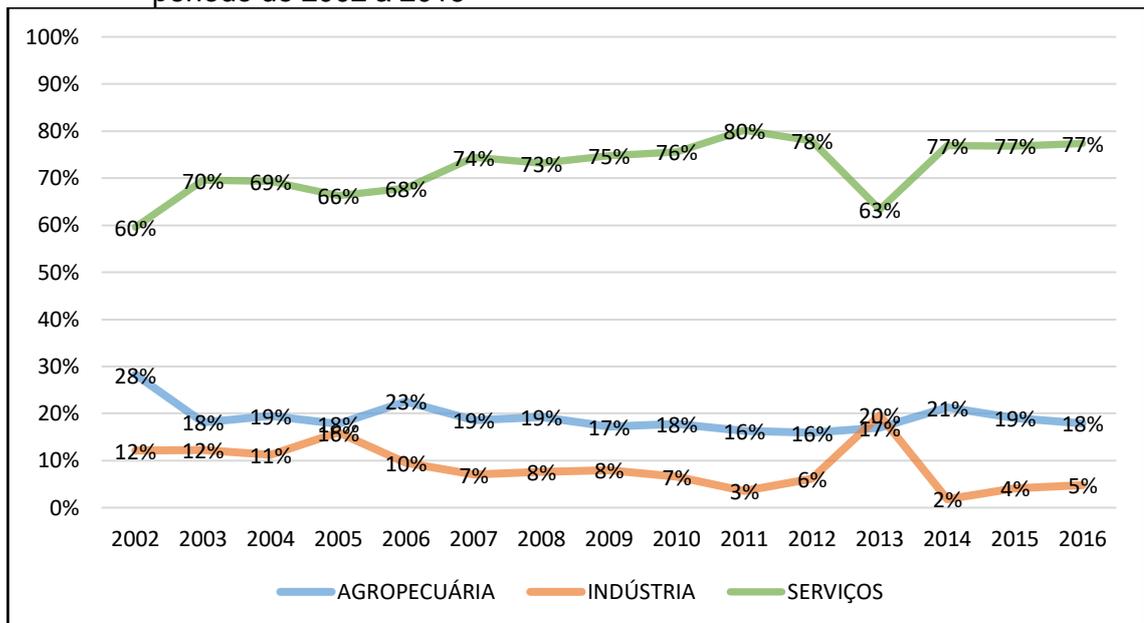
o desenvolvimento econômico é impulsionado pelo setor de serviços, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá (SEPLAN), no período de 2011 a 2015 correspondeu a valores em média de acima dos 86% na participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços correntes no Amapá, sendo que os subsetores da Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social correspondem a 45% do PIB amapaense, em valores o PIB amapaense em 2015 foi de R\$ 13,8 bilhões, ocupando a posição de 25º lugar no ranking nacional, com uma participação de 0,23% e uma taxa de crescimento real de -5,5% (SEPLAN; IBGE, 2017).

Em Tartarugalzinho/AP o panorama econômico não é diferente, praticamente se espelha com a situação do Estado do Amapá, os serviços contribuem em percentuais acima dos 60%. No Gráfico 6 que se segue há uma representação em série do qual percebemos que no período de 2002 a 2016 que os serviços são importantes na composição do PIB municipal de Tartarugalzinho e que a indústria e a agropecuária se aproxima e até chegam a se revezar durante os anos na questão de contribuição na formação do produto interno bruto local.

Por toda a série da composição do PIB de Tartarugalzinho/AP, o setor de serviços liderou, enquanto a agropecuária ocupa o segundo lugar, exceto em 2013 quando perdeu espaço na contribuição para a indústria. Nesse ano a indústria teve participação em 20%, contra 17% da agricultura e 63% dos serviços.

Um ponto a destacar é sobre a diminuição repentina na contribuição da indústria entre os anos de 2013 e 2014, a contribuição caiu de 20% para 2%, e dos serviços que no período de 2012 e 2013 que caiu de 78% para 63%, já a agropecuária ficou com um percentual praticamente com pouca variação nos períodos citados.

Gráfico 6 - Representação da composição do PIB de Tartarugalzinho/AP, no período de 2002 a 2016



Fonte: SEPLAN e IBGE (2016)

A contribuição do PIB de Tartarugalzinho em 2015 por exemplo, em relação ao estado do Amapá possui um percentual de apenas 1,2%, em valores isso representa apenas R\$ 164.7 milhões, participação bem pequena na composição (SEPLAN; IBGE, 2017).

### 3 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CIDADES

#### 3.1 A CIDADE E O URBANO

No relatório sobre as perspectivas da urbanização mundial publicado em 2014 pela ONU, afirmam que atualmente o mundo é urbano<sup>6</sup>, ou seja, a maioria da população mundial vive exclusivamente nas cidades o que caracteriza que o modo de vida das pessoas tem se voltado mais para o lado urbano.

Sobre o surgimento das cidades, Carlos (2009), argumenta que a cidade nasce em um determinado momento da humanidade e se constitui ao longo de um processo histórico, assumindo formas e conteúdos diversos. Dessa maneira, na visão da autora, as primeiras cidades surgem, a partir de uma organização espacial, onde os diferentes grupos humanos, visando a sobrevivência, rompem o isolamento. Dessa maneira, a cidade se forma da relação de trabalho, onde se cria da relação do homem com a natureza, que é totalmente transformada no decorrer dos anos.

Na busca da vida, voltada para as cidades, surge o fenômeno urbano, que deve ser considerado um produto da nova realidade na qual as cidades passaram a ser inseridas na realidade do espaço. O urbano, por tanto, é uma consequência das realizações desenvolvidas no cotidiano sendo, portanto, o resultado de processos macros, como podemos citar a industrialização que promoveu o fluxo migratório do espaço rural para o urbano (LEFEBVRE, 1991).

Mark Gottdiener (2010, p. 127), ao apresentar a perspectiva da produção do espaço na visão de Lefebvre, expõe que o espaço,

[...] é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nestes eventos (a função da ordem social).

---

<sup>6</sup> Cerca de 54% da população mundial vive-se exclusivamente em cidades, é o que aponta o relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” publicado em 2014 pela ONU e produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (DESA), disponível no endereço eletrônico: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>

Na década de 1970, Lefebvre (1991) descreveu, metaforicamente, que a cidade (ou metrópole) industrial sofria um duplo processo de implosão e explosão. Implosão sobre si mesma e explosão sobre o espaço circundante, com a expansão do tecido urbano, em uma configuração socioespacial que estende ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo, as condições de produção, antes restritas às cidades, conforme demandas da produção coletiva (CARLOS, 2009).

Este tecido urbano, onde cada vez mais fechado, porém com diferenciações locais e ampliação da divisão do trabalho, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos e disseminam um modo de viver que comporta sistemas de objetos e sistemas de valores, e faz com que o fenômeno urbano também atravesse alegremente as fronteiras nacionais (LEFEBVRE, 1991, p. 10).

Contudo, Santos (1994), entende que o urbano e a cidade possuem um papel de destaque no espaço geográfico contemporâneo. Para o autor há uma diferenciação entre ambos, o urbano é algo de convívio geral entre todos, são as interações, o espaço denominado urbano, não se refere apenas a uma materialidade física, mas sim de um conjunto de manifestações do predomínio das atividades econômicas, processos sociais e costumes da cidade sobre o campo.

Por outro lado, a cidade trata-se do particular, o concreto e o interno, ou seja, a cidade é um espaço marcado por uma aglomeração humana, que se apresenta mais ou menos organizada em ruas, marcada pela presença de atividades econômicas não-agrícolas e que na maioria dos casos funcionam como um campo magnético que atrai, reúne e concentra homens.

Para Corrêa (1995) o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. Para ele, o espaço urbano é um produto da sociedade, ou seja, um reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, fruto da expressão espacial dos processos sociais materializados a partir das formas espaciais.

Contudo, Brenner (2013) retoma a discussão de tal concepção e destaca que implosão e explosão não correspondem a distintas sequências temporais ou cristalizações morfológicas, mas representam os “momentos”, no sentido dialético do termo, mutuamente interdependentes, como dimensões intensamente conflitivas da evolução descontínua de uma totalidade historicamente constituída.

Sobre as denominações das cidades, Lencioni (2011) destaca o fato de que todas as denominações de alguma forma incorporam os vocábulos “cidade” ou “polis”, reafirmando esses sentidos na metrópole em transição, descartando, portanto, ideias relativas ao sentido de anti-cidade.

De Mattos et al. (2012) também se referem a essa variedade de denominações que diferenciam a forma urbana emergente da forma urbana da cidade industrial, acentuando seu caráter distinto e novo. Indagam, ambos, se essa nova forma poderia seguir sendo considerada como uma “cidade” ou, como salienta Lencioni (2011, p. 4), se se deve reconhecer que estamos em frente a um fenômeno de outra natureza.

Com os conceitos de Carlos (2009), Lefebvre (1991), Lencione (2001) e Brenner (2013), os autores mostram a percepção de que a cidade é uma construção humana, que se materializa a partir do conteúdo urbano produzido por relações sociais e interações. Em outras palavras, pode-se dizer, que a cidade é objeto e o urbano fenômeno devidos as interações que acontecem no espaço.

É necessário também que se pense a cidade como um espaço contínuo, como afirma Lefebvre (2001). A cidade passa por diversas fases e transformações, mas que constitui sempre a centralidade de uma organização social. Para o autor poderíamos partir, inicialmente, de uma cidade política, que se configuraria como um espaço não-produtivo, mas que mantinha o poder e o domínio sobre o campo, concordando com a definição de MONTE-MÓR (2006) no que diz respeito ao papel inicial das cidades.

Neste sentido, à medida que o espaço aparece como algo que ultrapassa a condição de receptáculo, no palco onde as coisas acontecem, a compreensão do espaço urbano a partir dessa orientação teórica seguirá esta perspectiva, aparecendo não apenas como espaço de distribuição de materialidades específicas, mas como locus das possibilidades do encontro, das relações sociais, da transformação.

Ao contrário da cidade, o espaço denominado urbano, não se refere a uma materialidade física, mas sim um conjunto de manifestações do predomínio das atividades econômicas, processos sociais e costumes da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 2001).

Procurando fazer uma aproximação com os autores mencionados anteriormente, citamos Clark (1982) que fundamenta sua argumentação sobre a relação cidade-urbano baseando-se na expansão das cidades e sua crescente área de influência. Trabalhando com essa proposta o autor explica que não somente um

grande número de pessoas vivem em cidades ou em suas adjacências imediatas, mas segmentos inteiros da população são completamente dominados por seus valores, expectativas e estilos de vida. Assim, para o autor o urbano é um processo sócio espacial e demográfico, interligado ao crescimento das cidades, especialmente, como locais de concentração de pessoas, inseridas dentro de uma dinâmica produção capitalista (CLARK, 1982).

É necessário que os conceitos de cidade e urbano precisam estar articulados, porque requerem uma compressão na qual sua condição de inseparabilidade seja a base para a análise de processos e dinâmicas que produzem esse espaço, possibilitando entender a sociedade urbana em suas múltiplas facetas e relações complexas. Nessa perspectiva que Cavalcanti (2008, p.66) ressalta que “Não se pode fazer uma separação absoluta entre espaço urbano e cidade, assim como, numa análise dialética, não se pode fazer uma separação absoluta entre forma e conteúdo”.

Por conta das desigualdades que as cidades enfrentam no cotidiano, ferramentas de governo vem sendo estudadas para dar uma resposta à frente dos problemas sociais. O planejamento urbano vem se apresentando como uma técnica para a organização e o gerenciamento dos serviços voltados para as futuras implementações de políticas públicas. Pensar e planejar nossas cidades além de seus limites administrativos pressupõe a necessidade de umas novas práxis de atuação dos planejadores. O universo do território e seu alcance regional devem ser à base de futuros planos articulados entre as escalas urbana e regional (TOSTES, 2011).

### 3.2 O PLANEJAMENTO URBANO E O DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CIDADES

Segundo Hall (2002), o planejamento urbano brasileiro surgiu em resposta a questões sociais e problemas econômicos, que por sua vez foram desencadeados pela Revolução Industrial no final do século XVIII. No Brasil, em face da aceleração do processo de urbanização, o tema planejamento urbano ganha mais importância no movimento e sistematização da dinâmica das cidades. De acordo com Duchrow (2004), a partir do início do século XX, instituiu-se uma nova lógica voltada para a organização dos elementos urbanos através da estruturação administrativa e técnica dos espaços.

O planejamento urbano brasileiro, para Santos (2003) apresentou uma abordagem histórica, puramente voltada para uma postura urbanística do ambiente construído, ou seja, priorizou-se muito mais a organização territorial, a construção arquitetônica e os equipamentos urbanos, do que a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes que vivem nas cidades. Por décadas, o planejamento urbano brasileiro foi simplesmente associado à ideia de desenvolvimento urbano como modernização da cidade quando, então, foi denominado de planejamento físico-territorial (DUCHROW, 2004).

O planejamento é importante para se mensurar os problemas de uma sociedade, no espaço e no tempo, a fim de mitigar os custos dos impactos sociais em uma realidade dinâmica Ferrari (1984). Sustenta o planejamento como trabalho permanente, exequível, flexível e passível de ajuste de novas inserções. Para além disso, a metodologia do planejamento deve ser democrática e humanista no sentido de considerar as aspirações do povo e o seu pleno consentimento.

Segundo Ferrari (1984) o planejamento municipal deve ser integrado, articulado com metas e diretrizes dos planos das demais esferas de governo, para que de forma sinérgica englobe os aspectos econômicos, sociais e físico-territoriais da realidade a ser planejada. Três pontos são defendidos pelo autor: o uso do solo urbano (zoneamento), circulação (sistema viário) e serviços públicos ou de utilidade pública, onde as ações previstas são materializadas através dos projetos urbanos, que para terem efeitos positivos devem ser democráticos e direcionados à coletividade.

Ao tratar sobre a história do planejamento urbano no Brasil, Villaça (1999), apresenta três períodos, cuja importância se fez notável, os períodos destacados pelo autor compreendem: De 1875 – 1930; 1930 a 1990; e de 1990 até os dias atuais.

O período compreendido entre 1875 e 1930, foi aquele em que as obras de embelezamento e melhoramento tiveram destaque, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. No Brasil, em meados na década de 1930 esse tipo de planejamento representava a ação concreta do Estado, com objetivos que não condiziam com o discurso.

Villaça (1999) destaca que foi sob a égide dos planos de embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro. Deu como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, o autor afirma que, já no início do planejamento no Brasil, constatou-se que através dos interesses imobiliários eram que estavam por detrás dos grandes projetos urbanos, os quais patrocinavam, discutiam, defendiam ou atacavam”. Foi neste

sentido que a face ideológica do planejamento urbano se fez presente com a presença de um discurso baseado nos privilégios dos interesses da classe dominante à época.

O discurso ideológico também se faz presente no segundo período que Villaça (1999) seleciona para caracterizar como um período importante na história do planejamento urbano no Brasil, o qual vai de 1930 a 1990. O autor apresenta a tentativa de esconder a origem dos problemas que surgiram, atribuindo ao planejamento à função de solucioná-los, tais problemas eram, portanto, entendidos como fruto do crescimento caótico, para os quais a solução estaria no planejamento racional com técnicas e métodos bem definidos.

Os primeiros planos surgiram na década de 1930 com os planos Agache no Rio de Janeiro e Prestes Maia em São Paulo, a principal novidade desses planos era o destaque para a infraestrutura, principalmente a de saneamento e transportes. O discurso do plano diretor e do urbanismo multidisciplinar gera o “plano-discurso”, assim denominado por Villaça (1999). Para o autor, os planos representaram três diferentes períodos no Brasil, entre os anos de 1930 a 1990: Urbanismo e plano diretor (1930-1965 – apresentado anteriormente); do planejamento integrado e dos superplanos (1965-1971) e dos planos sem mapa (1971-1992).

O planejamento integrado trazia no discurso os que defendiam a necessidade de ver a cidade além de seus aspectos físicos, dessa forma o argumento era que os planos não podem limitar-se apenas nas obras de modelagem urbana, eles devem ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial do lugar para a integração da cidade em sua região Villaça (1999). O Planejamento integrado não se insere apenas na esfera política, mas na ideológica porque se limita ao discurso não atingindo a ação real do Estado.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), inicia-se um período de intensa urbanização e industrialização, com o empobrecimento das áreas rurais e o crescimento da população marginalizada nas cidades. Houve a consolidação das bases institucionais e infra estruturais para o avanço industrial subsequente que o país passaria com o governo de Kubitschek (1956-1961). Essa industrialização e a produção no campo, marcada pela concentração fundiária e a exploração do trabalhador rural, ocasionariam a forte migração dos trabalhadores rurais para os centros urbanos (RODRIGUES, 2005).

Entre 1960 e 1970, os países capitalistas do Primeiro Mundo, nos quais as teorias do planejamento urbano vinham sendo aplicadas, já verificavam alguns

entraves no planejamento como instrumento de política urbana. De outro lado, também nesse período (década de 1970), o planejamento urbano começou a modificar seu caminho: ao invés de regular o crescimento urbano, propôs-se a encorajar tal crescimento a fim de produzir riquezas urbanas, atrair o comércio e aumentar o valor dos imóveis (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2012).

No fim dos anos de 1980 novas possibilidades surgiram através da Constituição Federal de 1988, a qual representou um avanço para o Plano Diretor ser um instrumento que define se a propriedade está ou não cumprindo sua função social.

Por esse motivo, o último período que Villaça apresenta, sobre a história do planejamento no Brasil, compreende a década de 1990 em diante e, para ele, representa uma reação às formas anteriores de planejamento, pois traz uma nova visão baseada na retomada dos planos diretores e da maior democratização da gestão urbana.

Para a implantação dos princípios presentes na Constituição de 1988, seriam necessários instrumentos de regulamentação que incorporasse os princípios constitucionais, previstos no capítulo que dispõe sobre a política urbana.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade lei n.º 10.257 em 2001 através do (Projeto de Lei nº. 5.788/90), em combinação com aquele capítulo e com o texto da Medida Provisória nº. 2.220/01

(...) a regulamentação urbanística passa a ser tratada como um processo, com etapas sucessivas: a formulação de instrumentos urbanísticos que serviam para realizar e implementar os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos pelo Plano; sua aprovação na Câmara Municipal; sua fiscalização e revisão periódica a partir do cotejamento entre a estratégia proposta e os resultados alcançados. (AZEVEDO, 2004, p. 156).

Com as legislações em vigência os municípios brasileiros passaram a ser vistos como unidades de planejamento no espaço, sendo que ao poder público local foi dada maior autonomia em relação ao gerenciamento de seu ordenamento territorial, por meio do estabelecimento do Plano Diretor, o que proporcionou responder de maneira mais efetiva às necessidades da população (RODRIGUES, 2005).

Mesmo com os avanços na legislação, Maricato (2001) relata que o Planejamento Urbano Brasileiro vem sendo abordado de maneira genérica, muitas delas acabam repetindo o discurso, de que o planejamento se simplifica em apenas

um conjunto de propostas que antecedem a implantação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, haja vista que os problemas urbanos que as cidades vêm acumulando são pertinentes, independentemente do porte.

Para Spósito (2009), o planejamento urbano é uma ferramenta de governo e pode ser entendida como uma técnica para a organização e o gerenciamento de serviços e é considerado essas características (objetivos, metodologia, organização e atores sociais), que o planejamento precisa ser considerado a partir das estratégias que possibilitam o alcance das ações coletivas, vencendo resistências e conquistando apoio e colaboração, em tempos imediatos e mediatos, articulados no presente e com ações futuras e transcendentais.

Tendo como parâmetro que Duchrow, (2004), Maricato (2001) e Spósito (2009) relatam sobre o planejamento urbano brasileiro, percebe-se que há uma dificuldade dos gestores de se apropriarem das ferramentas que o planejamento urbano proporciona. Planejar a cidade, mesmo em menor escala, revela-se uma prática difícil ou até mesmo impossível, já que decorre de questionamentos sobre uma realidade urbana que está em constante processo de transformação.

Souza (2006) afirma que o planejamento é a preparação da gestão em torno dos recursos e das relações de poder, vislumbrando-se evitar ou mitigar problemas e ampliar a margem de manobra no enfrentamento às situações adversas que cotidianamente se manifestam e que precisam ser contornadas. Nesse entendimento Tostes (2011), defende que o planejamento urbano possui um papel importante para a solução dos problemas de uma sociedade, no espaço e no tempo, a fim de mitigar os custos dos impactos sociais em uma realidade dinâmica. Sustenta-se o planejamento como trabalho permanente, exequível, flexível e passível de ajuste de novas inserções. Para além disso, a metodologia do planejamento deve ser democrática e humanista no sentido de considerar as aspirações do povo e o seu pleno consentimento.

Por esse viés seguem também as ideias de Ferrari (2004), o qual afirma que, geralmente, o planejamento pode ser entendido como um processo de trabalho permanente voltado para elaboração de medidas com o objetivo de organizar e/ou potencializar a dinâmica urbana, ou seja, ele deve culminar em um conjunto de ações que contribua para a melhoria da qualidade de vida na cidade.

Nos moldes em que vive a sociedade, Faria (2009) afirma que as novas tendências políticas, econômicas e sobretudo, técnicas, convergem para o agravamento dos problemas presentes nas cidades. Os novos processos exigem um planejamento que viabilize o melhor aproveitamento do espaço urbano, comprometido de fato com os aspectos socioculturais. Por outro lado, a verdade é que o planejamento não é uma prática ingênua, estando quase sempre ligado aos interesses de uma minoria. Comumente, os agentes planejadores usam esse artifício como estratégia para prolongar nas cidades suas ideologias políticas.

Por esses aspectos é que o planejamento, enquanto instrumento de regulação e organização da dinâmica urbana, como exposto anteriormente, se faz indispensável ao “desenvolvimento” das cidades, considerando a consciência de se conceber o planejamento como um processo constante, desamarrado dos interesses de uma minoria. O planejamento por essa ótica deve confrontar assim o planejamento dos urbanistas, o qual é pautado puramente no embelezamento das estruturas físicas, em detrimento das dimensões sociais e culturais (DUCHROW, 2004).

Os maiores obstáculos de planejamento no Brasil é a descontinuidade das políticas públicas nas mais diversas áreas, além da excessiva visão técnica atribuída aos planos. De acordo com Tostes (2011, p. 64-65), “as experiências de planejamento urbano mais bem-sucedido estão localizadas no Sul e no Sudeste do Brasil onde se concentra a maior parte da renda do país”.

### 3.3 AS CIDADES AMAPAENSES E SUAS PECULIARIDADES NO DESENVOLVIMENTO URBANO

No Amapá, parte de seus municípios tiveram sua origem em decorrência dos grandes empreendimentos privados, incentivados pelo governo. Muitos desses projetos, basearam-se nos discursos desenvolvimentistas e foram induzidos por práticas intervencionistas do governo federal, sob a alegação da inelutável necessidade de ocupação de áreas vazias demograficamente (PORTO, 2003).

As análises e interpretações acerca da criação dos territórios demonstram contradições e dicotomias entre o discurso e prática do governo federal, mas que no fundamental assume que a intenção era a de não correr o risco de deixar essas áreas submetidas à autonomia da repartição federativa usual dos demais estados da federação.

Outro objetivo da criação dos Territórios Federais seria o preenchimento do "vazio demográfico", centralizando no poder executivo federal a responsabilidade pela ocupação, criação de infraestrutura e desenvolvimento destas áreas longínquas, buscando ainda a redução das disparidades inter-regionais. Entretanto, para Porto (1998, p. 64), havia um terceiro objetivo que era "criar condições jurídicas e econômicas para a reorganização a fio do espaço brasileiro, numa tentativa de definir diretrizes que orientariam as atividades econômicas a serem desenvolvidas nestes espaços".

Quanto aos objetivos, pode-se afirmar que somente foi plenamente atingido o de consolidação fronteiriça, uma vez que ainda existem amplas áreas a serem povoadas, pois as condições de vida da população permanecem precárias e a infraestrutura de desenvolvimento econômico permanece bastante incipiente. A evolução do Território Federal foi ocorrendo de maneira gradual, privilegiando, inicialmente, apenas a capital Macapá.

Após a criação deste Território Federal, três períodos econômicos indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, a sua urbanização e a sua reorganização espacial.

Esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988).

Em 1988, com a transformação do Território Federal do Amapá em estado, desencadeou-se as transformações políticas e econômicas que tiveram um foco, principalmente nas cidades de Macapá e Santana. Tais mudanças socioeconômicas estão relacionadas, em especial, às políticas de desenvolvimento promovidas pelo Poder Público (SANTOS, 2013).

Nesse sentido, Becker (1997), ao estudar a formação de novas regiões na fronteira da Amazônia, no qual o Estado do Amapá estar inserido, a autora considera a questão da região como poder territorial específico. A autora afirma que, neste processo, constituir-se-iam contextos sociais localizados com formas específicas de resistência. A formação de regiões na Amazônia seria o resultado de uma conjunção de decisões tecnocráticas com a prática social. As conjunturas locais relativizariam os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras.

“A nova regionalização e o rompimento das divisões administrativas oficiais, portanto, são resultado da interação conflituosa de suas malhas: a programada, ou técnico-política, das grandes redes e territórios impostos pelo Estado, e a sócio-política, constituída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira definindo também seus territórios. Dependendo de seu potencial político — como resistência, grupo de pressão ou, pelo contrário, como objeto de manipulação política —, a malha vivida é institucionalizada, dando origem a novas unidades da federação, vilas, distritos, municípios e Estados, forjando-se novas regiões”. (BECKER, 1997:97-8).

Na visão de Becker (1994), a região expressa um significado político, um poder territorial específico que está ligado ao Estado e ao capital, enquanto a territorialidade expressa estratégias de poder de todos os atores. O processo de surgimento das pequenas cidades na Amazônia não prescinde de suas especificidades e é neste sentido que ganha relevância o estudo, visto que, do ponto de vista demográfico, no período intercensitário (1991-2000), a Região Norte em específico apresentou a maior taxa de crescimento relativo da população urbana no Brasil, 18,26%, com média de urbanização de 69,87% (OLIVEIRA, 2004).

Sobre a população urbana, que habita nas sedes municipais, sedes distritais e aglomerados urbanos isolados. Da Trindade Jr (2015), relata que parece ser inquestionável o grau de urbanização da população da Região Norte por conta do incremento da população urbana vivendo nas cidades quando levamos em conta o espaço amazônico, conforme se verifica na Tabela 4.

Tabela 4 - População urbana e rural na Região Norte entre 1950 a 2010

Ano	População urbana		População rural	
	Absoluta	%	Absoluta	%
1950	607.164	29,64%	1.441.532	70,36%
1960	1.041.213	35,54%	1.888.792	64,46%
1970	1.784.223	42,60%	2.404.090	57,40%
1980	3.398.897	50,23%	3.368.352	49,77%
1991	5.931.567	57,83%	4.325.699	42,17%
2000	9.002.962	69,83%	3.890.599	30,17%
2010	11.664.509	73,53%	4.199.945	26,47%

Fonte: IBGE 2010

Para Oliveira (2004), as cidades amazônicas estão associadas à beira do rio e à beira das estradas. O autor afirma que nas cidades da beira das estradas as transformações aconteceram de forma tão rápidas que surgiram novas formas de vida e espaços “a partir do nada”, num domínio da “geografia do lugar nenhum”, em que predominam os fluxos de intercâmbios e os centros de negócios especialmente ligados à mineração, extração de madeira e mais recentemente à soja. Em relação às cidades à beira do rio a dinâmica está diretamente ligada a uma dimensão da sustentabilidade e da biotecnologia comandadas quase sempre por ONGs que estão articuladas ao mundo quase sempre sem se articular com os lugares.

Becker (1994), afirma que há várias razões para essa urbanização da população nas décadas de 1960, 1970 e 1980. O contexto da fronteira econômica que marcou essas décadas, os núcleos urbanos na Amazônia se tornaram fatores de atração de fluxos migratórios, base da organização do mercado de trabalho e locus da ação político-ideológica com vistas ao controle social. Entretanto, mesmo com o aumento no índice de urbanização, os dados estatísticos não demonstram uma realidade sócio espacial da região que necessita de análises detalhadas, dois merecem destaques pela relevância.

A primeira trata-se da concentração da urbanização, a exemplo temos o Estado do Amazonas, que é o maior Estado brasileiro em extensão, e possui uma população urbana de 2.104.290 habitantes, sendo que 70% está concentrada na capital do Estado, Manaus, com 1.403.796 habitantes, no estado do Amapá também não é diferente, sendo que 89,77% da população vivem nas áreas urbanas das cidades. (OLIVEIRA, 2004).

O segundo ponto a se destacar é sobre a ausência de estrutura urbana - a maioria dos núcleos urbanos, especialmente os localizados às margens dos rios, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas, o que faz com que a população urbana se dedique a atividades rurais como pesca, agricultura familiar e extrativismo (OLIVEIRA, 2004).

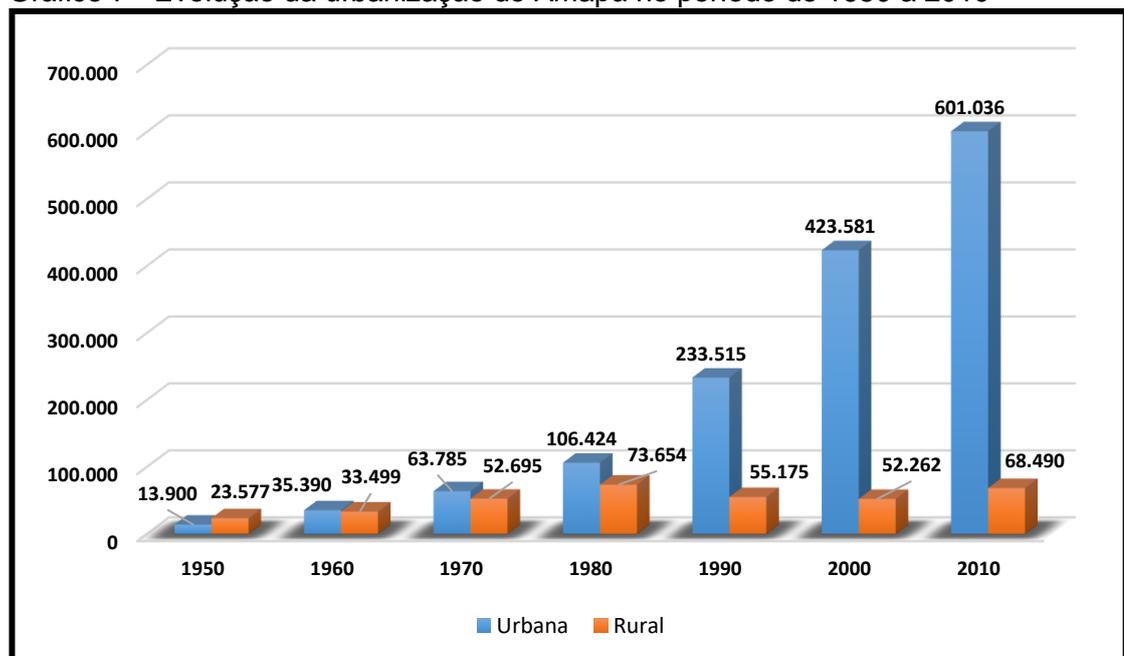
O projeto titulado de projeto geopolítico se apoiou, sobretudo, em estratégias territoriais que implementaram a ocupação regional, num caso exemplar do que Henri Lefebvre conceituou como “a produção do espaço” pelo Estado. Após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle

técnico e político constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território (BECKER, 2001).

Conforme aponta Becker (2001), a Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade da imigração e a carência de serviços. Mas são também importante mercado regional (BECKER, 2001).

No contexto amapaense o Gráfico 7 nota-se o crescimento da urbanização do Amapá em meio século, o qual, desde a década de 1960. Percebe-se que o Estado possuía uma população urbana maior que a rural.

Gráfico 7 - Evolução da urbanização do Amapá no período de 1950 a 2010



Fonte: IBGE (2002; 2010).

No entanto, a partir da década de 1980 é visível o aumento no ritmo de urbanização e que se consolida na década de 1990. Esse processo é associado,

sobretudo, à sua transformação em estado e a outros projetos que acompanharam essa mudança político-administrativa de seu território.

Vários fatores econômicos devem ser considerados no quadro de desenvolvimento do estado do Amapá: a retomada da economia mineira, mediante ao extrativismo usando técnicas industriais; a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e da Floresta Estadual de Produção; a pavimentação da rodovia BR-156; a ampliação e conectividade da internet, via satélite; a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal e da integração com o Platô das Guianas com a construção da ponte no rio Oiapoque (TOSTES, 2011).

Segundo Porto (2005) a ação do capital internacional na exploração dos recursos amapaenses também atraiu um excedente populacional, sendo que após a década de 1960, a população deste Estado apresenta-se eminentemente urbana e se concentram na região geoeconômica central do Estado. Por outro lado, este autor percebeu um elevado crescimento demográfico urbano do Sul amapaense (1,42% para 10,28% no período de 1980 - 2000), tal situação é explicada pela implantação do Complexo Industrial do Jari no final da década de 1970, originando os municípios de Laranjal do Jari (1987) e Vitória do Jari (1994). O primeiro desmembrado do município de Mazagão; o segundo, do município de Laranjal do Jari.

Dados do IBGE (2010), apontam que uma grande parte da população urbana vive em pequenas cidades. Estas cidades desempenham um papel nos meios de subsistência e no bem-estar não só dos seus habitantes como também das populações rurais que as circundam. As mesmas servem de centros para serviços públicos e privados, bem como para produção de conhecimentos locais e regionais, inovação e infraestruturas.

As pequenas cidades têm um papel crucial nas economias regionais. Em muitas localidades, constituem nos principais pilares das regiões urbanas e conferem caráter e distinção às suas paisagens regionais. Na Europa por exemplo, as características genéricas apresentadas em especial a sua escala humana, a qualidade de vida, a sociabilidade dos seus bairros, a sua integração geográfica e o seu caráter histórico, constituem em muitos aspetos um ideal de urbanismo sustentável (EUROPEIA, 2011).

Segundo Tostes (2011), os pequenos núcleos de cidades do estado do Amapá apresentam fragilidades e infraestrutura urbana reduzida, a base econômica está no repasse de recursos públicos e, embora exista a estrutura de cidade, possui atividades

econômicas, mas carecem de atividades e dinâmicas urbanas, a população urbana passou a se dedicar a outras atividades, além daquelas consideradas tradicionais, há algo que nos últimos anos gerou novas perspectivas de qualidade de vida, no entanto é algo imobilizador que são as bolsas de auxílio social promovida pelos governos federal e estadual.

No caso específico das pequenas cidades do estado do Amapá localizadas às margens dos rios, Tostes (2011) destaca que vem ocorrendo alterações pela incipiente dinâmica econômica em seus municípios, há uma fragilidade nas ações fragmentadas para dar suporte de serviços à população, que vem ocasionando transformações substanciais na paisagem destes lugares. O autor cita que no Amapá, isso é representativo na região Sul e Norte do estado, onde a crise do agro extrativismo e a dinâmica da fronteira condenaram as cidades de Oiapoque, Vitória e Laranjal do Jari à formação de bolsões de pobreza, e nas demais cidades assoladas por projetos da área mineral como Serra do Navio, Pedra Branca e do Amapari no Centro e Calçoene em menor escala, os rastros de pobreza se acentuaram no núcleo urbano destas cidades.

Para Tostes (2011), os municípios amapaenses não conseguem sobreviver apenas de suas próprias receitas, por conta de sua incipiente diversificação produtiva, o que os tornam totalmente dependente de transferências constitucionais, de programas de auxílio social e ações governamentais. A fragilidade econômica que assola esses municípios criados contribui para que estes núcleos urbanos se configurem como núcleos urbanos com estruturas urbanísticas frágeis. O fraco setor de serviços, não desponta como indutor da economia, mesmo com a potencialidade turística na região.

Os municípios amapaenses se depararam com a realidade relatada. Sobre esse prisma, os estudos têm indicado que grande parte deles não demonstra conhecer o real significado de gestão pública e de políticas públicas. No aspecto social, isso se revela claramente, pois o que muito se vê são políticas desconectadas com as demandas oriundas da sociedade civil.

Entretanto, a sociedade é um dos elementos que compõem o conjunto de atores que integram a corrente de forças, necessárias à elaboração de políticas que resultem numa intervenção social e espacial urbana que beneficie a coletividade e não, atendimento de interesses individualizados (BONETI, 2003). Sob a carência econômica que afeta diretamente a vida das pessoas, gestores públicos municipais

têm adotado a política assistencialista que não produzem perspectivas de melhorias futuras para o cidadão que se torna dependente dessa prática.

### 3.4 PLANEJAMENTO URBANO EM TARTARUGALZINHO

Desde a sua criação em 1987, o município de Tartarugalzinho/AP teve poucas experiências no que se trata da vivência de um planejamento urbano em sua sede. Em pesquisa bibliográfica e documental foi constatado que há apenas o registro da elaboração de um plano emergencial<sup>7</sup> que foi encomendado pelo Governo do Estado do Amapá através da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINF) que foi realizado pela empresa TCA arquitetura no ano de 2002.

O plano emergencial de Tartarugalzinho trata-se de um Planejamento Estratégico Municipal (PEM) que tem sua raiz na esfera privada e sua proposta é a prática de ações mais objetivas na administração pública. Entretanto, ainda não é um instrumento de política pública habitual nas gestões municipais brasileiras. Foi utilizado nos anos 1980, em cidades dos Estados Unidos, que passaram a experimentar e a adaptar o planejamento estratégico às necessidades locais, especialmente após algumas mudanças na economia nacional, que forçaram os gestores públicos a procurar novas oportunidades de desenvolvimento regional (PFEIFFER, 2000).

Entretanto, é preciso ressaltar que o planejamento estratégico não substitui, nem pode substituir, os instrumentos legais de planejamento da administração pública (PPA, LDO, LOA, PDM). Ele é complementar aos mecanismos de gestão municipal e pode melhorar o desempenho do município. Diferentemente do plano diretor, ele não é uma norma ou obrigação municipal, tanto é que a metodologia para a sua elaboração segue recomendações da literatura empresarial: diagnóstico, diretrizes, estratégias, ações e formas de controle.

O planejamento estratégico pode ser elaborado contendo vários planos/projetos e pode ser executado por mais de um plano/projeto estratégico ao mesmo tempo, dentro da instituição. Por exemplo, em uma prefeitura, a Secretaria de

---

<sup>7</sup> O trabalho consistia em um amplo levantamento das condições físicas relacionadas a infraestrutura urbana, econômica, social, cultural e ambiental do município de Tartarugalzinho. O objetivo visava contribuir com a orientação de um plano de metas a ser desenvolvido em conjunto com as prefeituras e governo do estado, profissionais foram mobilizados para esta ação. Das dezesseis cidades sedes, apenas Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Oiapoque tiveram o trabalho concluído (TOSTES, 2011).

Habitação pode estabelecer seu plano estratégico simultaneamente ao plano da Assistência Social. Ainda podem ser elaboradas políticas estratégicas com as mesmas características do planejamento estratégico, porém em uma escala menor. Contudo, o mais importante é que todos do poder público conheçam qual a “missão” do município para que as ações sejam coerentes e compatíveis.

O planejamento estratégico e as políticas estratégicas são uma forma de potencializar as ações municipais de modo a permitir um melhor gerenciamento de eventuais conflitos. Contudo, o seu principal propósito esperado, tanto nas empresas como nas cidades, é a competitividade com fins lucrativos. O tema gera polêmica, pois, para muitos dirigentes políticos e para os empresários, os ganhos são maiores que os riscos a serem enfrentados. Todavia, para a sociedade, que arca com os riscos, essa equação nem sempre tem resultados positivos.

Segundo Tostes (2011, p. 123), o objetivo principal do plano emergencial visava contribuir com a orientação de um plano de metas a ser desenvolvido em conjunto com as Prefeituras e o Governo do Estado. O município de Tartarugalzinho teve o seu trabalho concluído conforme afirma o autor, entretanto, esse plano não foi oficializado pela SEINF, ou seja, não se tornou um instrumento oficial, fato este que foi constatado através de levantamento de documentação sobre as ações voltadas ao município no período de 2002 a 2018 na secretaria conforme anexo A.

O município de Calçoene/AP, também teve o seu plano emergencial idealizado após o relatório do SEBRAE em 2001, que levantou as potencialidades, vocações e vantagens comparativas do município de Calçoene. E partindo desse estudo foi realizado o plano visando organizar o núcleo urbano e as condições de infraestrutura urbana e estabeleceu prioridades tendo como uma delas os investimentos no saneamento básico devido a precariedade que foi encontrada após o levantamento realizado (XAVIER, 2015).

Cabe destacar também que o levantamento junto à SEINF foi observado que foram realizadas algumas ações a sede de Tartarugalzinho/AP no período em questão e que estavam previstos no plano emergencial. Partindo dessa constatação, a investigação sobre o planejamento urbano de Tartarugalzinho versa sobre as ações governamentais que foram finalizadas ou estão em execução por estes contratos e convênios que foram identificados e que estavam ou não no plano emergencial produzido no ano de 2002.

## 4 ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO URBANA DA CIDADE DE TARTARUGALZINHO

### 4.1 O PLANO EMERGENCIAL PARA O MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO

O Governo do Estado do Amapá no ano de 2002 através da Secretaria da Infraestrutura (SEINF) solicitou junto aos diversos profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo a possibilidade de realizar um Plano de Gestão Urbana para as dezesseis cidades dos municípios amapaenses. Dos municípios que foram realizados esse trabalho apenas quatro tiveram o trabalho concluído dentre eles foram finalizados o de Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque (TOSTES, 2011).

O município de Tartarugalzinho, por não ter tido experiência para a realização de um plano de gestão urbana na sede, ficou constatado em 2002 a grande necessidade de organizar o seu núcleo urbano. Tostes (2011), afirma que os problemas detectados estavam relacionados principalmente sobre as condições de infraestrutura urbana como por exemplo o abastecimento de água e esgoto. Sendo que o esgoto primário tinha como destino final as fossas sépticas, fossas negras e lançamento a céu aberto perto rios e córregos.

Após a constatação dos problemas, a cidade enfrenta sérios problemas sobre essa questão. A Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA) presta os serviços de água e esgoto e abrange parte da área urbana do município. Segundos dados do IBGE (2013) apenas 29,55% dos domicílios de Tartarugalzinho tem acesso a rede de abastecimento, enquanto os restantes da porcentagem, se divide entre poço ou outros meios de abastecimento enquanto que a média nacional é de 77% dos domicílios possuem acesso.

No plano emergencial de Tartarugalzinho de 2002, foram detectados uma série de problemas administrativos que influenciaram diretamente no efeito da “desestrutura urbana” da cidade. A Prefeitura não possuía uma equipe técnica especializada residente no município nas mais diversas áreas (arquitetura, urbanismo, engenharia, topografia, cadastro e etc). Não existia também à época um sistema de equipamentos básicos necessários, como máquinas para a manutenção de serviços básicos na cidade, bem como pessoal qualificado para operar tais equipamentos (TCA, 2002).

Também não foi detectado um controle sobre a estrutura urbana de ocupação, bem como a inexistência de uma legislação urbanística de aplicação e ordenação dos

espaços públicos e privados. Como a lei do uso do solo, código de edificações e código de posturas, bem como a legislação ambiental urbana para o município (TCA, 2002).

Foi constatado a inexistência de plantas físicas do município para acompanhar o cadastro imobiliário, bem como a expedição de documentos para a área urbana não está baseada em uma Planta de Valores. Com isso não há um critério definido sobre o valor de um terreno. Inexistência de projetos de urbanismo e arquitetura para aquelas áreas que necessitam de intervenção, tais como: Pavimentação urbana, drenagem pluvial, meio fio e calçadas paisagismo, arborização e equipamentos urbanos (TCA, 2002).

Há uma completa dependência da Capital (Macapá) para todos os procedimentos técnicos e também a dependência de verbas federais extremas para qualquer ação a ser desenvolvida. E por fim, a falta de qualificação de pessoal é um fator significativo e contribuiu para acelerar todos os outros problemas citados o que demonstra o compromisso do gestor municipal no cumprimento e no trato da coisa pública (TCA, 2002).

Pelos estudos realizados no município em síntese foram detectados uma série de problemas de estrutura física conforme elencado no Quadro 2:

Quadro 2 - Problemas Urbanos detectados no ano de 2002 em Tartarugalzinho

Item	Problemas urbanos encontrados em Tartarugalzinho
1	As vias estão em estado precário de manutenção, mesmo aquelas que estão asfaltadas, o capeamento está largando aos poucos, pois, não possuem uma base adequada para suportar as fortes chuvas do período invernos.
2	As edificações estão sendo construídas, não atendendo aos limites de afastamento frontal e lateral.
3	As Fossas estão sendo construídas a “céu aberto” e próxima aos mananciais de água.
4	Está ocorrendo o lançamento de águas servidas na via pública.
5	Há acúmulo de resíduos orgânicos em áreas mais periféricas contribuindo para proliferação de roedores e enfermidades.
6	As edificações estão sendo construídas sem nenhum tipo de orientação técnica.
7	Os poços construídos pela comunidade estão geralmente em posição inadequada em relação às fossas, contaminando o lençol freático.
8	A cidade não possui sinalização de trânsito e nem placas de orientação em relação aos inúmeros estabelecimentos e entidades situadas na cidade.
9	As áreas públicas não possuem tratamento urbanístico completo.
10	A fiscalização urbana de qualquer natureza é falha ou inexistente.

11	As obras públicas são locadas sem obedecer a um plano urbanístico. A opção sempre ocorre pela opção do gestor municipal.
12	A opção ocorre sempre por obras isoladas sem nenhum critério de prioridade em detrimento das obras urbanísticas e de saneamento.
13	O saneamento básico geral é precário. A pouca oferta de água é um dos indicadores de problemas de saúde pública.

Fonte: Tostes (TCA, p. 108 e 109).

Os problemas citados no Quadro 2 é uma crítica sobre como é tratada a coisa pública pelos gestores, bem como a falta de planejamento existente. É essencial o planejamento de uma cidade, entretanto, um plano só possuirá a eficácia na implementação se houver o comprometimento dos agentes envolvidos, sejam gestores e a população.

Para Tostes (2011) relata que não resta dúvida de que os entraves para as nossas cidades estão diretamente relacionados às dificuldades estruturais das prefeituras destes municípios, e também da maneira como o gestor trata as relações institucionais, isso reflete logo na composição dos cargos que são ocupados primeiramente por conveniência política, em detrimento a parte técnica. O resultado concreto é a fragmentação institucional e falta de preparo adequado para conduzir uma série de dificuldades.

As proposições técnicas foram sugeridas para o município sendo elas de natureza física urbanística e outra de natureza de projetos específicos. As metas que foram estabelecidas para o plano urbanístico seguiram rigorosamente os mecanismos legais contidos nas legislações existentes sobre o gerenciamento do espaço urbano, planejamento, ordenação, coordenação, gerenciamento e aplicação dos recursos de acordo com as prioridades e necessidades da comunidade (TCA, 2002).

No plano realizado por TCA (2002) ressalta que sem as metas reais a serem cumpridas o município de Tartarugalzinho em sua sede terá profundos problemas urbanos que tendem a se agravar pela falta de uma intervenção coerente, responsável por parte dos poderes públicos constituídos.

Dentre as soluções sugeridas pela TCA arquitetura destacam-se as propostas de intervenção no município, sendo uma lista de ações de natureza física urbanística e outra de projetos de natureza arquitetônica conforme demonstram os Quadros 3 e 4.

Quadro 3 - Propostas de intervenção no município de natureza física urbanística

<b>Elaboração de um Plano Físico-Urbanístico:</b>	
<b>1. Plano Físico-Urbanístico:</b>	<b>Ações Previstas:</b>
	a) Legislação urbanística (Leis específicas: Lei do Uso do Solo, Código de Edificações, Código de Posturas);
	b) Elaboração de Plantas e Mapas com a definição dos seguintes elementos:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vetores de Crescimento;</li> <li>• Planta de Valores;</li> <li>• Cadastro Técnico;</li> <li>• Delimitação para o processo de expansão urbana;</li> </ul>
<b>2. Projetos Sugeridos para a área urbanística:</b>	<b>Ações Previstas:</b>
	a) Projeto de urbanização das vias públicas com os seguintes itens:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão de vias com canteiros;</li> <li>• Calçadas e Meio Fio;</li> <li>• Arborização e Paisagismo;</li> <li>• Drenagem Pluvial e canaletas;</li> <li>• Indicação de Placas de Sinalização.</li> </ul>
	b) Projeto de Urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico;
	c) Projeto de Urbanização e construção de um campo de futebol para atender a demandas da comunidade;
	d) Projeto de Urbanização das Áreas Turísticas (Balneário);
	e) Projetos Urbanísticos para novos loteamentos;
	f) Projeto de Urbanização da Praça Pública da Cidade.

Fonte: TCA (2002).

As propostas que foram sugeridas no plano emergencial, não se restringem apenas às situações chamadas de emergenciais ou isoladas, isso deve-se ao fato de que a cidade é um conjunto como um todo. A cidade necessita de fato uma intervenção de um projeto a ou b, mas acima de tudo necessita de um Plano Urbanístico que não tem a mesma natureza de um Plano Diretor, mas tem suas metas definidas a serem alcançadas em um determinado período, tais metas são básicas para se aperfeiçoar o quadro urbano existente (TCA, 2002).

Essas metas na medida em que foram estabelecidas para o Plano Urbanístico seguiram os mecanismos legais contidos nas legislações existentes sobre o gerenciamento do espaço urbano, planejamento, ordenação, coordenação,

gerenciamento e aplicação dos recursos de acordo com as prioridades e necessidades da comunidade.

Quadro 4 - Elaboração de Projetos de natureza arquitetônica

Item	Ações de Natureza Arquitetônica:
1	Readequação da Unidade de Saúde;
2	A Sede da Prefeitura de Tartarugalzinho;
3	Construção da Praça da Cidade;
4	Construção de Unidades Habitacionais;
5	Construção de um Centro de Convivência;
6	Construção de um Terminal Fluvial;
7	Construção de um Posto alternativo;
8	Mercado municipal e feira;
9	Corpo de Bombeiros;
10	Porto para embarcações;
11	Posto de Cobrança (Sefaz);

Fonte: TCA (2002).

TCA (2002), acreditava que as metas não cumpridas pelo município em sua sede teria profundos problemas urbanos que tendem a ser agravar pela falta de uma intervenção coerente, responsável por parte dos poderes públicos constituídos. Um dos aspectos importantes deste trabalho realizado foi de ter uma boa definição sobre a realidade local, assim como a previsão sobre os investimentos necessários para estas cidades, respeitando a vocação local e as características lugar.

#### 4.2 CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL COM O MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO NO PERÍODO DE 2002 A 2018 E SUAS APLICAÇÕES

No período de 2002 a 2018 o município de Tartarugalzinho celebrou uma série de convênios com o governo federal (ANEXO B), durante o citado período, ao todo foram 52 convênios que tem como objeto a melhoria da infraestrutura do município. Ao todo foram celebrados em valores R\$ 37.394.644,89 (trinta e sete milhões e

trezentos e noventa e quatro mil e seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Os seguintes dados foram consultados através do Portal da Transparência, no SICONV<sup>8</sup>, bem como no portal de acompanhamento de operações do setor do público da Caixa Econômica Federal<sup>9</sup> e também foram consultadas informações no portal público da Fundação Nacional de Saúde dos convênios que foram firmados com a Prefeitura de Tartarugalzinho.

No Quadro 5, demonstra que no período entre 2002 a 2004 poucos convênios foram realizados tendo como objetivo a infraestrutura no município de Tartarugalzinho, ou seja, apenas três foram firmados no período e dentre eles o convênio 475020 foi excluído, que tratava de ações de saneamento básico no valor de R\$ 240.000,00 tendo como contrapartida do município no valor de R\$ 2.400,00, o que representa 1% do valor total do convênio e vigência de 06 meses (Quadro 5).

Quadro 5 - Convênios do Governo Federal a Tartarugalzinho entre 2002 a 2004

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
475020	Ações de Saneamento Básico	Caixa Econômica Federal - Programas Sociais	12/12/2002	30/06/2003	240.000,00	Excluído
492224	Implantação Ou Melhoria De Infraestrutura Urbana e Equipamentos Comunitários	Caixa Econômica Federal - Programas Sociais	26/12/2003	31/12/2010	124.719,00	Concluído
523755	Drenagem Para Controle Da Malária	Fundação Nacional De Saúde - DF	27/12/2004	09/04/2007	281.343,03	Concluído

Fonte: Brasil (2018).

Em 2003 foi celebrado o convenio n.º 492224, que teve como objeto a implantação ou melhoria de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários,

<sup>8</sup> Informações complementares foram acessadas para constar com mais detalhes no sítio eletrônico [https://www.convenios.gov.br/siconv/Principal/Principal.do?tipo\\_consulta=CONSULTA\\_COMPLETA](https://www.convenios.gov.br/siconv/Principal/Principal.do?tipo_consulta=CONSULTA_COMPLETA) e acessado em 26/01/2019.

<sup>9</sup> Para verificar com mais detalhes os convênios da qual o concedente era a Caixa economia federal as informações acessadas no sítio eletrônico: <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/index.asp> em 27/01/2019.

financiado pela Caixa Econômica Federal, através de programas sociais do Ministério das Cidades no valor de R\$ 124.719,00.

Ao realizar a consulta deste convênio aprofundada no sítio eletrônico de acompanhamento de operações do setor do público da Caixa Econômica Federal, o objeto visou atender a terraplenagem/pavimentação com blocos articulados, calçada e meio fio na rua mãe verônica, município de Tartarugalzinho, conforme Fotografia 1 feita em pesquisa de campo, o status da obra está concluído conforme acompanhamento na caixa econômica federal (Quadro 5).

Fotografia 1 - Terraplenagem/pavimentação com blocos articulados, calçada e meio fio na rua mãe verônica



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Em 2004 foi celebrado o convênio n.º 523755 que tinha como objeto a Drenagem para o controle da Malária, ou seja, o convênio visa a construção de sistema de drenagem para controle da malária, por meio de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo de água, convênio este teve o valor de R\$ 281.343,03 que foi concluído (Quadro 5).

No ano de 2005, foram celebrados 3 convênios com o governo federal. Dentre eles, 02 foram oriundos do Fundo Nacional de Saúde um deles previam o melhoramento no sistema de abastecimento de água e outro convênio de melhorias

sanitárias nos domicílios, os dois projetos ao todo somam-se R\$ 650.055,36 (Quadro 6).

Sobre a questão do acesso a água e ao saneamento básico dados do índice de progresso social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2014 Scorecard Amapá<sup>10</sup>, que foram publicados, mostram que o município de Tartarugalzinho/AP, apresenta indicadores preocupantes quanto ao acesso à água e saneamento básico. Apenas 48,9% dos domicílios tem acesso a água e 12,18% dos domicílios tem acesso ao saneamento básico (Quadro 6).

Quadro 6 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2005

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
554558	Sistema de abastecimento de água.	Fundação Nacional de Saúde - DF	20/12/2005	27/08/2010	352.725,82	Concluído
554559	Melhorias sanitárias domiciliares.	Fundação Nacional de Saúde - DF	20/12/2005	16/06/2009	297.329,54	Concluído
564691	Construção de centro público de atendimento a pessoa idosa	Fundo Nacional de Assistência Social	29/12/2005	27/12/2007	225.000,00	Rescindido

Fonte: Brasil (2018)

E por fim estava previsto a construção do centro público de atendimento a pessoa idosa através do convênio 564691 no valor de R\$ 225.000,00, com contrapartida de R\$ 5.116,01. Entretanto, o convênio foi rescindido e não há uma explicação sobre a rescisão (Quadro 6).

Em 2006, apenas um convênio foi firmado e teve como objeto as melhorias sanitárias aos munícipes de Tartarugalzinho. A contrapartida do município no convênio era de R\$ 15.750,00 e o convênio celebrado teve o valor de R\$ 525.000,00. O convênio possui o status de concluído no sistema governo federal (Quadro 7).

<sup>10</sup> Os scorecards mostram os resultados detalhados do Índice de Progresso Social (IPS) de cada município da Amazônia, evidenciando suas fraquezas e fortalezas. Tal estudo inclui 54 indicadores sociais e ambientais divididos em três dimensões: A primeira engloba as Necessidades Humanas Básicas, segundo são os fundamentos para o Bem-estar e por fim as oportunidades. Cada uma dessas dimensões é composta por quatro componentes, e cada componente é constituído dentre três a seis indicadores.

No ano de 2007, o município de Tartarugalzinho realizou 4 convênios dentre eles se destacam: O Convênio n.º 629220 que tem como objeto a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos foi assinado em 2007 e teve sua vigência ao longo dos 10 anos, o convênio utilizou todos os recursos previsto conforme descreve o Quadro 8 no valor de R\$ 900.000,00, e uma contrapartida da Prefeitura no valor R\$ 100.000,00, no sítio da FUNASA através do Sistema SISMOC<sup>11</sup> o status apresenta que a obra está em execução (Quadro 8).

Quadro 7 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2006

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
573262	Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Fundação Nacional de Saúde - DF	30/06/2006	13/05/2009	525.000,00	Concluído

Fonte: Brasil (2018)

Quadro 8 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2007

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
602698	Implantação e Modernização de Infra estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer Tartarugalzinho	CEF/Ministério do Esporte	18/12/2007	31/12/2017	200.000,00	Paralisada
599722	Construção da casa da cultura	Departamento do Programa Calha Norte	20/12/2007	07/05/2010	200.000,00	Concluído
604736	Ações de Infraestrutura Urbana	Caixa Econômica Federal - Programas Sociais	31/12/2007	30/03/2012	295.300,00	Concluído
629220	Coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos.	Fundação nacional de Saúde - DF	31/12/2007	26/12/2017	900.000,00	Em execução

Fonte: Brasil (2018)

<sup>11</sup> Lançado em 2012, o sistema está disponível através do link para pesquisa dos convênios que a FUNASA possui com os municípios <http://siga.funasa.gov.br/sismoc/#pesquisaAvancada> acesso em 29/01/2019.

A Construção da casa da cultura, foi realizado através do convênio n.º 599722 com recursos oriundo do programa Calha Norte no valor de R\$ 200.000,00 e que foi concluído e entregue e o valor da contrapartida foi de R\$ 8.112,12 (Quadro 8).

A Implantação e Modernização de Infra estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer em Tartarugalzinho promovido pelo convênio n.º 602698, através de recursos oriundos do Ministério dos Esportes, teve seu contrato idealizado em 2007 e a obra está paralisada. No acompanhamento realizado no sítio eletrônico da Caixa<sup>12</sup>. Os 100% dos valores foram liberados totalizando R\$ 200.000,00 e apenas 23,83% dos serviços foram executados (Quadro 8).

Em 2008, seis convênios foram assinados com o município de Tartarugalzinho junto ao governo federal. Sendo o programa do Departamento da Calha Norte do Ministério da Defesa teve quatro convênios destinados às obras de cunho arquitetônico e de pavimentação em bloquetes das vias. Ao todo os investimentos no município foram de R\$ 2.595.299,07 e contrapartida no valor de R\$ 326.237,94 (Quadro 9).

Quadro 9 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2008

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
627825	Construção de creche no município de Tartarugalzinho.	Departamento do Programa calha Norte	02/07/2008	02/07/2011	299.250,00	Concluído
627902	Construção de centro de convivência do idoso.	Departamento do Programa calha Norte	02/07/2008	02/07/2011	199.500,00	Concluído
627906	Reforma e ampliação de escola do Município.	Departamento de Administração Interna - MD	02/07/2008	25/07/2011	300.000,00	Concluído
637818	Pavimentação com Bloquetes, drenagem com meio-fio e linha d'água com calçamento e aterro nas via.	Departamento do Programa calha Norte	23/12/2008	25/07/2011	998.799,07	Concluído
637820	Construção de escola de ensino fundamental no Bairro Planaltina II, na forma indicada no Plano.	Departamento do Programa Calha Norte	23/12/2008	30/09/2011	498.750,00	Concluído

<sup>12</sup> <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/filtro-cid.asp> acesso em 29/01/2019.

651237	Execução de sistemas de abastecimento de água, para atender o município de Tartarugalzinho/AP.	Fundação Nacional de Saúde - DF	31/12/2008	23/06/2014	300.000,00	Concluída, mas com pendência.
--------	--	---------------------------------	------------	------------	------------	-------------------------------

Fonte: Brasil (2018)

O centro de convivência do idoso foi inaugurada em 2011 tem o objetivo de promover a integração entre os cidadãos com mais de 60 anos de idade, que residem no município, além de prestar serviços na área da saúde e atividades recreativas. Foi financiado pelo Ministério da Defesa e a contrapartida foi em conjunto entre Prefeitura e Governo do Estado do Amapá (Quadro 9).

Em 2009, três convênios foram celebrados, dentre eles apenas o convênio de construção da de Praça de Esporte entrou em execução e foi orçado em R\$ 390.000,00, desses valores apenas 50% do valor foi liberado<sup>13</sup> (Quadro 10).

Quadro 10 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2009

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
713435	Construção de Praça de Esporte no Município de Tartarugalzinho-AP.	CEF/Ministério do Esporte	29/12/2009	31/12/2017	390.000,00	Aguardando Prestação de Contas
716080	Construção de praça de lazer no Município de Tartarugalzinho/AP.	Departamento de Administração Interna - MD	29/12/2009	24/12/2010	250.000,00	Cancelado
716083	Construção de creche no Município de Tartarugalzinho/AP.	Departamento de Administração Interna - MD	29/12/2009	24/12/2010	250.000,00	Cancelado

Fonte: Brasil (2018)

Na Fotografia 2, a obra encontra-se em situação paralisada com apenas 26,64% da obra executada tendo como última medição em janeiro de 2012 (Quadro

<sup>13</sup> O valor liberado na conta vinculada do Contrato, foi de R\$ 195.000,0 e segundo o acompanhamento da Caixa o valor bloqueado corresponde a pendências jurídicas e/ou técnicas (obras/serviços).

10). A Prefeitura entrou com a contrapartida de R\$ 8.000 junto ao Ministério dos Esportes.

Os outros dois convênios 716080 e 716083 previam a Construção de praça de lazer, área de lazer para crianças, iluminação, calçada para passeio, entre outros no valor de R\$ 390.000,00 e a Construção de uma creche, com salas de aula, área de recreação, área de lazer, refeitório, entre outros no valor R\$ e 250.000,00 foram cancelados e ambos tinham vigência de 12 meses para a conclusão (Quadro 10).

Fotografia 2 - Construção de Praça de Esporte



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Em 2010, o município de Tartarugalzinho celebrou 06 convênios o que representa um volume de negociação de R\$ 2.245.877,43. Entretanto 2 convênios foram anulados e tinham como objeto a Construção de arena esportiva e modernização e reforma do Estádio Municipal ambos tendo como concedente o Ministério dos Esportes (Quadro 11).

Quadro 11 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2010

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
734975	Construção de ginásio esportivo no Município de Tartarugalzinho	Departamento de Administração Interna - MD	10/06/2010	23/03/2013	200.000,00	Prestação de Contas Aprovada

	- Estado do Amapá.					
734976	Infraestrutura básica	Departamento de Administração Interna - MD	10/06/2010	08/03/2013	300.000,00	Prestação de Contas Aprovada
734978	Aquisição de equipamentos - caminhão de lixo - no Município de Tartarugalzinho- Ap.	Departamento de Administração Interna - MD	11/06/2010	23/03/2013	275.000,00	Prestação de Contas Aprovada
751254	A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico	Fundação Nacional de Saúde - DF	30/12/2010	01/01/2015	878.377,43	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas
736158	Construção de Arena esportiva no Município de Tartarugalzinho no Estado do Amapá.	CEF/Ministério do Esporte	31/12/2010	31/10/2012	300.000,00	Convênio Anulado
744196	Modernização e reforma do Estádio Municipal de Tartarugalzinho- Ap.	CEF/Ministério do Esporte	31/12/2010	31/10/2012	292.500,00	Convênio Anulado

Fonte: Brasil (2018)

Neste mesmo ano de 2010 três convênios foram concluídos e estão em fase de prestação de contas aprovadas, dentre entre eles está o convênio n.º 734975 que trata da construção de ginásio esportivo no Bairro Airton Sena conforme Fotografia 3 demonstra a obra finalizada e a mesma foi financiada pelo Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa que foi orçada em R\$ 200.000,00 (Quadro 11).

O convênio n.º 734978 tinha por objeto a aquisição de equipamento - caminhão compactador de lixo avaliado no valor de R\$ 275.000,00. O convênio foi assinado junto ao Ministério da Defesa através dos recursos provenientes do Calha Norte, após o atendimento das especificações, bem como cumprimento da fase externa de licitação o equipamento foi entregue em 2013 conforme mostra a Fotografia 4 da aquisição do veículo (Quadro 11).

Fotografia 3 - Ginásio esportivo no Bairro Airton Sena



Fonte: Calha Norte (2013).

Fotografia 4 - Aquisição de caminhão coletor compactador de lixo



Fonte: Calha Norte (2013).

Em 2013 ocorreu a celebração do convênio n.º 751254 que trata da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico Fundação Nacional de Saúde – DF que foi pactuado o valor de R\$ 878.377,43 que teve a prestação de contas aprovadas com ressalvas. Este convênio possui um importante Projeto, haja vista que cumpre as

diretrizes da Lei nº11.445/2007, que trata sobre a Lei do Saneamento Básico, onde a Prefeitura tem a obrigação de elaborar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico, conhecido como PMSB (Quadro 11).

Foi realizado o convênio n.º 734976 que tem por objeto Infraestrutura básica, ao ter acesso ao plano de trabalho pelo SICONV o objeto deste convênio era sobre a Pavimentação de blocos hexagonais de concreto(bloquetes) com calçamento lateral, entre outros da Rua São Luiz e Av. Janary Nunes no bairro central orçado em R\$ 300.000,00 com contrapartida da Prefeitura de Tartarugalzinho em R\$ 6.500,00. A obra passou pela fase de prestação de contas tendo sido aprovada (Quadro 11). Na fotografia 5 pertencente a prestação de contas, mostra a obra efetuada nas ruas citadas.

Fotografia 5 - Terraplanagem e Pavimentação da Rua São Luiz e da Av. Janary Nunes no bairro central de Tartarugalzinho



Rua São Luiz



Av. Janary Nunes

Fonte: Calha Norte (2013).

Os valores liberados segundo o cronograma de repasse constante no SICONV foram: Em 2010, no valor de R\$ 200.000,00 e em 2011 no valor de R\$ 678.377,43. A Prefeitura de Tartarugalzinho entrou com a contrapartida financeira no valor de R\$ 17.926,07 (Quadro 11).

No Quadro 12, diferente de outros anos o município não realizou tantos convênios com o governo federal. No ano de 2011, apenas dois foram realizados entre o convênio 669836, trata do de sistema de esgotamento sanitário celebrado com a FUNASA. No portal da transparência há quase nenhuma informação, entretanto, ao

ser redirecionado ao sistema sismoc do Ministério da Saúde o valor celebrado foi de R\$ 500 mil reais e o objeto foi concluído e teve sua vigência entre 2011 a 2013 (Quadro 12).

Quadro 12 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho no período de 2011 a 2013

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
669836	Sistema de Esgotamento Sanitário - MSD.	Fundação Nacional de Saúde - DF	23/12/2011	23/12/2013	500.000,00	Concluída com etapa útil e sem pendência
756416	Ampliação e Modernização de Praça de Esporte	CEF/Ministério do Esporte	30/12/2011	30/12/2013	500.000,00	Convênio Anulado
769789	Pavimentação em Bloquetes	Departamento do Programa calha Norte	13/12/2012	11/09/2014	1.900.000,00	Prestação de Contas Aprovada
782845	Pavimentação em piso sextavado e sarjetas de ruas e avenidas da sede do Município de Tartarugalzinho.	Departamento Do Programa Calha Norte	26/09/2013	16/06/2015	2.000.000,00	Prestação De Contas Aprovada
787303	Construção de calçadas e meio fio no município de Tartarugalzinho.	Departamento Do Programa Calha Norte	07/11/2013	13/06/2015	500.000,00	Prestação De Contas Aprovada

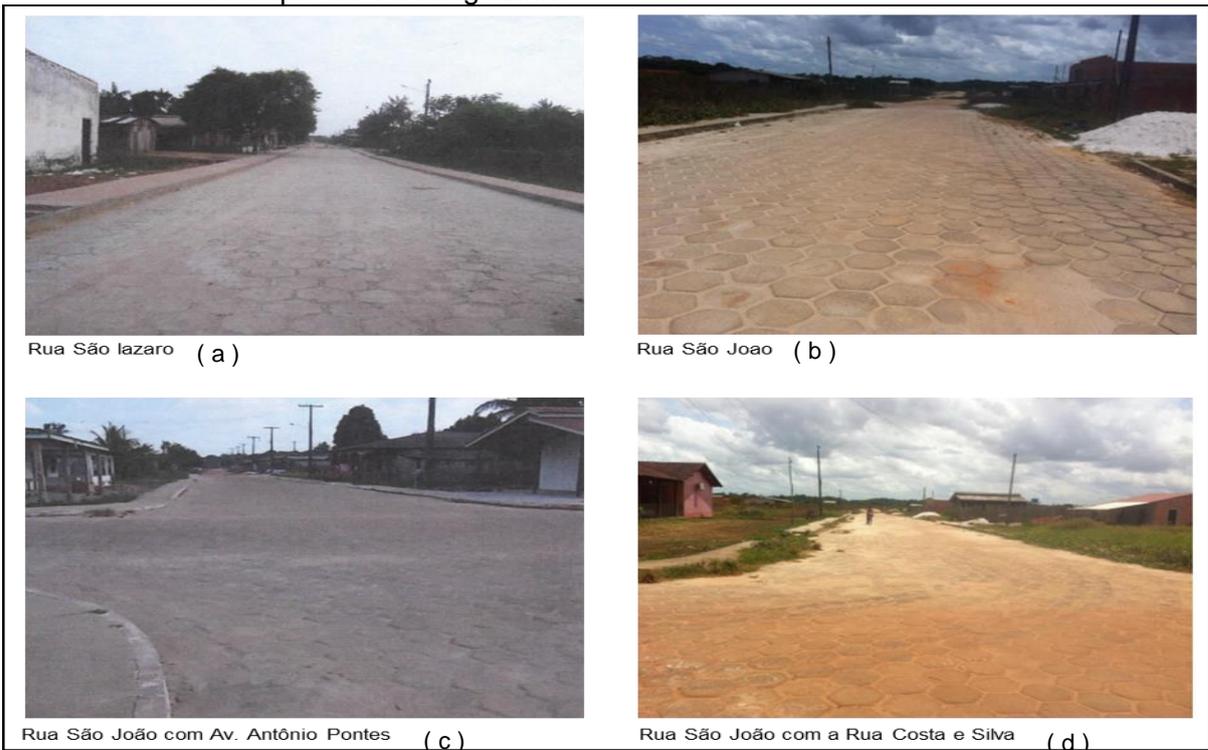
Fonte: Brasil (2018)

O convênio 756416 que previa a ampliação e modernização de praça de esporte foi anulado em 2015, a obra estava orçada em 500 mil reais e estava sendo financiada pelo Ministério dos Esportes e tendo como concedente a Caixa Econômica Federal (Quadro 12).

No ano de 2012, apenas um convênio 769789 foi assinado, trata-se da execução de Pavimentação em Bloquetes do projeto Calha Norte no valor de R\$ 1.900.000,00 e teve como contrapartida da prefeitura o valor de R\$ 40.000,00 e o projeto está com o status de prestação contas aprovadas. A obra foi realizada entre 01/11/2013 a 31/12/2014 e foi realizado termo de recebimento em 02/02/2015 (Quadro 12).

Em 2013 apenas 2 convênios do Ministério da Defesa foram realizados e tiveram a finalidade de promover a melhoria de ruas e avenidas da cidade. Portanto, foram assinados o convênio n.º 782845 tendo como objeto a pavimentação em piso sextavado e sarjetas de ruas e avenidas da sede do Município de Tartarugalzinho conforme fotografia 6, e orçado em R\$ 2.000.000,00 e teve contrapartida de R\$ 41.000,00 por parte da Prefeitura (Quadro 12).

Fotografia 6 - Pavimentação em Piso Sextavado e Sarjeta de Ruas e Avenidas da Sede do Município de Tartarugalzinho



Fonte: Calha Norte (2015).

Este convênio foi assinado e contemplou a Rua São Lazaro, Rua São Joao, Av. Antônio Pontes e Rua Costa e Silva, conforme relatório fotográfico constante na prestação de contas no SICONV e recebido em 2015 após a execução a situação atual do convênio é que a prestação de contas foi aprovada (Quadro 12).

O convênio n.º 787303 trata da construção de calcadas e meio fio no município de Tartarugalzinho, o projeto foi orçado em R\$ 500.000,00 e contemplou as vias: Alameda Eucalypto de Almeida (entre a Rua Presidente Dutra até a rodovia BR 156, com 120,40 metros de comprimento), avenida São Lázaro (entre a rodovia BR 156 e a Rua Mãe Verônica, com 94,80 metros de comprimento) Avenida São Luiz (entre a Rodovia BR 156 até a Janary Nunes com 227,90 metro de comprimento), Avenida 1º

de Maio (entre rua Presidente Dutra até a Rua Mãe Verônica com 281,50 metros de comprimento) Rua Mãe Verônica (entre as avenidas 1º de maio e 13 de setembro, com 171,90 metros de - comprimento), Avenida 13 de setembro (entre a Rodovia BR 156 e a Rua Mãe Verônica, com 56,60 metros de comprimento) e Avenida Caetano Corrêa (entre a Rua Presidente Dutra até a Rodovia BR 156, com 187,40 metros de comprimento). O município de Tartarugalzinho entrou com a contrapartida de R\$ 12 mil reais e o convênio está com a prestação de contas aprovada (Quadro 12).

No ano de 2014 ocorreram 04 convênios assinados e dentre eles três pertencentes ao Departamento do Programa da Calha Norte e um da Fundação Nacional da Saúde, ao todo foram conveniados R\$ 3.580.000,00 e como contrapartida foram destinados o valor de R\$ 147.500,00 (Quadro 13).

Quadro 13 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2014

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
801513	Pavimentação de vias urbanas	Departamento Do Programa Calha Norte	24/11/2014	29/09/2016	800.000,00	Prestação de Contas em Complementação
801561	Construção de Praça	Departamento Do Programa Calha Norte	24/11/2014	30/06/2017	1.000.000,00	Aguardando Prestação de Contas
801562	Iluminação Pública	Departamento Do Programa Calha Norte	24/11/2014	13/12/2016	280.000,00	Prestação de Contas Aprovada
802691	Implantação de serviços de Drenagem e manejo das águas pluviais na sede do Município de Tartarugalzinho.	Fundação Nacional De Saúde - DF	22/12/2014	22/12/2016	1.500.000,00	Convênio Anulado

Fonte: Brasil (2018).

O convênio 801513 tem como objeto a Pavimentação de vias urbanas, ao consultar o sistema Siconv, trata-se da implantação de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais na sede do município de Tartarugalzinho. Ao todo foram investidos R\$ 800.000,00 e como contrapartida foram investidos R\$ 17.000,00, a obra foi entregue e o status atual do convênio é Prestação de Contas em Complementação (Quadro 13).

No valor de R\$ 1.000.000,00 e tendo como objeto a construção de uma praça no município de Tartarugalzinho, o convênio 801561 foi realizada e está com o status

de prestação de contas em andamento. A entrega da obra foi realizada em agosto de 2018 e no sistema do Siconv há poucas informações constantes, sobre o plano de trabalho e o local de onde foi realizada a obra (Quadro 13).

O convênio 801562 visa a Iluminação Pública no Bairro Novo na sede do Município a obra teve custo de R\$ 280.000,00 e foi entregue no ano de 2016, conforme termo de recebimento. O convênio 802691 foi anulado e tinha como objeto a implantação de serviços de Drenagem e manejo das águas pluviais na sede do Município de Tartarugalzinho (Quadro 13).

No ano de 2015, ao todo 08 convênios foram voltados para a infraestrutura foram realizados, boa parte deles voltados para a pavimentação da cidade. Dentre os convênios apenas um foi anulado, trata-se do convênio n.º 817593 que tinha como objeto a Construção da 2ª etapa da Praça Municipal - Bairro Centro. Os demais foram realizados e encontra-me na fase da prestação de contas. Neste ano foram empenhados R\$ 5.502.572,00 um montante relativamente interessante para o planejamento urbano municipal (Quadro 14).

Quadro 14 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2015

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
813790	Reforma e Ampliação da Feira Municipal	Superintendência do desenvolvimento da Amazônia	01/01/2015	30/06/2017	250.000,00	Prestação de Contas em Complementação
817377	Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta no Bairro Central na sede	Departamento Do Programa Calha Norte	31/12/2015	25/06/2018	1.040.272,00	Prestação de Contas Iniciada Por Antecipação
817404	Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta no Bairro Central 1º trecho.	Departamento Do Programa Calha Norte	31/12/2015	27/12/2017	500.000,00	Prestação de Contas Rejeitada
817405	Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta no Bairro Central 2º trecho.	Departamento Do Programa Calha Norte	31/12/2015	27/12/2017	500.000,00	Prestação de Contas em Complementação
817593	Construção da 2ª etapa da Praça Municipal - Bairro Centro.	Departamento Do Programa Calha Norte	31/12/2015	31/07/2017	1.000.000	Convênio Anulado

82230 9	Implantação de Serviços de Drenagem e Manejo de águas Pluviais na Sede do Município de Tartarugalzinho.	Fundação Nacional De Saúde - DF	31/12/2015	31/12/2018	1.212.300,00	Aguardando Prestação de Contas
82234 8	Implantação de sistema de abastecimento de água	MINISTERIO DA SAUDE	31/12/2015	31/12/2018	1.000.000,00	Aguardando Prestação de Contas

Fonte: Brasil (2018)

O convênio 813790 trata da reforma e ampliação da feira municipal, que teve como concedente a Superintendência do desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. O valor celebrado foi de R\$ 250.000,00 e teve como contrapartida no valor de R\$ 10.000,00 a prestação de contas foi realizada e apresenta ressalvas conforme consta no sistema de convênios (Quadro 14).

Fotografia 7 - Pavimentação da Rua 25 de agosto no bairro central



Fonte: Calha Norte (2018)

O convênio 817377, orçado em R\$ 1.040.272 tem como objeto a pavimentação em blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta da Rua Alzira Tavares, Rua 25 de agosto, Avenida 13 de setembro e Rua Mãe Veronica no Bairro Central na sede conforme prestação de contas realizada e foi financiado pelo Projeto Calha Norte (Quadro 14). Na fotografia 7 mostra o resultado da execução da obra da Rua 25 de agosto no bairro central.

O convênio 817404 tem como objeto a Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta no Bairro Central 1º trecho, no valor de R\$ 500.000,00 conveniado com o Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa e contrapartida de R\$ 5.000,00 da Prefeitura de Tartarugalzinho (Quadro 14). No Portal da Transparência bem como do SICONV a situação é de que a prestação de contas está rejeitada e a obra foi entregue conforme apresentação do termo de entrega de obra.

Na Fotografia 8 mostra os blocos de concretos assentados, bem como as calçadas sendo construídas na avenida São Luis (Quadro 14).

Fotografia 8 - Pavimentação da Av. São Luis, Bairro Central - Tartarugalzinho



Fonte: Brasil (2018)

Na Fotografia 9, demonstra os trabalhos de drenagem da rua são Luis e construção da calçada no entroncamento da Rua São Luis com a Travessa São Cristóvão (Quadro 14).

O convênio 817405 tem por objeto a pavimentação em blocos sextavados com drenagem, calçada, meio-fio e sarjeta no Bairro Central 2º trecho (em frente ao cemitério com a rua são Sebastião), orçado em R\$ 500.000,00 teve a contrapartida de R\$ 5.000,00 da prefeitura. O convênio está com a Prestação de Contas em Complementação devido problemas que foram encontrados em alguns trechos da via (Quadro 14).

Fotografia 9 - Drenagem, calçada, meio-fio e sarjeta na Rua São Luis com a Travessa São Cristóvão



Fonte: Brasil (2018)

Na Fotografia 10 mostra a pavimentação em bloco da rua São Sebastião no município de Tartarugalzinho (Quadro 14).

Fotografia 10 - Pavimentação em bloco da Rua São Sebastião



Fonte: Brasil (2018)

O convênio 822309 tem como objeto a implantação de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais na sede do município de Tartarugalzinho tendo como concedente a Fundação Nacional de Saúde. O Valor conveniado é de R\$ 1.212.300,00 e o status atual é de que o convênio aguarda a prestação de Contas, bem como apresenta uma sub situação de ajuste do plano de trabalho e os valores estão empenhados ao município no ano de 2015 (Quadro 14).

No ano de 2016, apenas dois convênios foram realizados, e ambos estão na fase de execução. Um investimento ao município de R\$ 737.939,00. Dentre os convênios foram firmados: A construção de Escola Municipal e ampliação do Sistema de abastecimento de água. Entretanto, os convênios tiveram destino apenas a região do Lago Novo, comunidade da zona rural do município e não na zona urbana de Tartarugalzinho (Quadro 15).

Quadro 15 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2016

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
840515	Construção de Escola Municipal	Departamento Do Programa Calha Norte	29/12/2016	30/06/2019	287.939,00	Em Execução
830964	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água.	Fundação Nacional De Saúde - DF	30/12/2016	31/12/2019	450.000,00	Em Execução

Fonte: Brasil (2018)

No ano de 2017, quatro convênios foram firmados, dentre eles o convênio 843043 tem como objeto a pavimentação em blocos sextavados com drenagem, calçadas, meio-fio e sarjetas das ruas: Rua das Palmeiras e Av. Presidente Dutra, na Sede do Município de Tartarugalzinho. O valor celebrado é de R\$ 1.000.000,00 e tem a contrapartida municipal de R\$ 15.000,00 (Quadro 16).

Quadro 16 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2017

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
842915	Pavimentação de Ruas em Blocos Sextavados, com Drenagem, Calçadas, Meio-Fio e Sarjetas.	Departamento Do Programa Calha Norte	26/12/2017	19/06/2019	700.000	Em Execução
842926	Construção de Quadra Poliesportiva.	Departamento Do Programa Calha Norte	26/12/2017	19/06/2019	300.000	Em Execução
843043	Pavimentação de ruas em blocos sextavados na área urbana com drenagem, calçadas, meio fio e sarjetas.	Departamento Do Programa Calha Norte	26/12/2017	16/12/2019	1.000.000	Em Execução

843125	Construção da Praça Municipal - 2ª Etapa	Departamento Do Programa Calha Norte	26/12/2017	16/12/2019	1.000.000	Em Execução
--------	--	--------------------------------------	------------	------------	-----------	-------------

Fonte: Brasil (2018)

O convênio 843125 tem como objeto a Construção da Praça Municipal (Saturnino dos Santos) – 2ª Etapa playground, quiosque, palco coberto, área para academia ar livre e urbanização; e a segunda etapa inclui a construção de campo de futebol de areia, quadra poliesportiva, três unidades de quiosques, pista de bicicross, rampa de skate/patins, pavimentação/urbanismo e arquibancada de concreto. O orçamento previsto para a construção da segunda etapa é de R\$ 1.000.000,00 e contrapartida de R\$ 40.000,00 (Quadro 16).

No ano de 2018 foram realizados 4 convênios destinados a cidade de Tartarugalzinho, tais convênios somados totalizam R\$ 10.600.000,00. Trata-se de convênios de construção de obras relevantes como a construção da Orla do município tendo como concedente a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Todas as obras estão no processo de execução (Quadro 17).

Quadro 17 - Convênios do Governo Federal ao município de Tartarugalzinho em 2018

Número	Objeto	Concedente	Data de início da vigência	Data de fim da vigência	Valor Celebrado (R\$)	Situação
692838	Construção da Orla do Município de Tartarugalzinho – 1ª Etapa.	Secretaria De Desenvolvimento Regional	19/01/2018	09/01/2020	3.000.000,00	Em Execução
864124	Construção de Escola Municipal no Bairro Centro	Departamento Do Programa Calha Norte	12/11/2018	22/10/2022	1.600.000,00	Em Execução
864105	Pavimentação em blocos sextavados com drenagem, calçadas, meio fio e sarjeta no bairro central	Departamento Do Programa Calha Norte	22/11/2018	01/11/2022	2.000.000,00	Em Execução
880123	Construção de campo de futebol	Departamento Do Programa Calha Norte	12/12/2018	21/11/2022	4.000.000,00	Em Execução

Fonte: Brasil (2018)

O primeiro convênio do ano de 2018 foi o número 692838 que tem como objeto a construção da 1ª etapa da Orla do município de Tartarugalzinho. Orçado em 3 milhões de reais, passou pela fase de licitação e tem vigência do contrato de 24

meses. 50% do valor foi empenhado para a obra e a prefeitura entrou com a contrapartida de R\$ 32.000,00 (Quadro 17).

O convênio é o 864124 que tem por objeto a construção de uma Construção de Escola Municipal com 12 salas de aula localizada entre a Av. 25 de março e a rua das flores no Bairro Centro. O valor da obra é de R\$ 1.600.000,00 e tem vigência até o ano de 2022 e encontra-se em execução. A contrapartida da prefeitura foi de R\$ 32.000,00 (Quadro 17).

O convênio é 864105 que tem por objeto a pavimentação das ruas e avenidas do município orçado em R\$ 2.000.000,00 e financiado pelo Departamento do Programa Calha Norte tem previsão para término em 2022 e está na fase de execução conforme consta no portal da transparência e teve como contrapartida financeira o valor de R\$ 20.000,00, os valores foram empenhados, o convênio assinado e publicado (Quadro 17).

Percebe-se que ao longo dos quadros de convênio com o governo federal, em justificativa para mais um financiamento deste tipo de obra no sistema siconv é que o município de Tartarugalzinho/AP, apenas 35% das ruas e avenidas da sede do encontram-se pavimentadas (em bloquetes), mas as que não possui qualquer tipo de tratamento, sendo asfalto ou em blocos de concreto enfrentam grandes transtornos entre as localidades, especialmente nos períodos climáticos adversos como as chuvas que alagam as ruas (Quadro 17).

A importância da execução deste tipo de obra possui um cunho social evidente para beneficiar a população residente na sede de Tartarugalzinho/AP principalmente pela facilitação do tráfego de pessoas e veículos, por conta do revestimento das ruas, que facilitam o acesso no cotidiano das pessoas que trabalham e estudam ou precisam se deslocar (Quadro 17).

O convênio n.º 880123 foi um convênio assinado com o governo federal que prevê a construção de um campo de futebol na sede do município. Financiada pelo Departamento do Programa Calha Norte, R\$ 4.000.000,00 são os valores que foram aprovados e empenhados, tendo como contrapartida no valor de R\$ 50.000,00 e está na fase inicial para a realização da obra, como a expedição das licenças e autorizações de obra e previsão para término em 2022 (Quadro 17).

Após a análise dos 52 convênios que foram celebrados com a União durante o período de 2002 a 2018, a Tabela 5 demonstra um resumo da situação de tais convênios celebrados, 17 deles estão na situação de prestação de contas, 12 foram

concluídos, 9 em execução, 5 foram anulados, 03 estão adimplentes, e nenhum convênio possui o status de parado.

Tabela 5 - Resumo dos convênios com a União no período de 2002 a 2018

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Adimplente	03
Anulado	05
Cancelado	02
Concluído	12
Em execução	09
Excluído	01
Inadimplência Suspensa	01
Inadimplente	01
Paralisado	00
Prestação de contas	17
Rescindido	01
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>

Fonte: Brasil (2018)

Em percentuais, a gestão do município vem cumprindo na execução dos convênios, dos objetos que foram celebrados, 23,08% do total foram concluídos os que estão em prestação de contas representam 32,69% e em vigência são 17,31% (Tabela 5).

Em relação aos valores e a destinação do tipo de investimento para a cidade de Tartarugalzinho, percebemos que na Tabela 6 do total celebrado houve vinte e três convênios celebrados que tiveram como finalidade o provimento da infraestrutura, em percentuais equivale a 44,23% e totalizou um valor de R\$ 17.851.930,07 investidos na cidade através dos convênios com a união.

Tabela 6 - Resumo dos convênios por tipo com a União no período de 2002 a 2018

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
Circulação e Transporte	-	-
Cultura e Religião	01	R\$ 200.000,00
Esporte e Lazer	13	R\$ 12.432.500,00

Infraestrutura	23	R\$ 17.851.930,07
Segurança pública e proteção	-	-
Abastecimento	-	-
Administração pública	-	-
Assistência social	01	R\$ 199.500,00
Educação	06	R\$ 3.235.939,00
Saúde	08	R\$ 3.474.775,82
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>R\$ 37.394.644,89</b>

Fonte: Brasil (2018)

A área de esporte e lazer foi o segundo tipo de convênio que foi mais celebrado, ao todo foram 13 convênios, isso representou 25% em valores foram firmados representou em R\$ 12.432.500,00. A educação teve 11,54% dos convênios que foram celebrados sendo ao todo seis e teve investimentos de R\$ 3.235.939,00; a saúde teve oito convênios com percentual de 15,38% e valores firmados em R\$ 3.474.775,82 e pôr fim a cultura e religião, juntamente com a assistência social tiveram apenas um convênio cada totalizando R\$ 200.000,00 e R\$ 199.500,00 respectivamente e representaram apenas 2% do que foi firmado durante o período de 2002 a 2018 dos convênios com a união.

#### 4.3 AÇÕES FINANCIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EXECUTADAS EM TARTARUGALZINHO 2002 A 2018

As informações sobre os contratos e convênios que serão abordados foram obtidas *in loco* na Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINF) em 2018 e 2019 (ANEXO A), ao todo foram obtidos 13 contratos<sup>14</sup> envolvendo ações de infraestrutura na sede do município de Tartarugalzinho, no período proposto da análise do planejamento urbano da dissertação.

Os contratos encontrados foram dos anos de 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012 e 2013, ao todo foram investidos pelo Governo do Estado do

<sup>14</sup> Do total dos contratos realizados 11 possui o status concluído, o que representa um percentual de 84,61% das obras foram realizadas, apenas duas não foram finalizadas. Sendo que uma delas está paralisada e o outro contrato está em andamento segundo as informações obtidas pela SEINF/AP.

Amapá o valor de R\$ 3.548.815,70 destinado a vários seguimentos, entre infraestrutura, educação, esporte e lazer, saúde, abastecimento e segurança.

Em 2002, foram executadas duas ações no município de Tartarugalzinho/AP, a primeira das ações trata-se do calçamento Interno e externo do prédio da delegacia e a reforma geral e construção de bloco com duas salas de aula e refeitório em uma escola da sede, ao todo os dois contratos somam-se no valor de R\$ 428.170,92 e ambos possuem o status de concluído (Quadro 18).

Quadro 18 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho no ano de 2002.

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Calçamento Interno e Externo do Prédio da Delegacia do Município de Tartarugalzinho - Ap.	Contrato	O.E.S.049/02/ DOP/SEINF	R\$ 14.789,55	30/04/2002 15/05/2002	Concluída
Reforma Geral e Construção de Bloco com 02 (Duas) Salas de Aula e Refeitório na Escola.	Contrato	C.T.041/02 - SEINF	R\$ 413.381,37	5/05/2002 12/10/2002	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2004, apenas um contrato foi realizado e trata-se de recursos que foram destinados à reforma da praça de Tartarugalzinho/AP, com o intuito de promover o esporte e lazer na sede no valor de R\$ 110.040,34 e no momento paralisada, tendo a vigência dos recursos foram no período de 5 meses conforme demonstra o Quadro 19.

Quadro 19 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2004

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Reforma da Praça de Tartarugalzinho	Esporte e Lazer	C.T.000/04	R\$ 110.040,34	15/07/2004 12/12/2004	Paralisada

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2005, apenas um contrato foi executado pelo Governo do Estado do Amapá na sede do município de Tartarugalzinho, trata-se da reforma geral da Escola Estadual Reisalina Ferreira Tomaz no valor de R\$ 768.863,29 e teve vigência 10 meses que foi concluída (Quadro 20).

Quadro 20 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2005

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Reforma Geral da Escola Estadual Reisalina Ferreira Tomaz, no Município de Tartarugalzinho - AP	Educação	C.T.015/05 - SEINF	R\$ 768.863,29	20/10/2005 14/12/2006	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2006 apenas um contrato foi celebrado pelo GEA através da SEINF, e trata-se da reforma da quadra Poliesportiva da Escola Estadual Reisalina Ferreira Tomás. A obra foi realizada com um orçamento em R\$ 221.116,61 e teve vigência de quatro meses tendo o status de concluída (Quadro 21).

Quadro 21 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2006.

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Reforma e Adaptações na Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Reisalina Ferreira Tomás, em Tartarugalzinho - AP.	Esporte e Lazer	O.E.S.226/06 - UCC/NSP/SEINF	R\$ 221.116,61	28/11/2006 26/02/2007	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

No ano de 2007, ocorreu a Construção de uma Sala para Ensino Especial e um Laboratório de Informática na Escola Estadual Profª Maria José de Nazaré Ferreira Lima, no Município de Tartarugalzinho – AP, a obra teve um investimento de R\$ 137.394,40 e foi concluída.

Outra obra do mesmo ano foi sobre as adaptações no Terminal Rodoviário de Tartarugalzinho para que funcione uma unidade do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão SIAC/SUPER-FÁCIL, que visa o atendimento ao cidadão e custou R\$ 57.737,66 e foi concluída em 30 dias (Quadro 22).

Quadro 22 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2007

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Construção de uma Sala para Ensino Especial e um Laboratório de Informática na Escola Estadual Profª Maria José de Nazaré Ferreira Lima, no Município de Tartarugalzinho - AP.	Educação	O.E.S.063/07 - UCONT/NAF/SEINF	R\$ 137.394,40	19/07/2007 01/12/2007	Concluída

Adaptações no Terminal Rodoviário de Tartarugalzinho para funcionar o SIAC/SUPER-FÁCIL.	Administração Pública	O.E.S. 094/2007-UCONT/NAF/SEI NF	R\$ 57.737,66	12/11/2007 12/12/2007	Concluída
---	-----------------------	----------------------------------	---------------	--------------------------	-----------

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2008 teve apenas um contrato e como objeto desse foi a reforma das instalações prediais e pintura geral do Prédio do Terminal de Passageiros de Tartarugalzinho, o valor foi orçado em R\$ 125.002,28 e foi executado pela SEINF e teve vigência de apenas 60 dias e a obra foi concluída (Quadro 23).

Quadro 23 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2008.

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Reforma das instalações prediais e pintura geral do Prédio do Terminal de Passageiros de Tartarugalzinho, no Município de Tartarugalzinho – AP.	Infraestrutura	O.E.S.142/08 - UCONT/NAF/SEI NF	R\$ 125.002,28	29/09/2008 13/11/2008	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2009, foram assinados dois contratos dentre eles ocorreu a reforma da Reforma da Escola Estadual Maria de Nazaré Ferreira Lima, a obra teve um custo de R\$ 808.848,92 e foi concluída em 2011 e o segundo contrato executado foi a construção de Arquibancadas, obras destinadas ao campo de futebol, que teve um custo de R\$ 33.936,65 e foi concluída (Quadro 24).

Quadro 24 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2009.

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Reforma da Escola Estadual Maria de Nazaré Ferreira Lima, no Município de Tartarugalzinho - AP.	Educação	C.T.009/2009 - SEINF	R\$ 808.848,92	23/03/2009 12/04/2011	Concluída
Construção de Arquibancadas no Município de Tartarugalzinho - AP.	Esporte e Lazer	O.E.S.053/09 - UCONT/NAF/SEI NF	R\$ 33.936,65	08/07/2009 18/07/2009	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2010, foi realizado apenas um único contrato que trata da Reforma das Instalações prediais e pintura geral do prédio do Terminal de Passageiros de

Tartarugalzinho, no Município de Tartarugalzinho, com um valor de R\$ 214.402,28 executado pela SEINF/AP a duração do contrato foi de 30 dias e a situação é que a obra foi concluída (Quadro 25).

Quadro 25 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2010

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Reforma das Instalações prediais e pintura geral do prédio do Terminal de Passageiros de Tartarugalzinho, Município de Tartarugalzinho-AP.	Transporte	O.E.S.025/10 - UCONT/NAF/SEINF	R\$ 214.402,28	10/03/2010 09/04/2010	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2012, apenas um contrato foi celebrado pela SEINF o C.T.030/2012 - SEINF, trata-se da construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Tartarugalzinho. Essa obra custou R\$ 353.755,91 ao Governo do Amapá e teve a duração de um ano e foi concluída (Quadro 26).

Quadro 26 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2012

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Tartarugalzinho - AP.	Saúde	C.T.030/2012 - SEINF	R\$ 353.755,91	04/10/2012 14/10/2013	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2013, um contrato foi celebrado, trata-se da Construção de Uma Unidade de apoio à Distribuição da Agricultura Familiar, no Município de Tartarugalzinho, feito através do C.T.038/2013 - SEINF teve a duração de 10 meses e o valor foi de R\$ 289.546,44 e a obra ainda está em andamento (Quadro 27).

Quadro 27 - Ações executadas pelo GEA em Tartarugalzinho entre 2013

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Construção de Uma Unidade de apoio à Distribuição da Agricultura Familiar, no Município de Tartarugalzinho-AP.	Abastecimento	C.T.038/2013 - SEINF	R\$ 289.546,44	28/06/2013 24/04/2014	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

#### 4.4 AÇÕES FINANCIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ E EXECUTADAS PELA PREFEITURA DE TARTARUGALZINHO 2002 A 2018

Sobre as ações financiadas pelo Governo do Estado do Amapá e executadas pela Prefeitura de Tartarugalzinho/AP foram encontradas junto a SEINF apenas 12 convênios voltados para a sede do município em todo o período proposto da pesquisa, em valores financeiros foram celebrados ao todo R\$ 3.440.566,79. Foram encontrados convênios nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2008 e 2018.

No ano de 2003, foi celebrado apenas o convênio de n.º 015/03 - GEA/PMT, que trata da Conclusão da Reforma e Ampliação da Escola Municipal Analice de Jesus - Município de Tartarugalzinho, com um valor previsto em R\$ R\$ 52.693,52 que tinha a vigência de 8 meses e que foi rescindida (Quadro 28).

Quadro 28 - Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2003

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Conclusão da Reforma e Ampliação da Escola Municipal Analice de Jesus - Município de Tartarugalzinho	Educação	Conv nº 015/03 - GEA/PMT	R\$ 52.693,52	16/10/2003 27/07/2004	Rescindida

Fonte: AMAPÁ (2019)

No ano de 2004, foi celebrado apenas um convênio trata-se do n.º 036/04 – SEINF, no valor de R\$ 12.500,00 que tem como objeto a Construção da Fachada do Prédio da Assembleia de Deus, em Tartarugalzinho/AP e teve a vigência de 60 dias e foi concluída (Quadro 29).

Quadro 29 - Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2004

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Construção da Fachada do Prédio da Assembleia de Deus , em Tartarugalzinho - AP.	Cultura e Religião	Conv nº 036/04 - SEINF	R\$ 12.500,00	08/07/2004 06/09/2004	Concluída

Fonte: AMAPÁ (2019)

No ano de 2005, foram celebrados dois convênios entre o GEA e a Prefeitura de Tartarugalzinho/AP, o primeiro convênio n.º 025/2005 – SEINF, trata-se da construção da Sede da Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho – AP com o valor de R\$ 749.854,23 e que foi inaugurado, mas o status é que está em andamento e o

segundo convênio foi sobre a reforma da Câmara de Vereadores do Município de Tartarugalzinho - AP e teve um valor de R\$ 20.000,00 (Quadro 30).

Quadro 30 - Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2005

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Construção da Sede da Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP.	Administração Pública	Conv - 025/2005 - SEINF	R\$ 749.854,23	22/12/2005 25/02/2008	Em Andamento
Reforma da Câmara de Vereadores do Município de Tartarugalzinho - AP.	Administração Pública	Conv - nº 056/05 - SEINF	R\$ 20.000,00	29/12/2005 12/02/2006	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

No ano de 2006, apenas um convênio foi assinado, trata-se do convênio de nº 071/2006 – SEINF, no valor de R\$ 186.271,49 que trata da construção de um Palanque Oficial, Vestiário e Muro no Estádio Municipal de Tartarugalzinho e teve a vigência findada em 2008 e a obra encontra-se em andamento segundo a SEINF (Quadro 31).

Quadro 31 - Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2006

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Construção de um Palanque Oficial, Vestiário e Muro no Estádio Municipal de Tartarugalzinho	Administração Pública	Conv - nº 071/2006 - SEINF	R\$ 186.271,49	14/07/2006 05/03/2008	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

No ano de 2008, foram realizados dois convênios. O primeiro convênio é sobre a execução de serviços complementares para conclusão da sede municipal da prefeitura municipal de Tartarugalzinho, celebrado através do nº 007/2008 no valor de R\$ 251.789,21 e está em andamento. O segundo convênio é o nº 045/2008 que trata da Limpeza Urbana no Município de Tartarugalzinho/AP e que teve um custo de R\$ 67.500,00. Ambos os convênios estão em andamento (Quadro 32).

Quadro 32 - Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2008

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Serviços Complementares para Conclusão da Sede Municipal da Prefeitura	Administração Pública	Conv - nº 007/2008 - SEINF	R\$ 251.789,21	22/04/2008 25/08/2009	Em Andamento

Municipal de Tartarugalzinho.						
Limpeza Urbana no Município de Tartarugalzinho - AP	Infraestrutura	Conv - nº 045/2008 - SEINF	R\$ 67.500,00	04/07/2008 10/05/2009	Em Andamento	

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2018 foram assinados 05 convênios com o município de Tartarugalzinho/AP, todos tratam-se de repasses de recursos financeiros para que a prefeitura realizasse as obras em relação aos anos anteriores esse foi o que teve mais convênios assinados, em valores foram celebrados um total de R\$ 2.099.958,34 e todas as obras estão em andamento. São obras das quais contemplaram a área da educação sendo três, uma obra na assistência social e uma obra destinada ao esporte e lazer (Quadro 33).

Quadro 33 - Convênios do GEA em Tartarugalzinho em 2018

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Repasse de recursos financeiros destinados a Conclusão da Praça de Esportes da Sede do Município de Tartarugalzinho.	Esporte e Lazer	Convênio 001/2018	R\$ 350.000,00	05/07/2018 05/11/2018	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados a Conclusão da Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Analice Maciel de Jesus, no Município de Tartarugalzinho.	Educação	Convênio 002/2018	R\$ 220.000,00	05/07/2018 05/01/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados a Reforma da Escola Municipal Analice Maciel de Jesus, no Município de Tartarugalzinho.	Educação	Convênio 006/2018	R\$ 315.952,52	05/07/2018 05/11/2018	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados a Reforma da Escola Municipal Raimunda Lobato dos Santos, no Município de Tartarugalzinho.	Educação	Convênio 007/2018	R\$ 296.984,10	05/07/2018 05/10/2018	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados a Serviços Complementares para a Construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER, no Município de Tartarugalzinho.	Assistência Social	Convênio 028/2018	R\$ 917.021,72	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

O primeiro convênio é o de número 001/2018, que trata de repasses de recursos financeiros destinados a Conclusão da Praça de Esportes da Sede do Município de Tartarugalzinho no valor de R\$ 350.000,00 tendo vigência de quatro meses. O segundo convênio é o n.º 002/2018 que tem por objeto a Conclusão da Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Analice Maciel de Jesus, no Município de Tartarugalzinho no valor de R\$ 220.000,00 (Quadro 33).

O terceiro convênio de número 006/2018, trata de um repasse de recursos financeiros destinados a Reforma da Escola Municipal Analice Maciel de Jesus, no Município de Tartarugalzinho/AP, no valor de R\$ 315.952,52. O quarto convênio de número 007/2018, visa realizar um repasse de recursos financeiros destinados a Reforma da Escola Municipal Raimunda Lobato dos Santos, no Município de Tartarugalzinho/AP no valor de R\$ 296.984,10.

O quinto convênio firmado de número 028/2018, tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados a Serviços Complementares para a Construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER) no Município de Tartarugalzinho/AP no valor de R\$ 917.021,72 (Quadro 33).

Conforme a Fotografia 11 em pesquisa de campo mostra a construção da obra que está em fase de conclusão.

Fotografia 11 - Construção do Centro especializado de reabilitação



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

#### 4.5 AÇÕES FINANCIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO EM CONTRAPARTIDA COM A UNIÃO NO PERÍODO DE 2002 A 2018

O Governo do Estado do Amapá no período de 2002 a 2018 realizou convênios com a município de Tartarugalzinho com a finalidade de disponibilizar recursos financeiros para as contrapartidas das obras que foram ou estão sendo executadas na sede do município em conjunto com a União.

O montante celebrado no período foi de R\$ 465.079,82 distribuídos em 11 convênios nas áreas de infraestrutura, Administração Pública e Esporte e Lazer. Dos dados coletados, foram detectados convênios nos anos de 2007 (um celebrado), 2011 (um celebrado) e 2018 (nove celebrados).

No ano de 2007 o único convênio celebrado foi o convênio - nº 017/2007 - SEINF no valor de R\$ 213.006,68 que possui a tipologia da Administração Pública, possui a vigência no período de 05/11/2007 a 01/08/2008, entretanto, nas informações que foram prestadas pela SEINF o convênio ainda está em andamento (Quadro 34).

Quadro 34 - Contrapartida do GEA com a União em Tartarugalzinho em 2007

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Contrapartida de Convênios Federais	Administração Pública	Conv - nº 017/2007 -SEINF	R\$ 213.006,68	05/11/2007 01/08/2008	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

No ano de 2011 também houve apenas um convênio celebrado de nº 004/2011 -SEINF no valor de R\$ 161.573,14 que tem como tipologia a Administração Pública, com a vigência no período de 19/04/2011 a 18/04/2012, nas informações que foram prestadas pela SEINF o convênio ainda está em andamento (Quadro 35).

Quadro 35 - Contrapartida do GEA com a União em Tartarugalzinho em 2011

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Contrapartida de Convênios Federais	Administração Pública	Conv - nº 004/2011 - SEINF	R\$ 161.573,14	19/04/2011 18/04/2012	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

Em 2018 foram realizados nove convênios com a Prefeitura municipal de Tartarugalzinho/AP com projetos voltados para a sede, que somados integram o valor de R\$ 90.500,00. Esses valores correspondem aos repasses de recursos financeiros para a contrapartida das obras que estão sendo executadas através de convênios entre o Tartarugalzinho e a União.

Quadro 36 - Contrapartida do GEA com a União em Tartarugalzinho em 2018

Objeto	Tipo	Nº	Valor da Obra	Vigência	Status
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 713435/2009 – <u>Construção de Praça de Esporte no Município de Tartarugalzinho-AP.</u>	Esporte e Lazer	Convênio 016/2018	R\$ 8.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 827832/2016 – <u>Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Aquisição de Bens.</u>	Administração Pública	Convênio 017/2018	R\$ 2.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 822348/2018 – <u>Implantação de Sistema de Abastecimento de Água.</u>	Saúde	Convênio 018/2018	R\$ 5.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 830964/2016 – <u>Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água.</u>	Infraestrutura	Convênio 019/2018	R\$ 5.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 817377/2015 – <u>Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta no Bairro Central na sede do Município.</u>	Infraestrutura	Convênio 020/2018	R\$ 5.500,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento

Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 842915/2017 – <u>Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta na sede do Município.</u>	Infraestrutura	Convênio 023/2018	R\$ 7.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 842926/2017 – <u>Construção de Quadra Poliesportiva.</u>	Esporte e Lazer	Convênio 024/2018	R\$ 3.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 843043/2017 – <u>Pavimentação em Blocos Sextavados na área urbana com Drenagem, Calçada, Meio-Fio e Sarjeta sede do Município.</u>	Infraestrutura	Convênio 025/2018	R\$ 15.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento
Repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal, referente ao convênio nº 843125/2017 – <u>Construção da Praça Municipal – 2ª Etapa no Município de Tartarugalzinho.</u>	Esporte e Lazer	Convênio 026/2018	R\$ 40.000,00	18/05/2018 18/05/2019	Em Andamento

Fonte: AMAPÁ (2019)

Dentre os convênios celebrados, o convênio 016/2018 entre GEA e Tartarugalzinho que tem por objeto destinação de recursos para o convênio nº 713435/2009 que visa a construção de praça de esporte no município de Tartarugalzinho/AP, o valor repassado foi de R\$ 8.000,00 (Quadro 36).

Dentre os convênios celebrados há o de número 017/2018 que tem por objeto a destinação de recursos para o convênio nº 827832/2016 que trata da estruturação da rede de serviços de proteção social básica – aquisição de bens, o valor repassado foi de R\$ 8.000,00. O convênio n.º 018/2018, celebrado no valor de R\$ 5.000,00 é destinado à contrapartida do convênio federal n.º 822348/2018 tem por objeto a Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (Quadro 36).

O convênio n.º 019/2018 no valor de R\$ 5.000,00 é um dos repasses de recursos financeiros celebrados em 2018 pelo GEA, destinados ao fortalecimento dos municípios com apoio financeiro de contrapartida de recurso federal celebrado através

do convênio nº 830964/2016 que tem por objeto a ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Tartarugalzinho/AP (Quadro 36).

#### 4.6 AÇÕES PREVISTAS NO PLANO EMERGENCIAL PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO

O Plano Emergencial de Tartarugalzinho definiu algumas ações de intervenção para o município em 2002 a serem realizadas conforme aponta os Quadros 37 e 38. Essas ações foram divididas em duas naturezas a físico-urbanística e a arquitetônica.

Os projetos para a área urbanística, a Prefeitura vem realizando ações através de convênios com a União. Foram realizadas ações de calçamento e de meio fio através dos convênios federais 787303; 864105; 842915; 817377; 817404 e 817405 de drenagem pluvial das ruas e canaletas através dos convênios federais 822309 e 802691, assim como projetos de urbanização e construção de um campo de futebol para atender a demandas da comunidade sendo executados pelos convênios 880123 e 744196 (Quadro 37).

Quadro 37 - Ações previstas para Tartarugalzinho de Natureza físico urbanístico no plano

Ações de Plano Físico-Urbanístico de natureza física urbanística		Efetua do	Não Efetua do	Parcial mente		
Natureza Físico-Urbanístico	1. Plano Físico-Urbanístico :	a) Legislação urbanística (Leis específicas: Lei do Uso do Solo, Código de Edificações, Código de Posturas);		X		
		b) Elaboração de Plantas e Mapas com a definição dos seguintes elementos:	• Vetores de Crescimento;		x	
			• Planta de Valores;			X
			• Cadastro Técnico;		X	
		• Delimitação para o processo de expansão urbana;		X		
		c) Setorização de Bens e Serviços e Equipamentos Urbanos.			X	
	2. Projetos Sugeridos para a área urbanística:	a) Projeto de urbanização das vias públicas com os seguintes itens:	• Dimensão de vias com canteiros;		X	
			• Calçadas e Meio Fio;			X
			• Arborização e Paisagismo;		X	
			• Drenagem Pluvial e canaletas;			X
• Indicação de Placas de Sinalização.				X		
	b) Projeto de Urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico;		X			

	c) Projeto de Urbanização e construção de um campo de futebol para atender a demandas da comunidade;	X		X
	d) Projeto de Urbanização das Áreas Turísticas (Balneário);			X
	e) Projetos Urbanísticos para novos loteamentos;			X
	f) Projeto de Urbanização da Praça Pública da Cidade.			X

Fonte: TCA (2002), adaptado por Junior (2019).

A natureza física urbanística foi dividida em duas subseções o plano físico-urbanístico e os projetos sugeridos para a área urbanística. Das ações previstas no plano físico-urbanístico, foram realizadas apenas: A planta de valores e a setorização de bens e serviços e equipamentos urbanos, isso de forma parcial, conforme constatado em visita de campo e o que prevê os dispositivos da lei federal n.º 6.766/1979<sup>15</sup> que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, traz uma definição para equipamentos urbanos comunitários, o qual o considera comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares (BRASIL, 1979).

As ações de natureza arquitetônica previstas no plano emergencial a Prefeitura de Tartarugalzinho realizou parte das ações, através dos convênios com o Estado do Amapá e com a União, assim como ações do Estado no município através de contrato realizados pela SEINF/AP (Quadro 38).

Entre as ações que foram efetuadas estão a readequação da unidade de saúde; realizado pelo C.T.030/2012 – SEINF/AP, que construiu a unidade de suporte básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e o andamento da construção da praça sede da cidade através do convênio 843125.

Quadro 38 - Ações de natureza arquitetônica no Plano Emergencial de Tartarugalzinho

Ações do plano de Natureza Arquitetônica		Efetuada	Não Efetuada	Parcialmente
Natureza Arquitetônica	1. Readequação da Unidade de Saúde;			X
	2. A Sede da Prefeitura de Tartarugalzinho;	X		
	3. Construção da Praça da Cidade;	X		
	4. Construção de Unidades Habitacionais;		X	

<sup>15</sup> Para Moraes et al. (2008), os equipamentos urbanos comunitários são os componentes físicos básicos de infraestrutura urbana de uma cidade ou bairro, sendo a existência desses um fator determinante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, além da potencialidade de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados humanos. Consideram-se equipamentos urbanos a infraestrutura básica tais como o abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

5. Construção de um centro de convivência;	X		
6. Construção de um Terminal Fluvial;		X	
7. Construção de um Posto alternativo;	X		
8. Mercado municipal e feira;	X		
9. Corpo de Bombeiros;		X	
10. Porto para embarcações;		X	
11. Posto de Cobrança (Sefaz);		X	

Fonte: TCA (2002), adaptado por Junior (2019).

Foi construído o centro de convivência do idoso através do convênio federal 627902, também foi construída e inaugurada a Casa da Cultura que foi objeto celebrado pelo convênio federal 599722. E o mercado municipal e feira feito pelo convênio federal 813790. A sede da Prefeitura foi construída através de dois convênios (025/2005 - SEINF e 007/2008 – SEINF) com o Governo do Estado do Amapá (Fotografia 12).

Fotografia 12 - Sede da Prefeitura de Tartarugalzinho/AP



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

#### 4.7 A RELAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL DE TARTARUGALZINHO COM AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2002 A 2018

O plano emergencial de Tartarugalzinho como descrito anteriormente, teve algumas sugestões que foram propostas afim de promover o desenvolvimento urbano, divididas em duas naturezas, sendo um deles de características urbanística e a outra arquitetônica. Tendo em vista as ações governamentais que foram realizadas no citado período, será abordado a relação que essas ações foram realizadas e os efeitos que surtiram na sede do município.

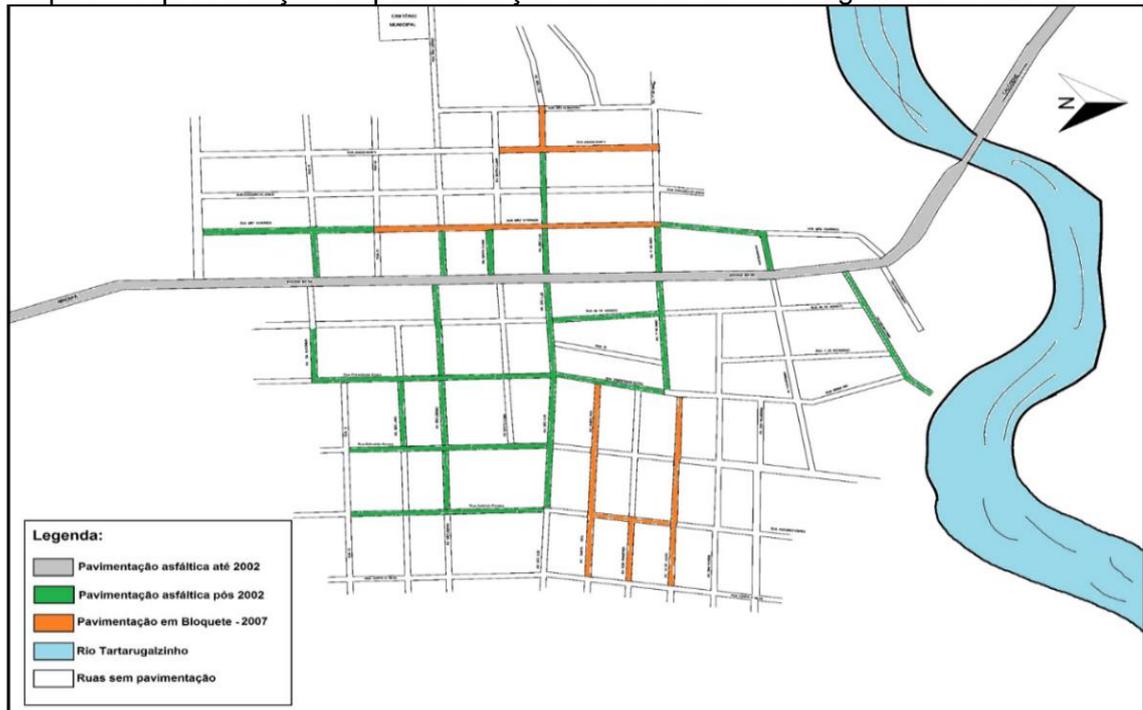
##### **4.7.1 Projetos de natureza urbanística sugeridas no plano emergencial e as ações governamentais na cidade de Tartarugalzinho**

Para TCA (2002), as sugestões do plano urbanísticos devem conter elementos indispensáveis para se estabelecerem metas de desenvolvimento urbano para o município, tendo a sua sede como referência deste processo. Baseado nesse contexto, no plano emergencial foram considerados sobre a natureza urbanística os seguintes projetos: O primeiro projeto trata-se da urbanização das vias públicas, contendo vias com canteiros, calçadas e meio fio, arborização e paisagismo, drenagem pluvial e canaletas e indicação de placas de sinalização.

Conforme demonstra o Mapa 7, a pavimentação da via principal da sede de Tartarugalzinho foi realizada no ano de 2002 em decorrência do avanço do asfaltamento da rodovia BR 156, com isso, a Avenida Nossa Senhora do Perpétuo Socorro teve melhoria nos 1,5km de sua extensão, principalmente no que trata do acesso a município. As demais vias no citado ano não possuíam qualquer tipo de pavimentação e/ou melhorias que foram sugeridas no plano (TCA, 2002).

Na pesquisa de campo, constatou-se que a Avenida Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sendo esta considerada a principal avenida da cidade, encontra-se em um péssimo estado de conservação e necessita de uma nova pavimentação, por conta dos sérios riscos de acidentes que podem ocorrer por conta do trânsito de veículos que fazem o percurso Macapá/Oiapoque/Macapá, e também ser via de acesso para algumas localidades que vão à cidade e aos municípios vizinhos.

Mapa 7- Representação da pavimentação da cidade de Tartarugalzinho em 2019



Fonte: Funasa (2015) adaptado pelo autor (2019).

A partir do ano de 2007, vários convênios foram celebrados para a pavimentação em blocos intertravados de concreto conhecido popularmente como bloquetes e também a asfáltica das ruas e avenidas do município. Obras essas que contemplam a drenagem pluvial e canaletas para o escoamento de águas. Entretanto, tais obras carecem de sinalização das suas vias urbanas e de arborização que não foi encontrado.

Em visita de campo realizada em 2018 e 2019 não foi identificado nenhum tipo de sinalização das vias urbanas como é o caso do cruzamento entre a Avenida São Luiz que recebeu pavimentação asfáltica em fevereiro/2019 com a Rua Mãe Verônica que possui a pavimentação de bloquetes conforme demonstra a Fotografia 13.

O segundo projeto de urbanização é a construção de pórtico na entrada da cidade, sobre essa ação é interessante destacar que o acesso à cidade de Tartarugalzinho, atualmente, está em boas condições de tráfego através da BR 156, entretanto, existem em alguns trechos com buracos. A sinalização horizontal está desgastada ou inexistente em quase todo o percurso que liga Ferreira Gomes a Tartarugalzinho e a sinalização vertical da rodovia está em boas condições para quem chega e sai da cidade, assim como demonstra a Fotografia 14.

Fotografia 13 - Cruzamento entre a Av. São Luiz com e Rua Mãe Verônica



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Fotografia 14 - Entrada da Cidade de Tartarugalzinho



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Infelizmente sobre a questão de pórticos a cidade não possui, essa ausência demonstra que a cidade não tem nenhum tipo de representação de sua população e de seus costumes. É muito importante, uma cidade como Tartarugalzinho promover esse tipo de ação, haja vista, que a ausência de identificação do lugar pode influenciar diretamente no setor do turismo.

O terceiro projeto de urbanização é a construção de um campo de futebol para atender a demandas da comunidade. Esse projeto está sendo executado através do convênio n.º 880123 que foi celebrado entre a Prefeitura de Tartarugalzinho e o

Ministério da Defesa no valor de R\$ 4.000.000,00 com previsão de construção até 21/12/2022.

O quarto projeto sugerido, trata sobre a área turística como a construção de balneários. Apesar do grande potencial que a cidade de Tartarugalzinho possui em sua região para a realização de turismo ecológico, como exploração da prática da pesca esportiva e de banho em córregos, atrativos do qual podem gerar um desenvolvimento econômico, o município pouco se dispõe em realizar tais investimentos infraestrutura para este setor.

Desenho 1 - Expansão de Novos loteamento de sede de Tartarugalzinho



Fonte: Funasa (2015), adaptado pelo autor (2019).

O quinto projeto é sobre a urbanização para os novos loteamentos, a sede do município teve uma recém expansão urbana com a criação de novos bairros conforme demonstra o Desenho 1, sendo que até o momento não teve nenhum projeto realizado para os novos loteamentos, o que vimos em pesquisa de campo é que a nova região necessita em caráter de urgência de pavimentação, no período visitado estava praticamente intrafegável.

O balneário Riacho Doce fica localizado na saída da sede em direção a Calçoene, o mesmo não possui a estrutura adequada para atender a comunidade local, o que, portanto, não favorece qualquer perspectiva de imediato para o

desenvolvimento da área como uma atração turística. Em relação a projetos até o momento foi celebrado um convênio 692838 (2018) que tem por objeto a construção da 1ª orla do município com previsão de inauguração em janeiro/2022.

O sexto projeto de urbanização foi destinado a praça municipal Saturnino dos Santos, que atualmente passa por uma ampliação de sua infraestrutura. A praça passou por ações do Governo do Estado através de contrato em 2004 e pela União em 2009, 2014 e foi celebrado em 2017 a construção da 2ª etapa da praça que inclui a construção de campo de futebol de areia, quadra poliesportiva, quiosques (3 und), pista de bicicross, rampa de skate/patins, pavimentação/urbanismo e arquibancada de concreto.

#### **4.7.2 Os projetos de natureza arquitetônica e as ações governamentais na cidade de Tartarugalzinho**

TCA (2002), definiu a elaboração dos seguintes projetos de natureza arquitetônica:

A Readequação da Unidade de Saúde, atualmente o sistema de saúde de Tartarugalzinho, podemos dizer que ainda apresentam precariedades, os equipamentos existentes bem como o pessoal especializado ainda não atende as necessidades da população, pois em caso de grave o paciente é transportado para Macapá, capital do Estado à uma distância de 230 Km.

O município conseguiu para a construção da unidade de suporte básico do SAMU, através do C.T.030/2012 – SEINF que teve início das obras em 2012 e finalizou em 2013, e em visita na pesquisa de campo foi constatado que o prédio está abandonado conforme Fotografia 15.

A construção da sede da Prefeitura de Tartarugalzinho, foi efetuada mediante a elaboração de dois convênios com o Governo do Estado do Amapá que foram celebrados através dos Conv - 025/2005 – SEINF e Conv - nº 007/2008 – SEINF.

A construção da Praça da Cidade foi atendida conforme mencionado anteriormente. Vele destacar que a praça mesmo sendo de natureza urbanística, foi considerando no plano uma intervenção de natureza arquitetônica.

Construção de Unidades Habitacionais, até o momento não foi alvo de convênios realizados com o governo federal.

Fotografia 15 - Prédio da Unidade do SAMU



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

A Construção de um Centro de Convivência, para atendimentos dessa sugestão, foram construídos um Centro de Convivência do Idoso (2010), voltado para a área da assistência social e a Casa da Cultura (2011), voltado para a cultura local. Ambos os convênios tiveram como concedentes o Ministério da Defesa foram entregues aos moradores da cidade de Tartarugalzinho (Fotografia 16).

Fotografia 16 - Centro de Convivência do Idoso em Tartarugalzinho/AP



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Construção de um Terminal Fluvial, previsto no plano até o momento não foi construído e nem foi alvo de convênios com os entes federativos.

A Construção de um Posto alternativo, para atendimento dessa sugestão foi celebrado um contrato do qual realizou adaptações no terminal rodoviário de Tartarugalzinho para que se instalasse e funcionasse o Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão – SIAC/SUPERFACIL conforme registrado em pesquisa de campo através da Fotografia 17.

Fotografia 17 - Adaptações no Terminal Rodoviário para o recebimento do SIAC/SUPERFACIL



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

A Construção do Mercado municipal e feira, foi efetuada através do convênio 813790 do qual priorizou a reforma e ampliação da feira municipal, em visita de campo a feira apresenta condições apropriadas para o atendimento à população, bem como às dos feirantes conforme a Fotografia 18:

Fotografia 18 - Feira Municipal de Tartarugalzinho vista externa



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, até o momento não foi construído e nem foi objeto de convênios.

Construção de um porto para embarcações, não foi construído e também não ocorreu nenhum convênio realizado. Em visita de campo, vimos que algumas embarcações utilizam ainda uma área da colônia de pescadores para o desembarque das pequenas embarcações (Fotografia 19).

Fotografia 19 - Desembarque de pequenas embarcações em Tartarugalzinho



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

A instalação de um Posto de Cobrança (Sefaz), até o momento não foi construído e nem alvo de convênios.

Dos projetos que foram sugeridos de natureza arquitetônica (Quadro 38), percebemos que do total, apenas quatro foram efetuados, isso representa um percentual de 36% do sugerido foi executado, dois projetos foram parcialmente efetuados o que corresponde a 18%.

No plano cinco projetos, não foram efetuados, isso corresponde a 45%, ou seja, quase a metade não teve ainda nenhum tipo de ação governamental, a não realização destes é lamentável já que são sugestões que tendem a causar um impacto positivo na sede, a exemplo temos a falta de um corpo de bombeiros que é essencial para a prevenção e solução de acidentes e atendimento, cabe ao governo do estado viabilizar essa estrutura no município.

A construção de um porto para as embarcações também é uma sugestão prevista no PEMT de grande importância e que até o momento não foram executados,

o impacto econômico seria muito relevante para o município, já que o mesmo pertence a região dos lagos, o que poderia impulsionar o setor da pesca artesanal e o ecoturismo, mas com ausência desse tipo de estrutura inviabiliza em muito o embarque e desembarque de pessoas.

#### 4.7.3 Análise das ações governamentais em Tartarugalzinho em relação às áreas de classificação

Partindo da análise das ações governantes que foram sugeridas no plano emergencial de Tartarugalzinho, os objetos descritos foram classificados em dimensões de planejamento através de seus equipamentos urbanos: Circulação e transporte, esporte e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abastecimento, administração pública, assistência social, saúde e turismo para verificar a atuação do poder público nas dimensões mencionadas, busca-se também relacionar a ação, dimensão e status, ao longo do período que foi realizada a análise.

Do total de ações que foram relatadas e sugeridas no PEMT (TCA, 2002), a classificação nas categorias, mencionadas, se dar conforme o Quadro 39.

Quadro 39 - Classificação das ações previstas no PEMT

Dimensão	Ações Previstas no PEMT
Planejamento	Lei do Uso do Solo, Código de Edificações, Código de Posturas; Elaboração de Plantas e Mapas com a definição dos seguintes elementos: Vetores de Crescimento; Planta de Valores; Cadastro Técnico; Delimitação para o processo de expansão urbana; Setorização de Bens e Serviços e Equipamentos Urbanos.
Circulação e Transporte	Dimensão de vias com canteiros; Calçadas e Meio Fio; Arborização e Paisagismo; Drenagem Pluvial e canaletas; Indicação de Placas de Sinalização. Projeto de Urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico; Porto para embarcações; Construção de um Terminal Fluvial;
Esporte e Lazer	Construção de um campo de futebol para atender a demandas da comunidade; Projeto de Urbanização da Praça Pública da Cidade.
Infraestrutura	Projetos Urbanísticos para novos loteamentos; Projeto de Urbanização da Praça Pública da Cidade.
Segurança Pública e Proteção	Corpo de Bombeiros;
Abastecimento	Mercado municipal e feira;
Administração pública	Sede da Prefeitura de Tartarugalzinho. Posto de Cobrança (Sefaz); Construção de um Posto alternativo;

Assistência social	Construção de um centro de convivência e Construção de Unidades Habitacionais;
Saúde	Readequação da Unidade de Saúde
Turismo	Urbanização das Áreas Turísticas (Balneário);

Fonte: TCA (2002)

Na dimensão planejamento, foram realizadas as ações, por se tratar de boa parte de legislações que são voltadas para o município que incidem na cidade, uma análise desta dimensão permite perceber que as ações propostas no PEMT (Quadro 39) se enquadram no conteúdo de um Plano Diretor. O atendimento dessa dimensão mediante a construção do plano contempla todas essas áreas e constituiria no guia do Planejamento do município, e até o momento isso não aconteceu e a impressão que temos é que esse objetivo ainda não é a preocupação por parte da Prefeitura.

A Tabela 7, apresenta um ranking dos investimentos realizados através das ações governamentais para a cidade de Tartarugalzinho, sendo estes classificados pela ordem de maior investimento para o menor no período de 2002 a 2018. Trata-se de uma somatória de todos os contratos e convênios realizados na sede do município.

Tabela 7 - Investimentos realizados em Tartarugalzinho/AP por área no período de 2002 a 2018

Class.	Dimensão	Quantidade	%	Valor
1	Infraestrutura	29	33%	R\$ 18.876.932,35
2	Esporte e Lazer	20	23%	R\$ 13.198.593,60
3	Educação	14	16%	R\$ 6.250.057,12
4	Saúde	10	11%	R\$ 3.833.531,73
5	Administração pública	8	9%	R\$ 1.642.232,41
6	Assistência social	2	2%	R\$ 1.116.521,72
7	Cultura e Religião	2	2%	R\$ 212.500,00
8	Abastecimento	1	1%	R\$ 289.546,44
9	Circulação e Transporte	1	1%	R\$ 214.402,28
10	Segurança Pública e Proteção	1	1%	R\$ 14.789,55
<b>Total</b>		<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 45.649.107,20</b>

Fonte: BRASIL (2018), AMAPÁ (2019)

A dimensão da infraestrutura foi a que mais recebeu investimentos através das ações governamentais realizadas no período de 2002 a 2018, sendo vinte e nove ao todo, o que representa um percentual de 33% do montante investido na sede. Esses

investimentos são necessários para a sede, já que em 2002, foi apontado no plano a necessidade por conta de uma série de problemas estruturais que a cidade apresentava, sendo também um reflexo do que acontece com as demais cidades do Estado do Amapá.

O esporte e lazer foi a segunda dimensão que mais recebeu investimentos, foram vinte ações que representou em percentuais 20% dos investimentos no período proposto. A construção desta área de esportes e lazer estaria associado a vários outros programas o que possibilitaria a participação da comunidade mais intensamente (TCA, 2002).

A educação foi a terceira dimensão com maior investimento, ao todo foram quatorze ações, sendo que oito foram do Governo do Estado do Amapá e seis da União, o que representou em 16% do total dos investimentos realizados. Tais recursos contribuíram especialmente na reforma das escolas municipais e das estaduais existentes. Em 2002, TCA (2002), apontava que existiam vários investimentos na educação, no decorrer do período a maior parte dos convênios era para ampliação e reforma dessas escolas.

A área da saúde teve foi a quarta maior dimensão e teve ao todo dez ações o que representou 11% do total investido. As ações foram focadas em plano de ações focadas na melhoria sanitárias domiciliares que foram apontadas no plano e tiveram recursos provenientes da União e do GEA a Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU foi um dos investimentos realizados.

Os investimentos na Administração Pública foi a quinta dimensão com mais investimentos, oito foram realizados e representou um percentual de 9% do total. A construção da sede da Prefeitura Municipal e as adaptações no Terminal Rodoviário de Tartarugalzinho para funcionar o SIAC/SUPER-FÁCIL, foram as principais ações voltadas para a sede e estavam previstos no plano. Especialmente a construção da sede, já que em 2002, funcionava de uma forma improvisada, o que dificultava a realização de ações para o município.

Os restantes das ações, representam um número menor em relação aos demais, entretanto, não diminui o impacto e a importância para o munícipe da sede. Na assistência social, foi construído o centro de convivência do idoso; Na cultura e religião construção da fachada do prédio da Assembleia de Deus e a Casa da Cultura; no abastecimento a construção de uma unidade de apoio à distribuição da agricultura familiar, circulação e transporte, Reforma das Instalações prediais e pintura geral do

prédio do terminal de passageiros e segurança pública e proteção o calçamento interno e externo do prédio da delegacia do Município de Tartarugalzinho/AP.

Quanto a situação dos investimentos, a Tabela 8 foram divididos pela tipologia e de forma que representa a quantidade e a porcentagem que representa do maior para o menor.

Tabela 8 - Situação dos investimentos realizados em Tartarugalzinho/AP no período de 2002 a 2018.

<b>Ordem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
1	Em execução	31	35,23%
2	Concluído	24	27,27%
3	Prestação de contas	17	19,32%
4	Anulado	5	5,68%
5	Adimplente	3	3,41%
6	Cancelado	2	2,27%
7	Rescindido	2	2,27%
8	Excluído	1	1,14%
9	Inadimplência Suspensa	1	1,14%
10	Inadimplente	1	1,14%
11	Paralisado	1	1,14%
<b>Total</b>		<b>88</b>	<b>100%</b>

Fonte: BRASIL (2018), AMAPÁ (2019)

Percebe-se na Tabela 8 que as ações vêm sendo cumpridas por parte dos entes envolvidos, ou seja, há uma expressiva efetivação dos mesmos. Somando as ações que estão concluídas e o que estão em prestação de contas, soma-se 41 ações que representam em percentuais somados 46,59%.

As obras em execução representam 35,23%, ou seja, são 31 ações sendo realizadas, destas 18 são convênios e contratos que foram celebrados em 2018, ou seja, parte delas ainda está em vigência. Os demais percentuais se dividem nos convênios e contratos que estão em diversas situações, anulado 5%; adimplente 3,41%; cancelado 2,27%; rescindido 2,27%; excluído 1,14%, inadimplência suspensa 1,14%; inadimplente 1,14%; paralisado 1,14%. Somados representam um percentual de 18,19% em diversos status.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a análise do planejamento urbano da sede do município de Tartarugalzinho/AP permite uma compreensão do que vem sendo realizado pelos entes federados no período de 2002 a 2018 através dos dados que foram coletados em pesquisa e pela investigação realizada sobre a existência de um plano de gestão aplicado levantado na hipótese do projeto dessa dissertação.

No planejamento municipal de Tartarugalzinho/AP, percebe-se que não há um instrumento norteador para a realização das ações governamentais voltadas para o município, o que se vê são ações, voltadas exclusivamente para as necessidades de curto prazo. Apesar da existência da elaboração de um plano emergencial que foi realizado a partir do levantamento das potencialidades, voltados para a solução de problemas urbanos de infraestrutura e de organização municipal, especialmente em seu núcleo urbano.

Entretanto, o plano emergencial elaborado em 2002 pela empresa TCA Arquitetura não foi oficializado pelo Governo do Estado do Amapá, na pesquisa não foi encontrado os motivos da não oficialização. Por outro lado, há de se destacar que as sugestões que foram elencadas no plano emergencial de Tartarugalzinho/AP, especificamente no que trata das prioridades em partes foram cumpridas, como é o caso da construção da sede da Prefeitura de Tartarugalzinho, obra essa que foi executada pelo Governo do Estado do Amapá e a construção das áreas de esporte e lazer, como o campo de futebol e a praça para a prática esportiva.

Percebe-se também que outros itens elencados no instrumento vêm sendo utilizado como referência para as ações municipais, bem como, há um esforço para o cumprimento deste, através das ações governamentais identificadas mediante a celebração dos convênios e contratos entre os entes federados. Foi identificado que os maiores investimentos realizados na sede no período investigado, incidem na infraestrutura da cidade e no esporte e lazer, com percentuais de 33% e 23% respectivamente, justamente as áreas que foram apontadas como as duas prioridades pelo PEMT.

Sobre as recomendações há de se destacar os de natureza urbanística e os de natureza arquitetônica. O município é carente de projetos de natureza arquitetônica, dos onze projetos que foram recomendados, apenas quatro foram executados entre

eles se destaca a sede da Prefeitura. Dos que não foram executados, a não construção de um porto para embarcações que percorrem a região dos lagos.

Foi detectado em visita de campo, que algumas embarcações utilizam ainda uma área da colônia de pescadores para o desembarque das pequenas embarcações, a ausência de um porto é uma sugestão prevista no PEMT, projeto este de grande importância e que até o momento não foram executados. O impacto econômico que uma obra traria uma grande relevância para o município, já que o mesmo pertence a região dos lagos, o que poderia impulsionar o setor da pesca artesanal e o ecoturismo, mas com ausência desse tipo de estrutura inviabiliza em muito o embarque e desembarque de pessoas, para o desenvolvimento do turismo ecológico, que é pouco explorado e a região possui uma enorme potencialidade por ter vários locais para explorar, e ainda carece de um balneário e orla que ainda não foram construídos.

Desde a elaboração do plano emergencial, em 2002 foi identificado uma série de problemas principalmente as de caráter técnico que atualmente ainda persistem, como é o caso do setor administrativo, em que há uma lentidão na dinâmica administrativa e principalmente na aplicação de investimentos que visem a melhoria da infraestrutura e conseqüente no atraso do desenvolvimento local. Mesmo, assim, com todas as dificuldades encontradas, percebe-se que teve gestões com poder de articulação para a realização de parcerias que são essências para a cidade.

Em análise foi detectado que o município de Tartarugalzinho/AP não apresenta condições de realizar as ações com recursos próprios, as parcerias entre a União e o Estado são indispensáveis para promover o desenvolvimento local. Esse cenário é um reflexo, assim como os demais municípios do Estado do Amapá que foram expostos a nu sob a ótica da fragilidade econômica e social, o município foi alvo de projetos passados e que não corresponderam de forma positiva à economia e tão pouco atingiram às expectativas sociais.

Há uma crise institucional municipal apontado desde 2002, por conta que o planejamento municipal é realizado na improvisação que por muitas das vezes são induzidas pelo Gestor, seja por desconhecimento das ferramentas que os planejamentos públicos dispõem em favor de gestores públicos; seja também, por entenderem que a melhor forma de patrocinarem seus interesses políticos é praticar a gestão por meio de ações pontuais, especialmente as de curto prazo. E ademais, a maneira de atuação desses gestores está associada ao entendimento que eles têm do seu papel e de resultados que querem obter.

Por consequência, os gestores se tornam reféns de suas próprias ações, quando não adotam trabalhar por meio do estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo. Apesar da estrutura, há um sucateamento da prefeitura de Tartarugalzinho, há um déficit de equipamentos, recursos tecnológicos e dependentes das miseráveis transferências constitucionais que lhes cabem, este é um cenário que se agrava ainda mais pelo endividamento da prefeitura, principalmente no que se refere a prestação de contas quanto à aplicação de verbas de programas estaduais o que impede obtenção de novos recursos para serem utilizados.

Há também uma falta de cumplicidade entre as esferas administrativas e de poder tem contribuído para a queda da qualidade de vida seja pela não oferta de serviços urbanos seja pela não melhoria dos indicadores dos serviços de transporte coletivo, água, esgoto, pavimentação, e entre outros.

A má qualidade na gestão é uma prática antiga e que prevalece nos municípios, que não têm renda e arrecadação própria, não têm equipe técnica qualificada e, os poucos cargos remunerados existentes são ocupados por amigos e conhecidos, longe de qualquer perspectiva de que as opções sejam de natureza técnica, esse cenário faz parte das características de todos os municípios amapaenses e revelam a face cruel dos municípios amazônicos.

A cidade de Tartarugalzinho apresenta potencialidades e atrativos para o desenvolvimento econômico local, a rodovia federal BR 156 incide sobre a sede o que a transforma em um corredor que aponta para oportunidades direcionadas ao mercado da fronteira entre o município de Oiapoque/AP com a Guiana Francesa e do mercado local, do qual estão neste ponto de ligação a capital Macapá/AP e Santana/AP que pertence a região metropolitana.

Com isso a pesquisa mostra-se relevante ao identificar que há possibilidades para o desenvolvimento regional de Tartarugalzinho, o planejamento urbano demonstra ser uma excelente ferramenta de políticas pública para dirimir as ausências ou ineficientes políticas voltadas para a população.

O estudo é apenas o começo do que se pode descobrir ainda mais sobre as pequenas cidades, como é o caso de Tartarugalzinho/AP. O planejamento urbano municipal não pode deixar de ser levado a sério, o estudo existe, as potencialidades já foram destacadas, entretanto, gestores, população e órgãos interessados devem encarar o desafio de realizar um planejamento consolidado, de maneira oficial e a longo prazo, traçando estratégias com foco na solução dos problemas que são muitos

e desafiadores, para que as futuras gerações, possam ter uma qualidade de vida melhor do que vem vivenciando com índices bem abaixo das demais cidades do Estado do Amapá.

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ, **Demonstrativo de Convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho entre anos de 2002 a 2018**. Macapá. Secretaria de Estado da Infraestrutura, 2019.

AMAPÁ. **Lei nº. 1.028, de 12 de julho de 2006**. Fica criada a Floresta Estadual do Amapá. Diário Oficial do Estado do Amapá nº 3804. Macapá-AP, 28 de junho de 2006.

AMCEL. **Resumo Público do Plano de Manejo Integrado**. [2017]. Disponível em: <http://www.amcel.com.br/download-document-16>. Acesso em 01 ago 2018.

ARRETICHE, Marta Teresa da Silva. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas**. BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40, 1995. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/33348745/Arretche\\_1996\\_BIB.pdf](http://www.academia.edu/download/33348745/Arretche_1996_BIB.pdf). Acesso em: 30 jul. 2017.

AZEVEDO, Abílio Moacir de. **Territorialidade e plano diretor em São José do Rio Preto. 2004**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92853/azevedo\\_am\\_me\\_rcla.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92853/azevedo_am_me_rcla.pdf?sequence=1). Acesso em: 15 fev. 2019.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Estado, Nação e Região no final do século XX**. In: D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) A Amazônia e a crise da modernização. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 103-9.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? Parcerias Estratégicas** (Brasília), Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. **Convênios por estado/município**. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/consulta?ordenarPor=concedente&direcao=desc>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de

Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em 25 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 84.914, de 16 de julho de 1980**. Cria, no Território Federal do Amapá, a Reserva Biológica do Lago Piratuba, com os limites que especifica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1980/D84914.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1980/D84914.html). Acesso em 25 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 89.932, de 10 de julho de 1984**. Altera os limites da Reserva Biológica do Lago Piratuba, criada pelo Decreto número 84.914, de 16 de julho de 1980, no território Federal do Amapá. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1984/D89932.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1984/D89932.html). Acesso em 25 nov. 2018.

BRASIL. **Lei. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm). Acesso em 28 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em 29 set. 2018.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, DF: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=19153](http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153). Acesso em 02 jun. 2018.

BRASIL. **Sistema Integrado de Monitoramento de Convênios da Funasa**. Disponível em: <http://siga.funasa.gov.br/sismoc/#pesquisaAvancada>. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. **Acompanhamento de Operações da Caixa Setor Público**. Disponível em <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/filtro-cid.asp>. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. **Licitações Banco do Brasil**. Disponível em: <http://www.licitacoes-e.com.br/aop/consultar-detalhes-licitacao.aop>. Acesso em 12 fev. 2019.

BRENNER, Neil. **Introduction: urban theory without an outside**. In: BRENNER, Neil. (ed.). *Implosions/explosions. Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2013. p. 14-32.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: Leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, livros didáticos de geografia e a mídia impressa. Dissertação (Mestrado Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/publico/Dissertacao\\_Magali\\_Saber\\_USP.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/publico/Dissertacao_Magali_Saber_USP.pdf). Acessado em: 28 set. 2018.

CALHA NORTE, **Relatório fotográfico do convenio Nº 218/PCN/2010 e convênio Siafi 651237**. Disponível em:

<https://www.convenios.gov.br/siconv/prestacaocontas/ManterPrestacaoConta/manterAnexos.jsf>. Acessado em 30 jan. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

CLARK, David. **A introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

DA TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia**. Revista Terra Livre, v. 1, n. 26, p. 177-194, 2006.

DE MATTOS, Carlos Antonio. **Reestructuración, globalización nuevo poder económico y territorio en el Chile de los noventa**. Revista de Estudios Regionales, Málaga, núm. 43, 1995. Disponível em:

<http://www.revistaestudiosregionales.com/documentos/articulos/pdf472.pdf>. Acessado em 25 set. 2017.

DIAS, Teresa Cristina Albuquerque de Castro. **Gestão Participativa: uma alternativa de ecodesenvolvimento para a Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

DUCHROW, Alina D'Alva. **Participação social no planejamento gestão urbano: O orçamento participativo de Olinda**. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

EULER, Ana Margarida Castro; ALMEIDA, Marcos Renato Dantas de (coord.). **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Amapá**. Resumo Executivo da FLOTA/AP.

Macapá: Instituto Estadual de Floresta, 2014. Disponível em: <https://ief.portal.ap.gov.br/dados.php?d=739&a=453>. Acessado em 27 abr. 2017.

EUROPEIA, Comissão. **Cidades de Amanhã—Desafios, visões e perspectivas**.

**Bruxelas**: Comissão Europeia, Direção Geral da Política Regional, 2011. Disponível em: [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow\\_final\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final_pt.pdf). Acesso em: 25 set. 2019.

FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado – urbanismo**. 2. ed. Editora Pioneira. São Paulo, 1984.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. **Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano**: Uma discussão sobre os Pilares e Aspectos Recentes da Organização Espacial das Cidades Brasileiras. Estudos Geográficos. Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-

28, junho de 2004. Disponível em:  
[http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari\\_junior\\_jose\\_carlos.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari_junior_jose_carlos.pdf). Acesso em: 20 mar. 2017.

FIRJAN, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**: 2018 - Ano Base 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FUNASA. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Plano municipal de saneamento básico do município de Tartarugalzinho**. Tartarugalzinho. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANGER, Stéphane. **Guiana-Brasil: da Rivalidade à Cooperação**. La Roche Gravée n°3, 1999.

GRANGER, Stéphane. **O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia**. Revista Cantareira. Ed. 17, julho/dezembro. 2012.

GOTTIDIENER, Mark. **A Produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

GOMES, Orlando. **Macroeconomia: Noções Básicas**. Lisboa. 2012.

HARVEY, David. **A justiça e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA e Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan). Contas regionais 2015 e municipais. Macapá/AP, dez. 2017. Disponível em:  
<https://drive.google.com/file/d/1BpAZXU7jfjzuz01jluQGCQBDGusrzcQp/view>. Acesso em 15 dez. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1970. Disponível em:  
[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_t1\\_ro\\_rr\\_ap.p](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t1_ro_rr_ap.p). Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1980. Disponível em:  
[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd\\_1980\\_v1\\_t5\\_n5\\_rr\\_ap.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd_1980_v1_t5_n5_rr_ap.pdf). Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1991. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm). Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm).  
 Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm).  
 Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em:  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades»Amapá»Tartarugalzinho»estimativa da população 2018. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/tartarugalzinho/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos municípios brasileiros: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. E-book (61 p.) ISBN 978-85-240-4377-2. Disponível em:  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942.pdf>. Acessado em: 01 ago. 2018.

INCRA. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema de informação e projetos de reforma agrária**. Macapá, 2017. Disponível em:  
[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/beneficiarios/sr-21\\_ap\\_0.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/beneficiarios/sr-21_ap_0.pdf). Acesso em 10 ago 2017.

IEPA. INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS ESTADO DO AMAPÁ. **Macrodiagnóstico do estado do Amapá, primeira aproximação do ZEE**. Amapá, 2008, 139 p.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios do Desenvolvimento**. O que é índice de Gini? 2004. Ano 1; edição 4 (1/11/2004). Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23). Acesso em 05 nov. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana**. In: LENCIONI, Sandra.; VIDAL-KOPPMANN, Sonia.; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. (org.) Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes, Petrópolis. 2001.

MARTINS, Saulo Siqueira. **Análise de feições geológicas na região de Tartarugalzinho, Amapá, através de métodos geofísicos**. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em Geofísica.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco *et al.* Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

MORAES, Anselmo Fábio de; GOUDARD, Beatriz. e OLIVEIRA, Roberto de. (2008). **Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população**. Revista Internacional Interdisciplinar INTHERthesis, v. 5, n. 2. Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2008v5n2p93>. Acesso em: 10/10/2017.

NEVES, Fernando Henrique. **Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões**. Cadernos Metrópole., v. 17, n. 34, p. 503-516, 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura nas (das) pequenas cidades sustentáveis da Amazônia Brasileira**. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004. Coimbra. Anais eletrônicos. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra: 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf>. Acesso em: 20/09/2018.

OLIVEIRA, Marcelo José de. **Diagnóstico do setor mineral do estado do Amapá**. Instituto de pesquisas científicas e tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Macapá, 2010.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Texto para discussão – ENAP. Brasília, n. 37, out. 2000. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/683/1/Planejamento%20estrat%C3%A9gic%20municipal%20no%20Brasil%20-%20uma%20nova%20abordagem.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2019.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **As Estratégias Recentes de Desenvolvimento no Amapá. Das instalações da ICOMI à Área de Livre Comércio**. 1998. 64 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, p. 64.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. 1. ed. Macapá: SETEC, 2003. v. 1. 198 p.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas**. Macapá/AP, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Direito à e o estatuto da cidade**. In: CIDADES: Revista científica/Grupo de estudos urbanos – v. 2, n. 3. Presidente Prudente, 2005. p. 85 – 110.

ROSA, Thallys Arimar Lopes. **Mapa de localização do município de Tartarugalzinho**. 2019.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense: Do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013

SILVEIRA, Odete Fátima Machado da; SANTOS, Valdenira Ferreira dos. **Aspectos geológicos-geomorfológicos da região costeira entre o rio Amapá Grande e a região dos Lagos do Amapá**. MMA/PROBIO, Macapá, 30 p, 2006. Disponível em: [http://www.iepa.ap.gov.br/probio/relatorios/Relatorio\\_Cap02.pdf](http://www.iepa.ap.gov.br/probio/relatorios/Relatorio_Cap02.pdf). Acesso em: 15 set. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade. **Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. 1. ed. Belém: FASE e UFPA, 2009.

TOSTES, José Alberto. (coord.). **Plano Emergencial para o município de Tartarugalzinho**. Macapá: TCA arquitetura, 2002.

TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 170-243.

Xavier, Alex Maia. **Análise do planejamento urbano de Calçoene de 2001 a 2015**. Dissertação.2016. 173 f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá. 2016.

**ANEXO A**

## ANEXO A: Relação Geral de Obras: Município de Tartarugalzinho ( 2002 - 2018 )

08-fev-19

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	% Aditado	Valor Global/ Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação	
1	Calçamento Interno e Externo do Prédio da Delegacia do Município de Tartarugalzinho - AP.	Bessa Engenharia	O.E.S.049/02/ DOP/SEINF	Tec. André Barroso	R\$ 14.789,55	0,00%	R\$ 14.789,55	100,00%	15/05/2002	Concluída	20/05/2002
2	Reforma Geral e Construção de Bloco com 02 ( Duas ) Salas de Aula e Refeitório na Escola.	Bessa Engenharia	C.T.041/02 - SEINF	Tec. André Barroso	R\$ 277.897,38	48,75%	R\$ 413.381,37	100,00%	30/04/2002 12/10/2002	Concluída	100,00% 17/10/2002
3	Construção de um Galpão em Madeira Bruta para funcionar provisoriamente a Escola Família.	D.C. Alves Baileiro	O.E.S.132/02/ DOP/SEINF	Tec. André Barroso	R\$ 14.915,94	0,00%	R\$ 14.915,94	100,00%	15/05/2002 17/12/2002	Concluída	100,00% 18/12/2002
4	Construção da Escola Estadual Bom Jesus, com 04 ( Quatro ) Salas de Aula e Alojamento para Professores no Município de Tartarugalzinho.	SISTENGE - Sistema Engenharia Ltda.	C.T.001/03 - SEINF	Tec. André Barroso	R\$ 261.008,51	24,67%	R\$ 325.396,93	88,83%	19/06/2005	Rescindida	12/12/1997
5	Conclusão da Reforma e Ampliação da Escola Municipal Anacleto de Jesus - Município de Tartarugalzinho	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho	Conv n° 015/03 - GEA/PMT	Engº Ricardo Otiero	R\$ 52.693,52	0,00%	R\$ 52.693,52	0,00%	31/01/2003 27/07/2004	Em Andamento	100,00%
6	Conclusão da Construção de 02 ( Duas ) Salas de Aula e Reforma da Escola Estadual Juvenal Farias da Costa , em Bom Jesus , Município de Tartarugalzinho - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	O.E.S.010/04 - NSP/SEINF	Engº Ricardo Otiero	R\$ 142.248,46	23,28%	R\$ 175.358,48	100,00%	16/10/2003 12/09/2004	Concluída	0,00% 09/10/2004
7	Construção da Fachada do Prédio da Assembleia de Deus , em Tartarugalzinho - AP.	Igreja Evangélica Assembleia de Deus , em Tartarug	Conv n° 036/04 - SEINF	xxxxxxxxxxxx	R\$ 12.500,00	0,00%	R\$ 12.500,00	0,00%	06/09/2004 08/07/2004	Em Andamento	100,00% 0,00%

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	% Aditado	Valor Global/ Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação	
8	Reforma da Praça de Tartarugazinho e Iluminação Externa da Praça Central do Município de Pracuúba.	Amazônia Construções e Comércio Ltda.	C. T.000/04	xxxxxxx	R\$ 110.040,34	0,00%	R\$ 110.040,34	36,32%	12/12/2004	Paralisada	15/07/2004
9	Construção de Escola Estadual na Localidade de Aporema - AP.	F.N. Cavalcante Construções Ltda.	C. T.019/04 - SEINF	Engº Pedro Carlos	R\$ 411.511,32	17,29%	R\$ 482.659,17	100,00%	15/09/2005	Concluída	06/10/2005
10	Reforma Geral da Escola Estadual Reislina Ferreira Tomaz, no Município de Tartarugazinho - AP.	MACPLAN - Construções e Comércio Ltda.	C. T.015/05 - SEINF	Engª Luiziane	R\$ 538.834,02	42,69%	R\$ 768.863,29	99,74%	14/12/2006	Concluída	11/12/2006
11	Construção da Sede da Prefeitura Municipal de Tartarugazinho - AP.	Prefeitura Municipal de Tartarugazinho	Conv - nº 025/2005 - SEINF	Tec. Rozildo	R\$ 599.919,83	24,99%	R\$ 749.854,23	39,85%	25/02/2008	Em Andamento	
12	Construção do Sistema Isolado de Abastecimento de Água, na Comunidade de Lago Novo, no Município de Tartarugazinho - AP.	Prefeitura Municipal de Tartarugazinho	Conv - nº 047/2005 - SEINF	Tec. Rozildo	R\$ 150.000,00	0,00%	R\$ 150.000,00	84,18%	21/07/2006	Em Andamento	
13	Reforma da Câmara de Vereadores do Município de Tartarugazinho - AP.	Prefeitura Municipal de Tartarugazinho	Conv - nº 056/05 - SEINF	Tec. Sousa	R\$ 20.000,00	0,00%	R\$ 20.000,00	100,00%	12/02/2006	Em Andamento	
14	Conclusão da Construção da Escola Estadual Bom Jesus, com 06 ( Seis ) Salas de Aula e Alojamento para Professores, no Município de Tartarugazinho - AP	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	C. T.005/06 - SEINF	Engº Pedro Carlos	R\$ 679.806,99	23,11%	R\$ 836.884,72	100,00%	14/07/2006	Concluída	18/08/2006
					R\$ 0,00		R\$ 0,00		14/02/2006		100,00%

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	% Aditado	Valor Global/Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação
15	Construção de Muro da Escola Estadual do Aporema, em Tartarugalzinho - AP.	F.N. Cavalcante Construções Ltda.	O.E.S.061/06 - UCC/NSP/SEI/NF	Engº Pedro Carlos	R\$ 24.327,30	0,00%	R\$ 24.327,30	100,00%	25/06/2006	Concluída 19/06/2006
16	Construção de um Centro Comunitário no Assentamento Janay Nunes, no município de Tartarugalzinho-AP.	CIATEC LTDA	O.E.S. 073/2006 - UCC/NSP/SEI/NF	Arqª Neuza Amanajás	R\$ 100.878,90	25,00%	R\$ 126.097,66	100,00%	26/05/2006 05/09/2006	Concluída 06/10/2006
17	Construção de um Palanque Oficial, Vestiário e Muro no Estádio Municipal de Tartarugalzinho	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho	Conv - nº 071/2006 - SEINF	Engº Alzir Espíndola	R\$ 149.403,38	24,68%	R\$ 186.271,49	0,00%	05/03/2008	Em Andamento
18	Construção de um Centro Comunitário no Assentamento Cujubim, município de Tartarugalzinho-AP.	Almeida & Bezerra Ltda.	O.E.S. 124/2006 - UCC/NSP/SEI/NF	Engº Clener Beleza	R\$ 91.433,70	7,34%	R\$ 98.140,52	100,00%	04/09/2007	Concluída 28/11/2007
19	Reforma e Adaptações na Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Reisalina Ferreira Tomás, em Tartarugalzinho - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	O.E.S.226/06 - UCC/NSP/SEI/NF	Engº Luiziane	R\$ 147.416,65	49,99%	R\$ 221.116,61	100,00%	26/02/2007	Concluída 23/03/2007
20	Construção da Escola Estadual São Sebastião da Terra Firme, no Município de Tartarugalzinho - AP. Ltda.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	C.T.007/2007 - SEINF	Tec. Heleno	R\$ 450.052,41	25,00%	R\$ 562.559,46	100,00%	14/11/2007	Concluída 21/11/2007
21	Construção da Escola Estadual Uapezal no Município de Tartarugalzinho - AP. Ltda.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	C.T.004/2007 - SEINF	Tec. Heleno	R\$ 418.370,11	24,93%	R\$ 522.681,96	100,00%	31/08/2007 03/05/2007	Concluída 10/10/2007
							R\$ 0,00		03/05/2007	100,00%
							R\$ 0,00		28/11/2006	100,00%
							R\$ 522.681,96		31/08/2007	100,00%
							R\$ 0,00		03/05/2007	100,00%

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	% Aditado	Valor Global/ Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação
15	Construção de Muro da Escola Estadual do Aporema, em Tartarugalzinho - AP.	F.N. Cavalcante Construções Ltda.		O.E.S.061/06 - Engº Pedro Carlos UCC/NSP/SEI NF	R\$ 24.327,30	0,00%	R\$ 24.327,30	100,00%	25/06/2006	Concluída 19/06/2006
16	Construção de um Centro Comunitário no Assentamento Janary Nunes, no município de Tartarugalzinho-AP.	CIATEC LTDA		Arqª Neuza Amanajás UCC/NSP/SEI NF	R\$ 100.878,90	25,00%	R\$ 126.097,66	100,00%	26/05/2006 05/09/2006	Concluída 06/10/2006
17	Construção de um Palanque Oficial, Vestiário e Muro no Estádio Municipal de Tartarugalzinho	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho		Conv - nº 071/2006 - Espíndola SEINF	R\$ 149.403,38	24,68%	R\$ 186.271,49	0,00%	07/06/2006 05/03/2008	Em Andamento 100,00%
18	Construção de um Centro Comunitário no Assentamento Cujubim, município de Tartarugalzinho-AP.	Almeida & Bezerra Ltda.		O.E.S. 124/2006 - Engº Clener Belega UCC/NSP/SEI NF	R\$ 91.433,70	7,34%	R\$ 98.140,52	100,00%	14/07/2006 04/09/2007	Concluída 28/11/2007
19	Reforma e Adaptações na Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Reisalva Ferreira Tomás, em Tartarugalzinho - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.		O.E.S.226/06 - Engº Luiziane UCC/NSP/SEI NF	R\$ 147.416,65	49,99%	R\$ 221.116,61	100,00%	10/08/2006 26/02/2007	Concluída 23/03/2007
20	Construção da Escola Estadual São Sebastião da Terra Firme, no Município de Tartarugalzinho - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.		C.T.007/2007 - Tec. Heleno SEINF	R\$ 450.052,41	25,00%	R\$ 562.559,46	100,00%	28/11/2006 14/11/2007	Concluída 21/11/2007
21	Construção da Escola Estadual Uapezal no Município de Tartarugalzinho - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.		C.T.004/2007 - Tec. Heleno SEINF	R\$ 418.370,11	24,93%	R\$ 522.681,96	100,00%	R\$ 0,00 31/08/2007 03/05/2007	Concluída 10/10/2007 100,00%

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	% Adiado	Valor Global/Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação
22	Construção de uma Sala para Ensino Especial e um Laboratório de Informática na Escola Estadual Profª Maria José de Nazaré Ferreira Lima, no Município de Tartarugalzinho - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.		O.E.S.063/07 - UCONT/NAF/SEINF	R\$ 110.049,73	24,85%	R\$ 137.394,40	100,00%	01/12/2007	Concluída
							R\$ 0,00		19/07/2007	100,00%
23	Contrapartida de Convênios Federais	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho		Conv - nº 017/2007 - SEINF	R\$ 213.006,68	0,00%	R\$ 213.006,68	85,59%	01/08/2008	Em Andamento
							R\$ 0,00		05/11/2007	85,59%
24	Adaptações no Terminal Rodoviário de Tartarugalzinho para funcionar o SIAC/SUPER-FÁCIL.	Arte Construções Ltda-EPP (Di Miceli Constr Ltda.)		O.E.S. 094/2007- UCONT/NAF/SEINF	R\$ 57.737,66	0,00%	R\$ 57.737,66	100,00%	12/12/2007	Concluída
							R\$ 0,00		12/11/2007	100,00%
25	Serviços Complementares para Conclusão da Sede Municipal da Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho.	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho		Conv - nº 007/2008 - SEINF	R\$ 201.455,69	24,98%	R\$ 251.789,21	40,00%	25/08/2009	Em Andamento
							R\$ 0,00		22/04/2008	40,00%
26	Limpeza Urbana no Município de Tartarugalzinho - AP	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho		Conv - nº 045/2008 - SEINF	R\$ 67.500,00	0,00%	R\$ 67.500,00	50,00%	10/05/2009	Em Andamento
							R\$ 0,00		04/07/2008	50,00%
27	Construção de um Centro Comunitário na Comunidade Entre Rios, no Município de Tartarugalzinho.	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho		Conv - nº 046/2008 - SEINF	R\$ 30.000,00	0,00%	R\$ 30.000,00	50,00%	09/02/2009	Em Andamento
							R\$ 0,00		04/07/2008	50,00%

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	% Aditado	Valor Global/ Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação
28	Elaboração de projetos executivos para a reforma da praça da bíblia - Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, em Tartarugalzinho	J.P.E.P. Ltda - EPP	O.E.S.089/08 - EPP	O.E.S.089/08 - Engº Paloma Mont Alverne UCONT/NAF/ SEINF	R\$ 14.350,00	0,00%	R\$ 14.350,00	100,00%	25/08/2008	Concluída 26/08/2008
29	Reforma das instalações prediais e pintura geral do Prédio do Terminal de Passageiros de Tartarugalzinho, no Município de Tartarugalzinho – AP.	Magma Construção e Terraplenagem Ltda	O.E.S.142/08 - Engº José Roberto	O.E.S.142/08 - Engº José Roberto UCONT/NAF/ SEINF	R\$ 125.002,28	0,00%	R\$ 125.002,28	100,00%	13/11/2008	Concluída 30/01/2009
30	Reforma da Escola Estadual Maria de Nazaré Ferreira Lima, no Município de Tartarugalzinho - AP. Construção Ltda.	Enec - Engº, de Eletricidade e Construção Ltda.	C.T.009/2009 - Engº José Roberto	C.T.009/2009 - Engº José Roberto SEINF	R\$ 539.344,69	49,97%	R\$ 808.848,92	100,00%	12/04/2011	Concluída 05/05/2011
31	Construção da Escola Estadual Nazaré Távora Gurjão, com 02 ( duas ) salas de aula, refeitório, administração e alojamento para professores no Município de Tartarugalzinho - AP.	HB - Construções, Comércio e Serviços Ltda.	C.T.007/2009 - Engº Paulo Nery	C.T.007/2009 - Engº Paulo Nery SEINF	R\$ 418.108,05	24,97%	R\$ 522.503,44	100,00%	24/05/2013	Concluída 27/02/2012
32	Construção de Arqui bancadas no Município de Tartarugalzinho - AP.	CONSTRUBEM Construções Comércio e Serviços Ltda.bb	O.E.S.053/09 - Tec. Souza	O.E.S.053/09 - Tec. Souza UCONT/NAF/ SEINF	R\$ 33.936,65	0,00%	R\$ 33.936,65	100,00%	18/07/2009	Concluída 21/07/2009
33	Construção de Aquecimento da Polícia Militar, na Localidade de São Benedito, no Distrito de Aporema, Município de Tartarugalzinho - AP.	M.R. & M. Construção Ltda.	C.T.033/2009 - Engº José Roberto	C.T.033/2009 - Engº José Roberto SEINF	R\$ 226.721,42	24,65%	R\$ 282.614,63	100,00%	22/02/2010	Concluída 30/04/2010
							R\$ 0,00		08/07/2009	100,00%
							R\$ 0,00		26/08/2009	100,00%

Item	Serviço	Empresa	Contrato Nº	Fiscal	Valor da Obra	% Aditado	Valor Global/ Desconto	% Medido	Vigência/Início	STATUS recebimento/paralisação
34	Reforma das Instalações prediais e pintura geral do prédio do Terminal de Passageiros de Tartarugalzinho, no Município de Tartarugalzinho-AP.	MACPLAN - Construções e Comércio Ltda.	O.E.S.025/10 - UCONT/NAF/SEINF	Tec. Heleno	R\$ 143.521,90	49,39%	R\$ 214.402,28	100,00%	09/04/2010	Concluída
35	Contrapartida de Convênios Federais	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho	Conv - nº 004/2011 - SEINF	Engº Ricardo Otero	R\$ 161.573,14	0,00%	R\$ 161.573,14	100,00%	18/04/2012	Em Andamento
36	Construção dos Entrepósitos Comerciais nos Assentamentos Piquiá e Cujubim e Construção de Área Administrativa e Refeitório na Escola Família do Cedro no Município de Tartarugalzinho.	STANDARD Construções Ltda.	C.T.103/2011 - SEINF	Engº Sandro Elton	R\$ 422.739,76	-0,93%	R\$ 422.739,76	54,51%	27/06/2013	Paralisada
37	Reforma Geral da Escola Estadual Washington Luiz Figueiredo, no Município de Tartarugalzinho-AP.	MACPLAN - Construções e Comércio Ltda.	C.T.122/2011 - SEINF	Engº Fabrício Colares	R\$ 601.026,60	39,89%	R\$ 840.803,08	100,00%	01/09/2012	Concluída
38	Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Tartarugalzinho - AP.	MACPLAN - Construções e Comércio Ltda.	C.T.030/2012 - SEINF	Engº José Roberto	R\$ 291.568,38	21,33%	R\$ 353.755,91	99,02%	14/10/2013	Concluída
39	Construção de Uma Unidade de apoio à Distribuição da Agricultura Familiar, no Município de Tartarugalzinho-AP.	OBRASSTEC Ltda. ME	C.T.038/2013 - SEINF	Engº Marcos Coutinho	R\$ 289.546,44	0,00%	R\$ 289.546,44	20,76%	24/04/2014	Em Andamento
40	Construção da Escola Estadual Darcy Ribeiro, no Município de Tartarugalzinho - AP.	J.P.E.P. Ltda - EPP	C.T.202/2014 - SEINF	Engº Cláudio Vogado	R\$ 1.960.974,95	13,61%	R\$ 2.227.920,18	100,00%	18/10/2016	Concluída

**ANEXO B**



11/06/2019

## Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

DETALHAR	NÚMERO	NÚMERO ORIGINAL	UF	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	CONCEDENTE	CONVENIENTE	DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA	DATA DE FIM DA VIGÊNCIA	VALO
Detalhar	541909	2036/2005	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde - Unidades com vínculo direto	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	29/12/2005	19/05/2007	150.
Detalhar	496522	146/2003	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde - Unidades com vínculo direto	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2003	17/11/2005	79.9
Detalhar	541911	1496/2005	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde - Unidades com vínculo direto	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	29/12/2005	23/04/2009	542.
Detalhar	518876	4638/2004	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde - Unidades com vínculo direto	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2004	12/01/2008	560.
Detalhar	817405	00189/2015	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS REJEITADA	Não se aplica	Pavimentacao em Blocos Sextavados com Pedregulho no Meio-Fio e Sarjetas no Bairro Central 'do tre...	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2015	27/12/2017	500.
Detalhar	599722	11040457200700143	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objetos: Construção da casa da cultura.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	20/12/2007	07/05/2010	200.
Detalhar	627906	11040457200800161	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objetos: Refrência e ampliação de escola do Município.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	02/07/2008	25/07/2011	300.
Detalhar	734978	00442/2010	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Aquisição de equipamentos - caminhão de lixo - no Município de Tartarugalzinho-AP.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	11/06/2010	23/03/2013	275.
Detalhar	787303	00451/2013	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Construcao de calçadas e meio fio no municipio de tartarugalzinho.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	07/11/2013	13/06/2015	500.
Detalhar	840515	00463/2016	AP	TARTARUGALZINHO	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Construcao de Escola Municipal	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	29/12/2016	30/06/2019	287.
Detalhar	734976	00216/2010	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	infra-estrutura basica	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	10/06/2010	08/03/2013	300.
Detalhar	782845	00187/2013	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Pavimentacao em piso sextavado e sarjetas de meio fio no Município de Tartarugalzinho...	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	26/09/2013	16/06/2015	2.00
Detalhar	734975	00218/2010	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Construcao de ginásio esportivo no Município de Tartarugalzinho - Estado do Amapá.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	10/06/2010	23/03/2013	200.
Detalhar	801561	00202/2014	AP	TARTARUGALZINHO	AGUARDANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS	Não se aplica	Construcao de Praça	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	24/11/2014	30/06/2017	1.00
Detalhar	817377	00153/2015	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS REJEITADA	Não se aplica	Pavimentacao em Blocos Sextavados com Pedregulho e Calçada, Meio-Fio e Sarjetas no Bairro Central 'na sed...	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2015	25/06/2018	1.04
Detalhar	627902	11040457200800129	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objeto: Construção de alojoso de convivência de idosos.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	02/07/2008	02/07/2011	199.
Detalhar	637818	11040457200800022	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objeto: Pavimentação com bloco de concreto em calçamento d'água com calçamento e atterrosas via...	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	23/12/2008	25/07/2011	998.
Detalhar	627824	11040457200800131	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objeto: Construção de creche no Distrito deabaubal.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	02/07/2008	04/05/2011	199.

PÁGINA 1 DE 2

11/06/2019 Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

DETALHAR	NÚMERO	NÚMERO ORIGINAL	UF	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	CONCEDENTE	CONVENIENTE	DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA	DATA DE FIM DA VIGÊNCIA	VALO
Detalhar	801562	002017/2014	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Iluminação Pública	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	24/11/2014	13/12/2016	280.
Detalhar	801513	00416/2014	AP	TARTARUGALZINHO	NORMAL	Não se aplica	Pavimentação de vias urbanas	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	24/11/2014	29/09/2016	800.
Detalhar	637820	11040457200800130	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objeto: Construção de escola de ensino no Bairro Planaltina II, na forma indicadano Plano...	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	23/12/2008	30/09/2011	498.
Detalhar	769789	00301/2012	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Pavimentação em Biotruques	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	13/12/2012	11/09/2014	1.90
Detalhar	789954	00542/2013	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Construção de Quadra Esportiva.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	20/11/2013	04/07/2015	300.
Detalhar	787332	00480/2013	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Aquisição de máquinas e equipamentos.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	07/11/2013	05/11/2015	2.00
Detalhar	627825	11040457200800132	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	Objeto: Construção de creche no município de Tartarugalzinho.	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	02/07/2008	02/07/2011	299.
Detalhar	817404	00188/2015	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS REJEITADA	Não se aplica	Pavimentação em Blocos saxavados com lajotas e sarjetas no Bairro Central - 10 ...	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2015	27/12/2017	500.
Detalhar	788228	00558/2013	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA	Não se aplica	Aquisição de Equipamentos	Ministério da Defesa	Ministério da Defesa - Unidades com vínculo direto	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	07/11/2013	05/11/2015	500.
Detalhar	422577	CR.NR.0106810-35	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	PRODESA - DESENVOLVIMENTO RURAL	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Unidades com vínculo direto	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MA	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	28/12/2000	31/12/2003	70.0
Detalhar	541382	CR.NR.0176294-58	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	ENERGIZAÇÃO RURAL AUTORIZADO PELO OFÍCIO MAPA N 0188 2005	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Unidades com vínculo direto	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MA	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	29/12/2005	29/12/2008	146.
Detalhar	510260	CR.NR.0166325-15	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS MECANIZADAS - AUTORIZADO PELO OFÍCIO/MAPE N 0159/2004	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Unidades com vínculo direto	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MA	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	30/06/2004	30/04/2006	85.0
Detalhar	422580	CR.NR.0107563-68	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	PRODESA - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Unidades com vínculo direto	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MA	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	28/12/2000	31/12/2003	140.
Detalhar	598716	CV/INCR/ASR21/003/07	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAS E CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRA DE LEI NOS PÁS BOM...	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPE-INCR/ASR-21	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	20/12/2007	19/12/2008	1.72
Detalhar	721410	09212/2009	AP	TARTARUGALZINHO	AGUARDANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS	Não se aplica	Construção de habitações populares no Município de Tartarugalzinho/AP.	Ministério da Desenvolvimento Regional	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHS	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2009	31/12/2014	888.
Detalhar	653685	655753/2009	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, ZERO EMISSÕES PARA TRANSPORTE ESCOLAR, POR ME...	Ministério da Educação	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	11/11/2009	10/11/2010	121.

11/06/2019 Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

DETALHAR	NÚMERO	NÚMERO ORIGINAL	UF	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETO	ORGAO SUPERIOR	ORGAO/ENTIDADE VINCIULADA	CONCORRENTE	CONVENIENTE	DATA DE INICIO DA VIGENCIA	DATA DE FIM DA VIGENCIA	VALO
Detalhar	662382	700343/2010	AP	TARTARUGALZINHO	ADIMPLENTE	CONVENIO	O OBJETO DESTA LICITACAO E A AQUISICAO DE VEICULO AUTOMOTOR, TIPO CAMIONETE COM ESPECIFICACOES PARA T...	Ministério da Educação	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	06/09/2010	05/09/2011	196.
Detalhar	669836	TC/PAC 0145/11	AP	TARTARUGALZINHO	ADIMPLENTE	Sem informaçao	SISTEMA DE SIGEPAC - SISTEMA SANITARIO - MSD.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	23/12/2011	23/12/2013	0,00
Detalhar	554559	CV 1946/05	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informaçao	MELHORIAS EM UNIDADES DOMICILIARES.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	20/12/2005	16/06/2009	297.

11/06/2019

Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

## FILTROS APLICADOS:

Período da Última Liberação de Recurso de: 01/2002

Período da Última Liberação de Recurso até: 12/2018

Município: TARTARUGALZINHO/AP

LIMPAR

Dados atualizados até: 31/05/2019 (SIAFI), 31/05/2019 (SICONV)

DETALHAR	NÚMERO	NÚMERO ORIGINAL	UF	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	CONCEDENTE	CONVENIENTE	DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA	DATA DE FIM DA VIGÊNCIA	VALOR CELEBRADO
Detalhar	669836	TC/PAC 0145/11	AP	TARTARUGALZINHO	ADIMPLENTE	Sem informação	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - MSD.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	23/12/2011	23/12/2013	0,00
Detalhar	554559	CV 1946/05	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	20/12/2005	16/06/2009	297.329,54
Detalhar	629220	EP 0886/07	AP	TARTARUGALZINHO	INADIMPLENTE	CONVENIO	COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2007	26/12/2017	900.000,00
Detalhar	554558	CV 2237/05	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	20/12/2005	27/08/2010	352.725,82
Detalhar	651237	EP 0317/08	AP	TARTARUGALZINHO	ADIMPLENTE	Sem informação	EXECUÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	31/12/2008	23/06/2014	0,00
Detalhar	751254	00385/2010	AP	TARTARUGALZINHO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE APROVADA COM RESSALVAS	Não se aplica	A elaboração do Plano de Saneamento Básico	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	30/12/2010	01/01/2015	878.377,43
Detalhar	523755	EP 1549/04	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	DRENAGEM PARA CONTROLE DA MALARIA	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	27/12/2004	09/04/2007	281.343,03
Detalhar	573262	CV 0399/06	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	30/06/2006	13/05/2009	525.000,00
Detalhar	414480	EP 2012/00	AP	TARTARUGALZINHO	CONCLUÍDO	Sem informação	SISTEMA DE CONTROLE DA MALARIA.	Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	16/01/2001	19/09/2003	644.914,64

Fonte: Transparência (2019).